



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURA E
ESPACIALIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

THIAGO ALVES DA SILVA

**“EM PROL DO BEM COMUM, SOB SIGNO DO PROGRESSO”: INSTITUIÇÕES
DISCIPLINARES E O CONTROLE SOCIAL EM FORTALEZA – O ASILO DE
MENDICIDADE (1877–1892) E A COLÔNIA ORFANOLÓGICA CRISTINA (1880–
1894)**

FORTALEZA - CEARÁ

2024

THIAGO ALVES DA SILVA

“EM PROL DO BEM COMUM, SOB SIGNO DO PROGRESSO”: AS INSTITUIÇÕES
DISCIPLINARES E O CONTROLE SOCIAL EM FORTALEZA - O ASILO DE
MENDICIDADE (1877–1892) E A COLÔNIA ORFANOLÓGICA CRISTINA (1880–
1894)

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em História, do
Programa de Pós-Graduação em História,
Cultura e Espacialidades do Centro de
Humanidade da Universidade Estadual do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do título de mestre em História. Área de
Concentração: História, Culturas e
Espacialidades. Linha de pesquisa:
Poder, Instituição e Memória.

Orientadora: Prof.^a Dra. Zilda Maria
Menezes Lima.

FORTALEZA-CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Silva, Thiago Alves da.

"Em prol do bem comum, sob signo do progresso":
Instituições disciplinares e o controle social em Fortaleza -
O Asilo de Mendicidade (1877-1892) e a Colônia Orfanológica
Cristina
(1880-1894) [recurso eletrônico] / Thiago Alves da Silva. -
2024.

137 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual
do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico
Em História, Culturas E Especialidades, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof.e Pós-Dra. Zilda Maria Menezes Lima.

1. Instituições. 2. controle social. 3. assistência. 4. desvalidos.. I. Título.

THIAGO ALVES DA SILVA

“EM PROL DO BEM COMUM, SOB SIGNO DO PROGRESSO”: AS INSTITUIÇÕES
DISCIPLINARES E O CONTROLE SOCIAL EM FORTALEZA – O ASILO DE
MENDICIDADE (1877–1892) E A COLÔNIA ORFANOLÓGICA CRISTINA (1880–
1894).

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em História, do
Programa de Pós-Graduação em História,
Cultura e Espacialidades do Centro de
Humanidade da Universidade Estadual do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do título de mestre em História. Área de
Concentração: História, Culturas e
Espacialidades. Linha de pesquisa:
Poder, Instituição e Memória.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
(Orientadora) Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. William James Mello
Indiana University - (IU)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dr. Patrícia Helena Carvalho Holanda
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

Considero que esta seção destinada aos agradecimentos acabou sendo, de todo modo, uma das mais difíceis de ser redigida. Pois, rememorar cada pessoa, cada sujeito, que cruzou o meu caminho em todo este percurso, e que influenciou de algum modo o desenvolvimento deste trabalho, não apenas no aspecto acadêmico, propriamente dito, não foi fácil. Diante disso o meu cuidado em não ser injusto, e conseguir expressar, nestas poucas linhas, a minha gratidão a todos. Portanto, gostaria de destacar aqueles que de fato exerceram, direta ou indiretamente, uma ajuda à construção, o desenvolvimento e finalização deste trabalho, com doses de companheirismo, inspiração e confiança, a vocês, o meu muito obrigado.

De início, reservo os meus agradecimentos à professora Zilda Maria Menezes Lima – minha orientadora, pessoa pela qual tenho uma admiração ímpar e que, além de tudo, exerceu um papel de liderança, para além da orientação deste trabalho acadêmico. Agradeço pelos diálogos, ensinamentos e por toda a amizade, você é uma verdadeira inspiração ao meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

A minha companheira Iana Lima, pelo amor, carinho, paciência e disponibilidade. Agradeço por todas as vezes que você conseguiu tornar as coisas mais leves, sem a sua presença, a concretização deste trabalho se tornaria uma tarefa muito difícil.

Aos amigos de longa data, José Cleudon e Renan Albuquerque, irmãos para sempre. Obrigado por todo companheirismo e apoio incondicionais, que foram além deste trabalho. Cada conselho e diálogos foram de suma importância para minha constituição como indivíduo. Que possamos conservar nossa amizade pela pelo tempo que durar nossas vidas.

Agradeço ainda a Yara Pimenta, que foi fundamental para o alcance do resultado final deste trabalho.

Aos amigos e companheiros que o mestrado me possibilitou conhecer, Noélio Nonato, Leonardo Alencar, Thiago Medeiros, Camilo Costa, Felipe Silva, Lara Lutife e Bruna Karina. As conversas, os debates e a resolução de dúvidas foram muito válidos. Foram momentos que não voltaram, mas que serão lembrados com profunda felicidade.

Agradeço a Banca examinadora, composta pela Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima (Orientadora), pelo Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, Prof. Dr. William

James Mello e a Profa. Dr. Patrícia Helena Carvalho Holanda. Muito obrigado pela disponibilidade, atenção e toda contribuição que em muito contribuíram com esta pesquisa.

Ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da bolsa de mestrado que possibilitou uma justa caminhada, no percurso do trabalho de pesquisa. Com este financiamento foi possível ter acesso a um material de pesquisa mais robusto, sendo isso refletido diretamente no resultado ora apresentado. Reafirmo que este incentivo concedido ao projeto foi de suma importância para realização do mesmo.

Ao corpo docente do PPGHCE, especialmente aos que lecionaram disciplinas no programa de mestrado, contribuindo fundamentalmente para a pesquisa desenvolvida, como também para minha formação acadêmica e pessoal. Minha gratidão a Profa. Dra. Valéria Aparecida, ao Prof. Dr. Gleudson Passos, Prof. Dr. Marcos José Diniz, Prof. Dr. Arilson dos Santos e Profa. Dra. Sílvia Márcia.

Meus agradecimentos ainda aos funcionários do Programa de Pós-graduação História, Cultura e Espacialidades (PPGHCE-UECE) e a Academia Cearense de Medicina, por toda receptividade, proatividade e incondicional atenção.

Ao corpo docente da área de História da Universidade Estadual do Ceará, pois, o processo formativo iniciado na graduação foi essencial e serviu de base para a construção deste projeto e o seu desenvolvimento.

Acredito que este trabalho foi realizado principalmente com contribuição de todos que citei, pois estiveram sempre presentes fisicamente ou dando o apoio necessário. Neste trabalho é possível encontrar um pouco de cada um.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram com este trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos.

"As 'luzes' que descobriram as liberdades
inventaram também as disciplinas".

(Michel Foucault)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa propõe abordar o processo de concepção de dois espaços assistenciais no Ceará que estabeleceram articulações entre si como proposta para construção de um projeto societário para cidade de Fortaleza, onde através dos processos para edificação dos espaços foi possível evidenciar discursos e ações caritativas intrinsecamente voltados para as práticas de controle e disciplinamento sociais. Sendo assim, o trabalho tem por finalidade demonstrar como ocorreu o processo de formação dessas instituições assistenciais – mais precisamente a Colônia Orfanológica Christina e o Asilo de Mendicidade, bem como os serviços prestados por elas, tendo em vista todo o discurso modernizador da época, que amparava práticas isolacionistas dos elementos tidos como “indesejáveis”. O estudo apresenta em seu recorte inicial o ano de 1877, tendo em vista o início de uma devastadora seca, que viria a agravar o quadro social da capital. A magnitude dessa calamidade é um elemento chave para o surgimento dos discursos provinciais em prol da concepção das instituições de caráter assistencial na província, que ao que parece, era uma aspiração acalentada há certo tempo pelos administradores e intelectuais cearenses. A pesquisa apresenta o ano de 1894 como fim do recorte, pois o foco do estudo se delimita em analisar essa efervescência de ideais mudancistas até o marco em que essas instituições sofreriam com revezes, acabando por terem seus propósitos alterados. Buscando compreender essas tensões, a pesquisa trabalha diretamente com as fontes oficiais - como relatórios de presidente de província - como também os periódicos da época. Sendo assim, as fontes demonstram o governo provincial cearense passando por graves problemas, sendo os principais: uma cidade sobrecarregada de corpos desvalidos, uma população que sofria da penúria da calamidade da seca, e por outro lado, o esforço saneador das elites políticas em transformar a cidade aos moldes de uma “Paris Tropical”. Então, em meio a esse cenário, medidas estatais e assistenciais foram sendo formuladas com o propósito de findar essas nefastas consequências ainda presentes no cotidiano da população. É nesse período, anos de 1880, que novos discursos passam a ser produzidos acerca da construção de espaços asilares voltados para públicos específicos, o que atenderia às expectativas das elites políticas e econômicas da província. Perseguindo tal lógica, a pesquisa tem como foco a análise das tentativas dos poderes constituídos em assimilar o

pensamento modernizador europeu, juntamente com suas ações ditas civilizadoras, que visavam transformar os hábitos da população cearense no recorte estudado (1877-1894), tendo como pano de fundo o intenso fluxo de imigrantes rumando para a capital cearense em busca de socorros públicos, consequência direta do flagelo de 1877 e as moléstias que propagavam pelo interior da província.

Palavras-chave: Instituições; controle social; assistência; desvalidos.

ABSTRACT

This research work proposes to address the process of designing two assistance spaces in Ceará that established connections between them as a proposal for the construction of a corporate project for the city of Fortaleza, where through the processes for building the spaces it was possible to highlight discourses and intrinsically charitable actions. Focused on practices of social control and discipline. Therefore, the purpose of the work is to demonstrate how the process of formation of these assistance institutions occurred - more precisely the Christina Orphanology Colony and the Begging Asylum, as well as the services provided by them, taking into account the entire modernizing discourse of the time, which it supported isolationist practices from elements considered "undesirable". The study presents the year 1877 in its initial section, considering the beginning of a devastating drought, which would worsen the social situation of the capital. The magnitude of this calamity is a key element in the emergence of provincial discourses in favor of the conception of welfare institutions in the province, which, it seems, was an aspiration cherished for some time by administrators and intellectuals from Ceará. The research presents the year 1894 as the end of the cut, as the focus of the study is limited to analyzing this effervescence of changeist ideals until the milestone in which these institutions would suffer setbacks, ending up having their purposes changed. Seeking to understand these tensions, the research works directly with official sources - such as reports from provincial presidents - as well as periodicals of the time. Therefore, the sources demonstrate the Ceará provincial government going through serious problems, the main ones being: a city overloaded with helpless bodies, a population that suffered from the poverty of the drought calamity, and on the other hand, the sanitary effort of the political elites to transform the city along the lines of a "Tropical Paris". So, in the midst of this scenario, state and assistance measures were being formulated with the purpose of ending these harmful consequences still present in the population's daily lives. It was during this period, the 1880s, that new discourses began to be produced about the construction of asylum spaces aimed at specific audiences, which would meet the expectations of the province's political and economic elites. Pursuing this logic, the research focuses on the analysis of the attempts of the constituted powers to assimilate European modernizing thought, together with their so-called civilizing actions, which aimed to transform the habits of

the population of Ceará in the studied section (1877-1894), taking as a backdrop in the background the intense flow of immigrants heading to the capital of Ceará in search of public aid, a direct consequence of the scourge of 1877 and the diseases that spread throughout the interior of the province.

Keywords: Institutions; social control; assistance; devalued.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Lista com os nomes que responderam o Presidente de	
	Província, sobre o pedido de donativos.....	79-80
Quadro 2 -	Quantidade de Órfãos acolhidos na Colônia Christina (1881-	
	1891).....	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FLAGELO DE 1877/1879 E A CONSTRUÇÃO DO MITO CIVILIZADOR NA CAPITAL.....	22
2.1	Entre o discurso modernizador e os desvalidos: a penúria da seca de 1877-79.....	22
2.2	Doenças, saúde pública e higiene provincial.....	32
2.3	Assistência e socorros públicos.....	40
2.4	Corpos dóceis e o controle social: instituições em prol do poder disciplinar.....	46
3	"AMPARO AO ANORMAL": O ASILO DE MENDICIDADE E OS DISCURSOS LEGITIMADORES A INSTITUIÇÃO.....	55
3.1	Corpos transgressores e o desordenamento da mendicidade em Fortaleza.....	55
3.2	Controlar e zelar em prol da ordem vigente: socorrer para normatizar.....	66
3.3	De Asilo de Mendicidade à Escola Militar: as tensões em torno do projeto.....	73
4	COLÔNIA ORFANOLÓGICA CHRISTINA: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E PROTEÇÃO AOS ÓRFÃOS.....	84
4.1	Moralizar e instruir para avançar! Uma política de civilização da infância.....	84
4.2	Educação e amparo: Colônia Christina como projeto de instrução e desenvolvimento provincial.....	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Estudar as condições sociais, deslocamentos populacionais, reações societárias e neste caso, enveredando para a questão da construção de espaços assistenciais no período oitocentista, entrelaçado aos discursos modernizadores e humanitários da época, traduz o foco do trabalho em questão. Intitulado de *“Em prol do bem comum, sob o signo do progresso”: As instituições disciplinares e o controle social em Fortaleza – O Asilo de Mendicidade (1877-1892) e a Colônia Orfanológica Christina (1880–1894)*. O objetivo da pesquisa é apresentar o processo de formação das duas instituições assistenciais, bem como os serviços prestados por elas, tendo em vista todo o discurso modernizador da época, que amparava as práticas isolacionistas dos elementos indesejáveis.

É possível observar que o Ceará vinha encarando o que entendemos como uma expansão econômica, impulsionado pela produção algodoeira, inserida no espaço mundial devido à guerra de secessão americana, o que traria como consequência a inserção deste estado, de maneira intensa, a um pretense modelo civilizatório capitalista. Fortaleza, era a porta de entrada e a cidade mais importante, centro comercial da província, sendo Sobral, Aracati e Crato polos regionais, no bojo dessas modificações e dos lucros oriundos da exportação, a cidade se expandiu e modernizou-se.

Fortaleza crescia, tornando-se centro de atração de uma vasta região nordestina. Dos estados vizinhos e de todo interior, acorriam famílias e indivíduos que para aqui se transferiam, buscando melhores condições de vida, de educação dos filhos e de trabalho. Problemas de clima e de solo influenciaram também o êxodo ao litoral infenso à seca. [...] O progresso populacional caminha ao lado das conquistas do conforto e do bem estar. Com o aumento do número de seus habitantes, Fortaleza ia procurando atendê-los melhor nas exigências materiais e espirituais de uma convivência mais humana. (LEAL, 1978, p. 135).

Porém, o tão almejado projeto de modernização, poderia findar por mascarar uma situação em que uma massa de pessoas em situação de miséria, rumava para capital fugindo das grandes moléstias e calamidades climáticas - com destaque para o ano de 1877, período bastante difícil para o Ceará tendo em vista que esta data marca o início de uma avassaladora seca que viria a agravar o quadro social da capital e que se estenderia até o ano de 1879. Esse embate de realidades é visto explicitamente em jornais da época como *O Cearense (1870-1899)*, *Gazeta do*

Norte: Órgão Liberal (1880 – 1899), A Constituição (1860 – 1889), Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (1880 – 1899), O retirante (1870 – 1879), A evolução: Orgam Scientifico, Litterario e Noticioso (1888) e nos relatórios dos presidentes de província, onde por um lado é demonstrado a vertente de uma elite com anseios modernizadores, vendo aquela situação como um impasse para alcançar o projeto almejado e por outro lado, integrantes da elite que vislumbravam aqueles flagelos como uma forma de ascenderem ainda mais, socialmente, tendo em vista as formas de filantropia em voga.

Mas afinal, para quem era essa cidade? Algo que chama atenção são as migrações para a capital. Muito se diz sobre esses processos, mas ao adentrarmos na “Fortaleza dos pobres” observamos que esses deslocamentos estão ligados diretamente a outros fatores, alguns já mencionados acima, como: expansão econômica, Fortaleza como centro das decisões da província onde consequentemente recebia melhorias/infraestrutura na década de 1880, e por fim o refúgio contra a seca e a possibilidade de migração para outros lugares (seringais amazônicos e o Sul da época). Nos caminhos empoeirados do Ceará, os retirantes desvalidos carregavam não apenas a bagagem física, mas também a carga emocional de sonhos desfeitos e esperanças perdidas. A realidade dos desvalidos rumando a outras partes do país pode ser observada em passagem do jornal *O Retirante*.

A emigração ahi está para provar a toda a luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia amparal-o. É compungente a scena que testemunhamos a bordo de todos os vapores que seguem para o norte. Centenas d'essas victimas vão procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato lhes nega. Familias inteiras, mulheres, creanças, velhos, cobertos de andrajos, mascillentos, mal se podendo apoiar sobre os pés, deixando todas as charas afeições, lá vão se buscar em terras estranhas, que não conhecem nem por noticia, o auxilio que cá não podem conseguir, porque o governo paternal de Sua Magestade só d'elles se lembra quando é preciso pagar o imposto, ou o tributo de sangue, em deffeza da honra nacional (*O Retirante, Fortaleza, 29/07/1877, p. 1*)

As tentativas dos poderes e saberes institucionalizados em assimilar o pensamento desenvolvimentista europeu e que no exercício das suas práticas vão inserindo determinadas ações ditas modernizadoras e civilizadoras que iriam se chocar com os hábitos da população. No caso do Ceará e em Fortaleza, especificamente, mormente os setores não privilegiados da sociedade, estes

sofrieriam os revezes dessa política de modernidade. Esta parcela da população enfrentava diversos problemas como as doenças, a luta pela sobrevivência em meio a um “progresso” que não os alcançava, além das calamidades climatéricas que ocasionavam os fluxos migratórios para a capital, agravando a situação miserável de boa parte da população sem trabalho, sem moradia, desassistida pelos poderes constituídos.

Com intuito de tematizar os elementos desse controle social da pobreza, o lugar das instituições e dos discursos filantrópicos entre as elites políticas, econômicas e intelectuais cearenses, foram criadas instituições que lidavam com certo perfil de indivíduos, que integravam o cenário como personagens centrais nos debates médicos e políticos do período, por protagonizar questões que iriam muito além do trato individual, mas perpassavam questões de sanitarismo, políticas públicas, mão de obra, assistencialismo, moléstias, enfim, sobre o desenvolvimento do Estado. Estamos nos referindo a infância desvalida e aos mendigos desamparados. Esses dois perfis se enquadram no que os discursos higienistas e disciplinadores chamaram de "Amparo ao anormal" (FREITAS, 2003, p. 17). As instituições então escolhidas nessa projeção social no Ceará oitocentista, que visava o controle destes indivíduos e caminhava rumo a um projeto modernizador, foram: o *Asilo de Mendicidade* e a *Colônia Orfanológica Christina*, entidades estas que atenderam aos critérios propostas para oferecer assistência pública, em nome da filantropia privada, a segmentos específicos: de pobres, mendigos e órfãos.

Tendo em vista este contexto, a ideia de criação de espaços assistenciais para socorrer a população desassistida, foi sendo forjada na capital cearense ainda no XIX, com o claro objetivo de oferecer uma solução para alguns, dentre os vários problemas que a cidade enfrentava na transição do XIX para o século XX. De acordo com Madeira (2003, p. 02) essas instituições representavam a aglutinação de interesses do governo e das elites econômica e intelectual, na busca pela divulgação de seus esforços que supunham significar uma forma de ordenamento da vida civil.

Dessa forma, o estudo tem em seu recorte inicial o ano de 1877, ano do início de uma avassaladora seca, que agravou o quadro social da capital e que se estenderia até o ano de 1879, como podemos visualizar em uma passagem do periódico *O Cearense* em 1877.

A falta de chuvas já se vae fazendo sentir. De Sobral e de outros pontos creadores da provincia nos dizem que a secca já vai causando consideraveis estragos. É grande a mortalidade dos gados por falta absoluta de pasto. Se não chover este mez serão enormes os prejuizos. (O Cearense, 06/01/1877, p. 02).

A magnitude dessa calamidade é um momento chave no sentido de colocar em prática a construção de instituições de caráter assistencial, que ao que parece, vinham sendo acalentadas há certo tempo pelos administradores e intelectuais cearenses. Tal projeto visava oferecer resposta a uma situação de miserabilidade tida como um dos fatores para uma Fortaleza desordenada, como já dito e o que atendia aos anseios das elites arrivistas. Para suprir tais interesses, urge a vontade de se construir espaços que comportassem grande número de pessoas e resultasse em afastamento das áreas públicas, aqueles que eram vistos como representantes do atraso, da pobreza e que manchariam a imagem da Fortaleza que se modernizava.

O estudo da primeira instituição citada, o Asilo de Mendicidade, advém de um interesse em estudar os indivíduos tidos como corpos transgressores que faziam parte dos anseios por zelar e controlar em prol do estabelecimento da ordem vigente. Agravado pelas situações climáticas adversas cada vez mais recorrentes, como as severas secas e o êxodo em direção ao litoral, o governo provincial demonstrava a intenção de construir um espaço destinado ao recolhimento dessas pessoas em estado de abandono devido ao aumento significativo destes pelas ruas de Fortaleza. Sendo assim, também envolta no sentido da filantropia, como foi na Colônia Orfanológica, outra instituição assistencial foi planejada no período oitocentista, que viria levar o nome de Asilo de Mendicidade. A construção era de suma importância e era vista como algo em caráter de urgência, tendo em vista as sucessivas aglomerações que não paravam de aumentar por toda a capital provincial.

Portanto, o projeto de construção do Asilo de Mendicidade destinado ao recolhimento de mendigos, visava oferecer resposta a uma situação de mendicidade tida como desordenada em Fortaleza. A intenção de construir um local para o recolhimento de mendigos se fez de suma importância para as autoridades, que viam as suas portas a consequência dos flagelos que acometeu uma grande parcela da população cearense.

A finalização do Asilo de Mendicidade significava para aquelas autoridades um passo muito importante rumo ao futuro da Província, pois estava intimamente ligada aos anseios modernos dos poderes e saberes instituídos. Como resultado, as noções de progresso e civilização tornaram-se eixos básicos dos discursos e práticas dos novos setores dominantes, autoproclamados restauradores da situação de “atraso” em que o país estaria inserido (PONTE, 2014, p. 30).

Além dos mendigos, outros indivíduos também iriam fazer parte desse projeto modernizador. A infância desvalida ou adoecida acaba se configurando alvo da disciplinarização por também representar um símbolo do atraso de uma sociedade em rumos modernistas. Sendo assim, discursos em um contexto ainda provincial foram surgindo visando a construção de um espaço de acolhimento e instrução desses meninos e meninas cearenses, seria o início do projeto de edificação da Colônia orfanológica Christina. O estudo dessa segunda instituição advém de uma necessidade de sistematizar o estudo a respeito da infância desvalida cearense, interesse este que nasceu do próprio trabalho de pesquisa realizado desde a graduação nos arquivos e catálogos, que explicitavam um período destacado pela seca e conseqüentemente o êxodo rural rumo a Fortaleza, o que resultaria em um agravamento do quadro social da capital. O contato com as fontes primárias resultou, então, em um estudo em que foi possível realizar um breve “rastreamento” dessa história da infância desvalida no Ceará, urgida a partir das apreciações desses documentos oficiais, sejam eles governamentais, supragovernamentais ou não governamentais.

Desse modo, em meio a pesquisas iniciais sobre a temática, o enfrentamento do problema da infância desvalida e/ou adoecida, parecia preocupar os setores ligados à saúde e ao saneamento. Assim, uma maneira encontrada para lidar com essa situação seria a criação de uma colônia que abrigasse essas crianças, retirando-as de uma situação de desamparo e aspirava instruí-las. Desse modo, desponta o projeto de criação e incentivo da Colônia Orfanológica Christina (1880), que tinha por objetivo receber, gratuitamente, meninos e meninas entre 7 e 12 anos, nomeados “órfãos e ingênuos cearenses”, desvalidos, para oferecer-lhes abrigo, educação e amparo. Não fugia ao modelo de instituições coloniais fundadas para abrigar desamparados, pois apesar de ter um caráter oficial, de antemão, era fundada e mantida pela caridade privada, além de ter sido inspirada no modelo da

Colônia Agrícola Isabel, criada em Pernambuco na década de 1870, uma instituição também de amparo e correção de crianças pobres e órfãs. Era um espaço voltado ao acolhimento de menores desamparados, filhos de migrantes atingidos pelas secas, e aqueles acometidos por doenças como a varíola.

O presidente da província cearense, à época, José Júlio de Albuquerque Barros, idealizava que a instituição deveria ser autossuficiente, além do intuito de contribuir para um novo ordenamento social, o que na prática acabou por não acontecer, demonstrando sua incapacidade de produzir seus próprios recursos mesmo com incentivos privados. Com o passar dos anos foi ficando evidente o insucesso da entidade, o que levou ao seu abandono gradual pelos mantenedores, tornando-se assim um projeto malsucedido. Vale ressaltar que antes desse espaço existir houve outros recintos também com o intuito educacional de zelar pelas crianças desvalidas, que poderão vir a servir de base para a pesquisa, como foi o caso do Colégio dos Educandos (1856) e o Colégio da Imaculada Conceição (1864) que inicialmente recebia apenas órfãos e pobres, bem como as Casas de Caridade criadas pelo Padre Ibiapina (1862-1869).

A infância como questão pública, assim como a escola e a saúde etc., cada vez mais tem sido considerada um dado subordinado ao tema desenvolvimento, de modo que, ao se considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico, retira-se, paulatinamente, dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles temas como questão do Estado". (FREITAS, 2003, p. 12).

Utilizamos o ano de 1894 como fim do recorte, pois o propósito do estudo é analisar o papel dessas instituições no cerne de seu discurso até o momento em que se é observado alterações com relação às finalidades dos espaços. O fim do Império e o início da República acabaram por representar um marco de mudança política para toda nação, apesar de que na prática muito do antigo regime fora sustentado.

Perseguindo tal lógica, o estudo das duas instituições assistenciais no Ceará, demonstra uma prática de assistência aos necessitados que busca mascarar uma cidade desordenadamente em expansão. Diante disso, a hipótese apresentada é que no período em estudo a caridade e a filantropia amparavam as ações de combate à pobreza, minimizando a ação do estado, que somente na década de 1920, começa a efetivamente estabelecer ações mais pontuais, resultando na criação de uma agenda em saúde pública no Ceará.

Ao analisar a situação referente à construção e funcionamento desses espaços assistenciais no Ceará, em um contexto de crise econômica na administração pública, atrelado a um discurso higienista pautado em ideais modernizadores capitalistas europeu, buscamos demonstrar como foi o processo de formação das instituições de assistências citadas, bem como os serviços prestados por elas, tendo em vista todo o discurso modernizador da época, que amparava essas práticas isolacionistas dos elementos indesejáveis.

Muito temos lido – em teses, dissertações, monografias e artigos, sobre o fenômeno da *Belle Époque* em Fortaleza. Datado, em linhas gerais entre 1860 e 1930, este período tem sido entendido como um momento de progresso, desenvolvimento e intensa urbanização da cidade de Fortaleza. Não são raras as análises que discutem as maravilhas da “civilidade” na cidade. Por outro lado, temos também pesquisas que no mesmo período, abordam as agruras das estiagens periódicas, com todas as suas mazelas. O período que recortamos para o nosso estudo (1877/1894) encontra-se entre duas percepções: aquela das ações de urbanização e euforia causadas pela inserção da Província no mercado internacional, resultando em grande monta da produção e escoamento do algodão e ao mesmo tempo pelas tragédias ocasionadas pelas secas periódicas.

Embora algumas questões pareçam de fácil conclusão, devido ao vasto material disponível sobre a questão da seca e dos retirantes, o que interessa é entender o funcionamento dessas instituições: como angariaram os recursos para suas edificações? Como eram suas dependências? Como eram feitos os “recrutamentos” para esses espaços? Que estratégias eram desenvolvidas para a manutenção dessas instituições? A Colônia Christina desenvolvia algum projeto educacional? Essas crianças representariam um conjunto de indivíduos a serem moldados uniformemente? Aceitariam essa “indistinção”? Já o asilo dos mendigos aparece com outro destino. Nesse caso, houve um enquadramento dos indesejados e atormentados que assombravam, mendigos esfarrapados que circulavam pelas áreas centrais. Mas, quem seriam verdadeiramente esses mendigos? O que dizem deles e quais as balizas desses discursos? As fontes inicialmente consultadas nos levam a inferir que tanto a Colônia Christina quanto o Asilo de Mendicidade colecionaram vários repertórios de dificuldades. E nesse caminho, será traçado o roteiro visando compreender as estruturas que permeavam essas duas instituições.

Assim, em virtude da nossa escolha recair sobre a criação de duas instituições de “acolhimento de desvalidos e indesejáveis” – quais sejam a Colônia Orfanológica Cristina (1880) e o Asilo de Mendicidade (1878) apresentamos na primeira seção, o cenário em que se constitui a “necessidade” de criação das duas instituições. Nesta perspectiva, apesar da cidade “afrancesada”, como diz Ponte (2014) e dos poderosos *dessa cidade* também negarem e tentarem afastar seus elementos indesejáveis (prostitutas, vagabundos, crianças abandonadas, mendigos), seria o drama da seca que iria explicitá-los para toda a província e expor toda a fragilidade desses sujeitos. Assim, procuramos na primeira seção reconstruir a cena em que os poderes e saberes constituídos “se incomodaram” com os problemas ocasionados não somente por esses elementos indesejáveis que manchavam a cidade com a feiura dos seus corpos necessitados e pedintes, mas, principalmente pela visão esquelética da multidão de retirantes a expor a fome e as enfermidades das suas “tristes figuras”, também bastante comuns no período estudado.

Na segunda seção, objetivamos do mesmo modo, entender os discursos e práticas em torno da criação do Asilo de Mendicidade. Os argumentos em torno da necessidade de retirar os mendigos das ruas e protegê-los, em alguns casos para cuidar desses sujeitos em sua velhice e em outros casos para abrigá-los temporariamente, quando ainda jovens, para no futuro reservar-lhes um papel produtivo na província.

Na terceira seção abordaremos o debate e as ações impetradas para o planejamento e edificação da Colônia Orfanológica Cristina: os discursos sobre a necessidade de proteção aos órfãos das secas e aos órfãos em geral, do recolhimento das crianças abandonadas por seus pais e/ou parentes próximos. As estratégias de recolhimento dos menores, escolha do local, os recursos para sua edificação, funcionamento e estratégias serão algumas questões problematizadas nesta seção.

Assim, entendemos que alguns conceitos devem, a princípio nortear nossa análise, como é o caso do conceito de controle social. Entende-se por controle social o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo social possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. As ferramentas de controle social induzem a conformidade do sujeito a uma nova realidade e nesse sentido tomamos como referência o filósofo e teórico

social Michel Foucault, inicialmente em sua obra *Vigiar e Punir*, buscando o entendimento das formas de controle social dos sujeitos que não estão sincronizados com as normas vigentes. Segundo o autor, a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida é possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que é “importante” ao meio social. Para entender esse fenômeno, o autor passa a realizar um trabalho de observação de instituições disciplinadoras onde os indivíduos que ali permanecem vivem sob o controle da instituição. O produto desse processo, quando bem-sucedido, seria um sujeito dócil e “útil” ao seu contexto social.

Outro conceito utilizado é o de instituição total, do sociólogo Erving Goffman, em que entende-se as instituições como sendo um espaço social capaz de produzir um tipo de racionalidade que empalidece o senso de indivíduo por meio da disciplinarização dos gestos e atitudes, buscando a padronização de comportamentos na instituição.

As fontes as quais utilizamos, são de certo modo abundantes no que diz respeito ao contexto em que as instituições que escolhemos foram criadas. No que tange às fontes sobre as próprias instituições, as mesmas consistem em, principalmente, nos documentos oficiais, como os Relatórios dos Presidentes de Província (1880 – 1889); Mensagens de Governadores de Estado (1891-1894) e documentos não oficiais, como alguns periódicos que circulavam no momento do nosso recorte. Importante também foi a consulta ao Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (1890 – 1899).

Por fim, é válido ressaltar que pesquisas/análises que tratem/estudem de modo mais pontual as duas instituições selecionadas, se demonstram escassas em nossa historiografia cearense. Logo, esta dissertação apresenta uma ótica pautada no conhecimento das nuances que permearam a concepção de ambos os espaços assistenciais, tendo em vista que a elucidação das fontes sobre os locais pode auxiliar na compreensão do universo de práticas segregacionistas, até certo ponto corriqueiras na transição do XIX para o XX.

2 FLAGELO DE 1877/1879 E A CONSTRUÇÃO DO MITO CIVILIZADOR NA CAPITAL

Ao longo de todo o século XIX, a Província do Ceará foi atingida diversas vezes por grandes catástrofes, como secas e epidemias que tinham como consequência direta a fome, as mortes e o deslocamento populacional que provocavam sofrimento e dor à maioria da população. Tais desastres, que tanto assolaram a província, desencadeavam ondas de migração de indivíduos oriundos das mais diversas localidades da província em busca de auxílio, fosse por parte daqueles mais abastados ou “socorros” por parte do poder público.

Assim sendo, o objetivo desta seção é mapear o contexto das grandes transformações urbanas em Fortaleza, contraditoriamente, associada a grandes estiagens e epidemias. Tal situação vai exigir elaboração de estratégias para enquadrar os indivíduos indesejáveis que “invadiam” a capital em busca de sobrevivência. Convém ressaltar que não consideramos as doenças como produto da seca, mas ambas estão amalgamadas no nosso recorte de pesquisa. Assim, o controle social da pobreza, resultante da seca e das doenças exigiram ações dos poderes e saberes instituídos não apenas para o uso da mão de obra migrante nas obras públicas ou para seu isolamento nos abarracamentos e lazaretos, mas o controle de outros indivíduos que entraram em cena, mas que não se enquadram em nenhuma das situações acima descritas.

2.1 Entre o discurso modernizador e os desvalidos: a penúria da seca¹ de 1877-79

No ano de 1877, a Província do Ceará foi acometida por uma seca com efeitos devastadores para população e para a economia local. No que diz respeito a essa calamidade climática, a mesma apresentou como pano de fundo um cenário onde se observava a presença do retirante sertanejo fugindo da catástrofe, podendo esse indivíduo ser considerado uma “peça” importante para o entendimento sobre a

¹ Alpino, Freitas e Costa (2014, p. 109) afirmam que de forma ampla, a seca é conceituada como um desastre natural visto que corresponde a situação de escassez de água que se prolonga ao longo do tempo, que abrange áreas extensas e com repercussões negativas significativas nas atividades socioeconômicas e nos ecossistemas.

composição do povo cearense, estando presente em momentos de remodelações, seja do espaço, da identidade ou da economia provincial. Pois, representou um importante momento onde as relações entre os poderes constituídos, encabeçados por uma classe abastada, e o povo, entram em embate, onde o povo (a população pobre e desvalida) acaba mais uma vez sendo alvo direto do que viria a ser refletido sob o espectro de um conjunto de ações para o controle dos mesmos, em favor da “ordem social”.

A Província do Ceará após meados dos oitocentos viveria um “boom” de desenvolvimento econômico, que exigiria uma série de transformações no espaço urbano físico, perpassado por um discurso de progresso e civilidade. Porém, a grande seca de 1877/78/79 e as várias enfermidades que se disseminaram nessa época, compõem elementos que servem de base para a compreensão da busca do controle social da pobreza, da migração e da saúde pública.

De pronto, é preciso atentar para a ideia de sertão² de onde vinham os sujeitos com sua mão de obra fundamental para o desenvolvimento e embelezamento do espaço físico, mas também como elementos de tensões sociais. Desde o período colonial foi sempre perceptível a existência de disputas entre colonos e indígenas, homens e mulheres que serviram de base para a formação do povo cearense e tais relações estiveram intrinsecamente ligadas a constituição dos componentes e formadores do povo cearense, sendo válido ressaltar que a própria ocupação do espaço da capital foi fundamentalmente formado por essas populações interioranas.

O sertão cearense foi palco de uma série de tentativas de colonização que acabaram por fomentar conflitos nessas regiões tendo como objetivo o exclusivismo das áreas encontradas por colonos, e habitadas por indígenas da região, principalmente. Mais adiante, a consequência desses conflitos geraria o interesse pela implantação de núcleos urbanos seguindo o desenvolvimento econômico capitalista, que se observava na época, inicialmente ancorado no desenvolvimento das localidades, posteriormente vilas.

² Segundo Amado (1995, p. 148) de forma simplificada, pode-se afirmar, que às vésperas da independência, “sertão” ou “certão”, usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.

Foi nesse cenário que se constituiu por um longo tempo a economia que sustentava os alicerces da capitania. Desde o processo de colonização da região, a economia da Província do Ceará estava fundamentada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência, compondo assim um contexto agrário onde as relações sociais eram determinadas entre a submissão do sertanejo aos proprietários de terras e gado e o controle deste na vida da coletividade sertaneja. Segundo Cunha (2018, p. 99) a economia pecuária era fundamentada no trabalho livre, que dada as suas características de operação, inviabilizava o emprego de trabalho escravo. A curtição de solas e pelicas era praticamente a única atividade industrial de destaque na província, sendo realizada por meio de técnicas rudimentares no interior. Portanto, o sertão para o Ceará acaba se configurando como um espaço constituído por diversas tensões e por estar diretamente ligado ao processo econômico das localidades, o que geraria inúmeras mudanças que acarretariam na composição contemporânea do estado atual.

Porém, retornando as raízes da formação cearense e composição econômica onde se desenvolveu esse contexto, segundo Souza (1994, p. 32) a ocupação pecuária do sertão cearense se deu, não há dúvida, com o gado trazido das capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, por colonizadores que, requerendo as primeiras sesmarias interioranas, vieram ocupar, de início, o vale do Jaguaribe. É válido salientar, portanto, que no período ainda setecentista, a vida econômica da capitania se tinha desenrolado unicamente nos sertões, principalmente ao longo dos vales dos rios Jaguaribe e Acaraú. Foram esses dois locais, os primeiros pontos observados para a colonização da futura província, e onde mais tarde serviriam de estradas, desenvolvendo assim a ocupação do território cearense.

Segundo Cunha (2020, p. 212) mesmo com o considerável surto econômico que a província apresentaria baseado inicialmente na pecuária e na industrialização da carne bovina, dois grandes períodos de secas e o surgimento de uma concorrência mais forte por parte da pecuária gaúcha, ocasionou a decadência das charqueadas em território cearense, impactando negativamente sobre a economia local. Logo, no decorrer da colonização, novos elementos foram aparecendo ocasionando alterações no orbe econômico cearense e que serviram para moldar uma nova conjuntura local, trazendo novos “atores” na composição da base social

cearense. Nesse caso, nos referimos a inserção da economia algodoeira no contexto da região.

Novos elementos foram surgindo, provocando alterações na esfera econômica cearense que serviram de molde para uma nova conjuntura local, com novos atores inseridos na composição da base social cearense. Servindo de peça chave em todo esse processo, a inserção da economia algodoeira no cotidiano da região foi um ponto fundamental para o desenvolvimento econômico da província, propiciando novas relações de comércio e um crescimento financeiro concentrado em novos grupos que passaram a representar a elite da província. De acordo com Silva (2011, p. 55, *apud* CUNHA, 2018, p. 102), o gado representou a base econômica da região, porém, somente a produção do algodão é que possibilitou a entrada de um significativo fluxo de capital para o Ceará. Com o passar dos anos, sem abandonar a pecuária extensiva, a província do Ceará passou então a se amparar economicamente no plantio do algodão.

O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará, incentivado por comerciantes portugueses moradores na vila do Forte. (CASTRO, 2014, p. 29).

O crescimento do cultivo do algodão tornou este produto a principal riqueza da província ao longo do século XIX e a importância dessa nova conjuntura trouxe consequências na reformulação do incipiente quadro urbano cearense e dos seus sistemas de intercomunicação viária. Lemenhe (1991 *apud* BRUNO; FARIAS, 2011, p. 43) acrescentam ainda que com a separação de Pernambuco em 1799 e o desenvolvimento do comércio exportador algodoeiro, criaram-se as condições econômicas e administrativas para iniciar o longo processo que tornaria Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o principal núcleo urbano do Ceará, rompendo a hegemonia, até então, de Aracati. Fortaleza então acabou adquirindo o *status* de cidade, ainda no século XIX, após essa cisão e, principalmente, com a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho, agregado à condição de centro exportador de algodão, beneficiado com a abertura dos portos, em 1808, que

permitiu a cidade conseguir gradativamente impor sua hegemonia na organização urbana cearense.

A ascensão de Fortaleza proporcionada pelo comércio algodoeiro é algo muito assegurado pela historiografia cearense, como podemos verificar nessa passagem de Liberal de Castro³, onde o mesmo analisa a transição que sofrera a então capital Fortaleza,

Até o começo do século XIX a Fortaleza se havia mantido isolada, vivendo praticamente como debilíssimo ponto fortificado, local de estacionamento de pequena tropa e morada de uns raros reinóis. A posição de Capital, isto é, de centro administrativo da Capitania, agora autônoma (dependera de Pernambuco até 1799), agregada à condição de centro exportador de algodão, beneficiado com a abertura dos portos em 1808, vão permitir que a Fortaleza consiga gradativamente impor sua hegemonia, hoje incontestável, na organização urbana cearense. (CASTRO, 1992, p. 64).

Logo, é possível observar que o Ceará de modo geral, vinha passando pelo que entendemos como uma expansão econômica, impulsionada pela produção algodoeira, inserida no espaço mundial devido à guerra de secessão americana, o que traria como consequência a inserção do Ceará, e de maneira intensa a desenvolver um pretenso modelo civilizatório capitalista.

No entanto, um ponto crucial para entendermos de fato esse processo é constataremos, com base nas fontes, que esse avanço econômico e o desenvolvimento industrial estão ligados, em sua grande maioria, a um grupo de empresários e donos de terras que compunha uma elite letrada e econômica, influentes politicamente, com monopólios em áreas lucrativas e detentora de jornais nesse período. Esse entendimento nos faz pensar que esse desenvolvimento econômico, as altas taxas de lucros com o comércio algodoeiro e consequentemente a instalação de um mito civilizador na capital, estão diretamente ligados a esse pequeno, mas influente grupo de pessoas.

Porém, são nas páginas dos Relatórios de Presidente de Província - documentos utilizados como forma de prestação de contas perante a corte imperial e onde se poderia reivindicar algum tipo de ajuda - que fica evidenciado o estado econômico da província, em que era demonstrado pelos presidentes de província do Ceará que em relação a situação financeira da orbe pública provincial a mesma

³ Professor emérito da UFC, mestre de gerações de arquitetos cearenses, pioneiro da atividade profissional no Estado do Ceará e uma das principais autoridades brasileiras na área de patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Com importantes escritos acerca da história do Ceará, publicados principalmente na Revista do Instituto Histórico do Ceará.

acabara se mostrando, na prática bastante debilitada, necessitando cada vez mais da ajuda imperial e dos setores privados, composto uma essa elite econômica que estava lucrando com a fase do algodão, principalmente, apelando para o altruísmo e nacionalismo desses cidadãos. Conforme pronunciamento do Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, ao abrir a sessão da 25ª legislatura da assembleia provincial, em 1 de julho de 1880:

Por essa ocasião agradeça a todos os cidadãos que se prestaram a auxiliar a administração em tão ardua tarefa, a maior parte dos quaes só coparticipam nella por sentimentos de humanidade e patriotismo, com sacrificio dos seus interesses, e ainda expondo-se aos assaltos da maledicencia e da calmaria que, nem sempre, respeitam as mais solidas reputações e a dedicação ao bem público. (FALLA, 01/07/1880, p. 63).

No bojo dessas transformações e dos lucros oriundos da exportação, a cidade seguiu com um fluxo de expansão e modernização, financiado por grupos que compunham a elite comercial cearense. Porém, a tão almejada modernização do espaço físico acabara esbarrando em fatores que acarretaram mudanças no rumo das decisões e planos propostos por essa classe. Dentre esses principais fatores estava a devastadora calamidade climática da seca de 1877, vinculada a incidência de moléstias de caráter epidêmico, espalhadas por toda a província, como varíola e beribéri, que acabaram por constituir fatores de desagregação da vida econômica e social cearense, pois, ocasionaram uma massa de pessoas em situação de miséria, rumando para capital, fugindo das moléstias e da calamidade climática (advinda da seca), trazendo assim, sérias implicações sociais e políticas para a cidade e para toda a província.

A calamidade climática apresenta a figura do retirante sertanejo fugido do flagelo da seca como sendo parte central de um processo de constituição e trajetória de um povo e as suas remodelações do espaço material ou identidade cultural. Ao longo de todo o século XIX, a província do Ceará foi atingida diversas vezes por essa calamidade que tinha como consequência imediata a fome, a morte e o deslocamento populacional. Essa devastação climática que tanto assolou a província desencadeou ainda uma migração massiva de indivíduos oriundos das mais diversas localidades da província, em busca de socorros públicos.

Mesmo sendo uma área geográfica frequentemente acometida por esses desastres de ordem natural, a grande seca de 1877-1879 acabou se destacando e chamando a atenção diante dos números coletados e provocando a mobilização

social de grupos da capital cearense. Segundo Dias (2019, p. 176), na província do Ceará o impacto foi mais forte, o que pode ser verificado pelo expressivo volume de óbitos registrados e pelos movimentos migratórios. Mais do que um fenômeno natural, o desastre teve consequências sociais, econômicas e culturais, como podemos depreender do relato apresentado por Ponte (2014).

A grande seca de 1877-1879 não só esvaziou os reservatórios d'água de Fortaleza como trouxe graves efeitos sanitários para cidade. Desde, 1845, a província cearense não era assolada por este tipo de fenômeno climatológico. Nos três anos em que perdurou, a estiagem expulsou mais de 100 mil sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes. A maior parte desses retirantes famintos e depauperados ficou abarracada nos subúrbios. Sofrendo com o calor tórrido, exposta às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela cidade. (PONTE, 2014, p. 91).

Portanto, a tal modernização, vinculada a um processo de higienização social, em seu cerne não passava de uma tentativa de esconder a grande massa de pessoas em situação de miséria, que vinha rumando para capital, fuga de grandes moléstias e calamidades climatéricas do interior da província. Essa camuflagem acabou adquirindo uma nova roupagem com o passar do tempo, em que o imaginário capitalista acaba otimizando tanto o processo de produção econômica, como por exemplo a utilização da mão de obra volumosa que batia a porta da capital, livrando a cidade desses corpos desvalidos indesejados.

De tal forma que Fortaleza encarava de perto as consequências do flagelo causador de grandes fluxos migratórios para a então capital, e que constituiria fatores de desagregação da vida econômica e social cearense e agravava ainda mais a situação miserável de boa parte da população que se encontrava sem trabalho, sem moradia, desassistida pelos poderes constituídos. A realidade dessas pessoas maltrapilhas, “fugitivos” da seca e das moléstias que rondavam seus corpos desvalidos, em sua árdua caminhada em busca de socorros é muito bem retratada em alguns jornais da época, como nessa passagem do jornal *O Retirante*, que trazia o perfil daqueles que seriam os auxiliados pelas medidas assistencialistas das instituições.

De um lado o sentido pranto da indigência e do outro lado os estertores da agonia. Vacilam e fraquejam por toda a parte os nossos desalentados, desprotegidos e macerados irmãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neophito passageiro, no tombadilho de um navio rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso. Como verdadeiros embriagados tombam, cahem e

morrem em aluvião nas estradas publicas, sem encontrar um marco miliario para repouzar por um instante siquer a cabeça transtornada. Os seus esquelitos corpos servem de imento aos vorazes abutres, que, funebremente atenmorisados baixam a terra e com elles se banqueteam da mesma forma, que os vermes sob as lages campanarias. (O Retirante, Fortaleza, 01/07/1877, p. 01).

Mesmo que o fator climático não significasse algo de novo para o povo cearense, a seca de 1877-1879 em conjunto com as moléstias que grassavam na província trouxe consigo transformações espaciais que vinham ocorrendo desde o século XIX. Segundo Cardoso (2016, p. 87), nos sertões quando a comida escasseava, as pessoas saíam de suas casas vagando pelos caminhos e estradas em busca de ajuda. Ao chegar à capital, elas mendigavam pelas ruas, saqueando comércios e muitas morrendo ao longo das ruas, praças e arrabaldes. A presença dessa grande massa de migrantes, retirantes da seca, na Capital logo se tornou um problema de saúde e higiene pública, e, por conseguinte, geravam uma pressão política. Os retirantes eram considerados, pelas autoridades provinciais e pela elite local, portadores de doenças e causadores da desordem urbana, por sua aglomeração nos espaços urbanos e ocupação desordenada (DIAS, 2019, p. 179). No entanto, o problema não estava nestes desvalidos, mas sim nas condições miseráveis a que estavam sujeitos. Além do mais, vale ressaltar que a seca não é um criadouro de moléstias, mas sim um estado que proporciona o agravamento destas.

A chegada dos retirantes à capital da província em volumosas caravanas significou para os poderes constituídos um marco que num primeiro momento “manchou” o desenvolvimento de toda a província. Isso porque, além de lidar com pautas já então pensadas para modernizar a capital, se fazia necessário, com prioridade, tratar desses indivíduos que rumavam para Fortaleza em busca de sobrevivência, fugindo da seca e das enfermidades. A realidade desses retirantes em sua árdua caminhada em busca de “socorro” foi muito bem retratada em alguns jornais da época, como podemos constatar nesta passagem do jornal *O Retirante*, que descrevia o perfil daqueles que seriam os socorridos pelas medidas de assistência das instituições.

Humanos caritativos, alerta! Não deixai perecer mais um só de vossos irmãos á carência de uma migalha. Egoístas, phalanges de estultos fanáticos, mercenários e ricos inhumanos, saciai a vossa cobiça com o crescido número de victimas, já ceifadas pela fome e pela abundância de

vossa ingenerosidade. Reconcentrai-vos um pouco. Lembrai-vos, que a grande niveladora do cemitério — a morte — respeitar-vos-ha tanto quanto ao infeliz proletario, que se debate n'esta lugubre quadra, nas convulsões da agonia, e sem achar quem deposite um abulo na mão, que tremula se estende. A dôr é o tributo fatal da humanidade. Para que riqueza além tûmulo? Agora nós, senhores do governo: O que pretendeis fazer do povo que de vosso apoio necessita? Quereis acaso deixal-o morrer á fome por vossa, já não dizemos maldade, mas incúria e inacção? A iniciativa particular trabalha continuamente, é incançavel, haja visto os esforços da distincta directoria do Gabinete de Leitura. E vós dormis por essa indifferença dos Cresos; por essa im mobilidade da mulher de Loth. Pouco vos importa o soffrimento do povo, d'esse inditoso povo que, em bons tempos, enche com o producto do suor de sua fronte, os vossos vorazes cofres. Porque fazei-vos surdos aos gemidos angustiosos e dilacerantes das victimas que se debatem n'um leito de horrores? Vampiros do suor do povo cumpri o vosso dever. (O Retirante, Fortaleza, 01/07/1877, p. 01).

Esses corpos são entendidos na historiografia cearense e no estudo da história das secas, como corpos *desvalidos*. De acordo com Souza (2015, p. 180) o termo “desvalido” foi empregado na primeira metade do século XIX, originalmente associado à violência. Contudo, a partir da seca 1877-1879, passou a servir predominantemente para designar todos aqueles indivíduos afligidos pela escassez de água e alimento durante os períodos de estiagem. Esses corpos passaram a representar uma parcela significativa da população da capital cearense, que se aglomeravam em pontos da capital, residindo em moradias improvisadas onde não havia sequer meios de higiene básica, necessária para sobrevivência. Assim, acrescenta Souza (2015, p. 182) que ao longo das 5 (cinco) secas, ocorridas entre 1877 e 1932, houve a formação e o adensamento de um contingente populacional de migrantes que tiveram nas ruas da capital do Ceará e nas dos municípios onde foram instaladas as comissões de socorros, um cenário de adversidades.

Portanto, a seca foi deixando um rastro de miséria composto por numerosas caravanas⁴ de exilados pela fome, onde esses por sua vez, estavam à mercê das medidas assistenciais ofertadas na capital. Segundo Ponte (2014, p. 84), em 1878 havia em Fortaleza cerca de 100 mil retirantes, para uma população residente, na época, em torno de 30 mil habitantes. Este cenário acabou sendo retratado também em relatório em que o Exmo. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira d'Aguiar, em 23 de novembro de 1877.

⁴ Quando se dão tantos esbanjamentos, o Ceará testemunha uma caravana de famintos que, não se compenetrando de seus direitos, sujeita-se a esmolar o pão da caridade, soffrendo insultos, sarcasmos e tudo supportando com resignação evangélica! (O Retirante, Fortaleza, 29/07/1877, p. 01).

As numerosas caravanas d'esses exilados da fome encaminharam-se, ora para as serras da Ibiapaba, Meruoca, Baturité, Aratanha, Palmeira, Maranguape e valles do Cariry, em cuja frescura e amenidade do clima procuravam abrigo aos tormentos da estação, ora para as margens do littoral, onde alguns recursos naturaes acenavam-lhes a confiança, ora para as povoações mais proximas à esta Capital, como sejam: Pacatuba, Maranguape e Mecejana, e, finalmente, para dentro d'esta cidade, arrimo ultimo e apoio supremo da salvação, que vinham buscar. No momento em que me dirijo a V. Exc. a população adventicia nesta Capital é assas numerosa, sendo calculada em mais de quarenta e tres mil pessoas, e todos os dias seu numero cresce, à medida que os retirantes, abandonando os seus primeiros pontos de emigração, se deslocam precipitadamente em fuga para a Capital, onde os anima a tranquillidade de que nella se lhes fara effectiva, sem intermittencias, a protecção que o Estado lhes concede. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 20).

A luta pela sobrevivência era algo inerente à migração, raros eram os casos em que a migração era feita de maneira intencional. Na maioria, principalmente naquela época e considerando-se o perfil desses indivíduos, a migração era encarada como última alternativa, no desespero da busca por melhores condições de vida. Muitos padeciam pelo caminho, nas estradas, até chegar à capital onde o desespero das vítimas da fome era algo constante para esse povo. Como foi descrito no relato do Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província, proferido em assembleia provincial, em 1 de novembro de 1878.

Depois de alimentar-se de raizes silvestres (especialmente da mucunã) de algumas especies de cactus (chique-chique, mandacaru) e bromelias (croatá, macambira) do palmito da carnauba e de outras palmeiras, das amendoas e entrecasca dos cocos, o faminto passara a comer as carnes mais repugnantes, como a dos cães, a dos abutres e corvos, e a dos repteis. Se bem que raros, davam-se casos de anthropophagia; e por cumulo de horror, ainda houve não sei se diga um perverso, se um infeliz, que procurou no municipio de Lavras vender, ou trocar por farinha, um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadaveres foram encontrados que conservavam nos membros semi devorados os signaes do extremo desespero das victimas da fome. (FALLA, 01/11/1878, p. 39).

Em um contexto que unia milhares de migrantes maltrapilhos, o alastramento de moléstias e um mercado em aquecimento, não demoraria muito para que alguns cearenses vissem a situação por outra ótica, e conseqüentemente, acabaram se beneficiando da situação e das medidas estatais. Logo, haveria uma interconexão entre medidas do Estado e o enriquecimento de famílias nesse período. A situação referente aos migrantes da seca acabou por enriquecer fazendeiros e moradores de Fortaleza, quando esses migrantes, a caminho do litoral traziam animais e não tinham como sustentá-los e logo os vendiam a qualquer preço, criando um mercado indireto de obtenção destes animais.

Com effeito desde dezembro de 1877 tornaram-se excessivamente difficeis os transportes, e alguns que se conseguiam para diversas localidades do interior, custavam o triplo e o quadruplo do preço dos generos alimenticios. Em varios lugares empregavam-se os homens em puxar a 20 e 30 leguas de distancia os carros que transportavam os generos destinados a soccorros publicos. A maxima parte das obras, em que se occupavam os indigentes, foram suspensas; a fome começou a dizimar a população; e as estradas encheram-se de retirantes que demandavam o littoral. Para fazerem a viagem vendiam por preço infimo a ultima joia da mulher e da filha; e alguns que ainda traziam animaes, não tendo meios de sustenta-los os entregavam ao primeiro comprador por qualquer quantia. Homens que ha pouco possuiam fazendas de gado e de lavoura, occupavam postos elevados na guarda nacional, e os primeiros cargos municipaes, vinham pedir um lugar no alojamento dos indigentes, ou numa passagem para fora da provincia. (FALLA, 01/11/1878, p. 41).

Logo, conforme supracitado, conseguimos observar que a presença desses indivíduos estava intimamente ligada a necessidade da busca por ajuda, sendo esta do Estado ou mesmo de cunho privado. Tais medidas iam de encontro com os ideais modernistas que rondavam a capital no período, tendo em vista que uma vez controlados e adestrados, esses corpos poderiam compor, de forma específica, o projeto urbano provincial de desenvolvimento para a elite política e econômica da província.

Com a chegada inesperada da seca o Governo Provincial não conseguiu adotar medidas preventivas para evitar a crise, logo, foi apenas uma questão de tempo para que as funestas consequências passassem a fazer parte do cotidiano da capital. Com todo esse cenário caótico, setores da sociedade passaram a sofrer constantemente com os distúrbios proporcionados pela seca, principalmente com as moléstias e aglomerações indevidas. Diante disso, uma das áreas bastante afetada foi a saúde pública, intimamente ligada ao estado sanitário da província, que foi de pronto impactado de forma direta e brutal com a chegada desses milhares de retirantes ao espaço urbano.

2.2 Doenças, saúde pública e higiene provincial

É fato que ainda no final do império brasileiro havia a ausência de uma estrutura eficaz para o tratamento de doenças, aliado a um grande atraso científico. Tais fatores, juntos, resultavam na carência institucional para o efetivo exercício de aparatos de saúde mínimos. Essa ótica perpassa a ilustre frase do médico Miguel

Pereira, de um “Brasil como imenso hospital”, nos remetendo a um período onde a história da saúde pública no Brasil, em larga medida, estava atrelada a uma história de combate aos grandes surtos epidêmicos em áreas urbanas e das denominadas endemias rurais (LIMA, 2002, p. 40).

Sob esse espectro a configuração de um “sistema” de saúde – com seus atores sendo os próprios médicos, filantropos, financiadores – perpassando sua formação e ação prática, acabou exercendo um papel importante na configuração das relações, representando o estabelecimento de medidas de proteção e assistência à pobreza em uma dada região. Essas ações de proteção à saúde e a assistência pública foram e são objetos de constantes debates, estando ligadas diretamente as tentativas de normalização dos corpos e ordenamento social.

Lima (2002, p. 29) ressalta que no século XIX, o conhecimento científico sobre as condições de saúde das coletividades humanas encontrava expressão no estudo da higiene, disciplina que se formava sob a influência do intenso processo de transformações pelo qual passavam as sociedades europeias com o advento da industrialização e da urbanização. Esse processo de desenvolvimento gerado pelo crescimento comercial alimentava a necessidade de se constituir reformas sanitárias e urbanas. No caso do Ceará, essa proposta adquiria um caráter crucial, quando passamos a verificar os fatores que ligavam a cidade populosa e o estabelecimento de medidas de proteção⁵ a essa população.

Refletir sobre o pensamento higienista que compunha a saúde pública, em um período marcado por um arcabouço de ações arcaicas no que tange a medicina, serve também como resposta para os alarmantes números estatísticos de mortalidade no período, bem como a facilidade da disseminação de doenças e até mesmo das consequentes medidas provinciais em decorrência desses fatores, que iam ganhando cada vez mais importância atrelada ao desenvolvimento da medicina nacional e os discursos propostos nos centros de conhecimento, como Rio de Janeiro. Esse ideário higienista buscava empreender determinadas práticas e que essas refletissem nos corpos e em seus comportamentos, tais práticas pensadas e financiadas por uma classe abastada que detinha a “máquina” política nas mãos.

⁵ Segundo Lima (2002, p. 30) a associação entre cidade massiva e patologia era uma constante, ao mesmo tempo que o receio diante da desordem e a necessidade de respostas em termos de políticas públicas podia ser verificado nos diferentes países europeus, ainda que com significativa variação nas propostas de reforma.

Portanto, os discursos deste período eram marcados por um pensamento que na prática resultaria em ações segregacionistas, ancorado na ideia de um sistema eugênico higienista por um lado e por outro, ações outras que representavam os anseios e interesse dos poderosos que pretendiam dar continuidade a qualquer custo, ao processo modernizador.

É importante ressaltar que, segundo Boarini e Yamamoto (2004, p. 62) nem o movimento higienista, nem o eugenista eram aceitos e reconhecidos no seio da população em geral. Tratava-se de um pequeno grupo, em termos numéricos, formado por médicos em sua maioria e, a considerar os padrões da época, com grandes eruditos dentre eles.

Todas essas questões representava o que no Brasil estava sendo considerado como a formação de uma nova mentalidade de assistência médico hospitalar, que seria experimentada exatamente no final do século XIX para o início do século seguinte. O que antes era visto como formas caritativas ligadas a ambientes exclusivamente religiosos, pela questão central do cristianismo ao atendimento da população carente, passariam por mudanças que dariam início ao surgimento de novos “espaços hospitalares”. O que viria a ser a transformação do hospital de um espaço de caridade para um lugar de cura, processo que não aconteceu da noite para o dia, devido a existência de tensões marcadas por essa dualidade entre caridade e práticas médicas científicas, mas que teve nessas intrínsecas ações realizadas em momentos críticos da sociedade – como calamidades, migrações e epidemias -, verdadeiros marcos na virada de chave para o entendimento da área médica, como também atingir os interesses privados.

No caso do Ceará provincial, e em outras localidades do mundo, é possível verificar a existência desses discursos higienistas e eugênicos, o que acabava fortalecendo e indo de encontro com a construção de identidade que alguns grupos na estratificação social buscavam, tendo em vista o pensamento republicano em voga na época. Fatores como a urbanização sem planejamento, o desordenamento urbano e a precária rede de assistência médico hospitalar, se apresentavam como resultados de problemas de toda ordem, entre os quais destacavam-se os de natureza médica, como as condições sanitárias e os surtos epidêmicos. Essa situação inquietava as classes dirigentes que visualizavam possibilidades de mais doenças e consequentemente desordem social.

Como explicitado no tópico anterior, a chegada desses imigrantes em Fortaleza influía diretamente em mudanças socioespaciais na capital, que logo trariam consequências de curto e longo prazo. Na prática, a capital da província estava entregue a aglomerações insalubres espalhadas pela cidade, onde não havia conhecimento sobre condutas sanitárias e muito menos ferramentas necessárias para se manter uma higiene básica. Uma população que detinha um importante papel para sociedade, em termos econômicos e políticos, mas que se encontrava desassistida pelos poderes constituídos, neste “cenário” parecia conviver um crescente fluxo de mercadorias, decorrentes do desenvolvimento econômico e as mazelas e doenças que os atingiam.

Produto dos grandes fluxos migratórios, a relação entre retirantes e classe abastada acabara gerando uma intensa efervescência social na província. É possível analisar como o espaço urbano fortalezense atingido, nas palavras do próprio Presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, em relatório entregue a capital do Império que servia de justificativa para as verbas investidas na província:

O estado sanitario da provincia nas condições climatericas em que ela se acha é bastante melindroso. A estação, rigorosamente calmosa, a agglomeração de povo em diversas localidades, a inobservancia das leis da hygiene que não são consultadas parecem haver despertado os focos de infeccção ou as causas morbidas que conspiram contra a salubridade publica. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 11).

Dessa forma, os poderes constituídos, formados por indivíduos pertencentes à classe abastada fortalezense, composta por profissionais liberais, comerciantes e políticos - que estava à frente de um projeto urbano modernizador para a província, se deparam com um momento em que precisam aliar seus anseios com a situação de miserabilidade social da população, além da crise sanitária que estava instaurada com as idas e vindas de retirantes diariamente para capital cearense. A cidade, como indica Carvalho & Lima (1992 *apud* LIMA, 2002, p. 35), passa então a ser vista como “laboratório social”, onde se poderia observar os aspectos disruptivos da nova ordem: fome, doenças, embriaguez e loucura. O então presidente da província, o Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, em pronunciamento destinado a assembleia provincial, em 2 de julho de 1877, acaba expondo essa relação entre higiene e epidemias vivenciadas no contexto provincial.

Em quanto as leis da hygiene não forem consultadas e seguidas como o elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias, deixando seus focos de infecção e as causas mórbidas que concorrem para desenvolvê-las não será possível contemplar um estado sanitário sempre lisongeiro e afastar os olhos de alguns desses males que tomam posição saliente na lista dos soffrimentos humanos. (FALLA, 02/07/1877, p. 20).

As circunstâncias atípicas resultantes da calamidade que afetava a província alteraram profundamente o estado sanitário no período de 1877 em diante. Muitas localidades até mesmo do interior foram acometidas por numerosas moléstias de feição epidêmica⁶. Na capital, a aglomeração era maior, tomando proporções extraordinárias, elevando substancialmente o quadro obituário local. Com a chegada repentina da seca o Governo Provincial não conseguiu adotar medidas preventivas no que tange a essa inesperada crise, e logo, foi questão de tempo para que as funestas consequências passassem a fazer parte do cotidiano da capital. No tocante ao estado sanitário da província, este foi de pronto impactado, de forma direta e brutal com a chegada desses milhares de corpos ao espaço urbano.

Diante de tal contexto, era questão de tempo para que a saúde pública passasse a ser afetada também de maneira incisiva. É válido ressaltar que toda concepção de higiene no ambiente provincial estava muito ligada a práticas ainda coloniais, demonstrando um ambiente extremamente insalubre que acabava propiciando o surgimento de moléstias e o seu fácil alastramento. Quando fazemos a junção desse argumento com o caos vivido em Fortaleza, não demoraria muito para que estas se fizessem presentes no cotidiano, trazendo consigo ainda mais desordem, e consequentemente, aumentando o obituário.

Logo que os efeitos da seca começaram a manifestar-se na provincia, appareceram nessas e em outras localidades febres infecciosas de diversos typos e natureza, formando por si só constituição medica reinante no primeiro semestre do anno de 1877. No segundo semestre desenvolveram-se febres intermittentes e remittentes com predominancia do elemento bilioso, que nesta capital e outros pontos eram de character grave e tornaram-se rebeldes aos mais poderosos auxilios da sciencia, ao mesmo tempo que a diarrheea, dysenteria, anasarca por discrasia do sangue e o beri-beri ceifavam numerosas e preciosas vidas. Quando assumi a administração estas enfermidades ja tinham a forma epidemica e, alimentadas por diversas causas, abriam immensos claros nna população da provincia. Só nesta cidade falleciam de 3 a 4.000 pessoas por mez [...] a agglomeração da população em perimetros acanhados e infectos; a falta de asseio nas classes menos educadas; o uso de substancias nocivas á saude

⁶ Em Sobral, Granja, Quixeramobim, Acaraú, Aracaty, Baturité, Pacatuba e Maranguape elas se desenvolveram com maior intensidade e fizeram crescer o número de vítimas. (FALLA, 01/11/1878, p. 36).

de que se alimentou por muito tempo a população faminta; a deficiência e o natural viciamento da alimentação, especialmente das águas e das carnes, concorrendo com ellas as materias organicas em decomposição dispersas nas cidades e nos campos. (FALLA, 01/11/1878, p. 36-37).

Logo que os efeitos da seca começaram a se manifestar na província, foram seguidos de perto por febres infecciosas de diversos tipos e natureza, nesta e em outras localidades, naquele primeiro semestre do ano de 1877. No segundo semestre, começaram a desenvolver-se as chamadas febres intermitentes e remitentes com predominância do elemento bilioso, que nesta capital e em outros pontos da província, eram de caráter grave e tornaram-se de difícil tratamento para o alcance médico do período e das condições que se encontravam no Ceará, sendo acompanhadas de perto, ao mesmo tempo, por iminentes diarreias, disenterias, anasarca por discrasia sanguínea e o beribéri, ceifando vidas em escala crescente⁷, como apontava Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, em FALLA (1978) de abertura da 1º sessão da 24º Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de Novembro de 1878, relatando sobre a situação sensível da província.

Quando assumi a administração estas enfermidades já tinham a forma epidêmica e, alimentadas por diversas causas, abriam immensos claros na população da provincia. Só nesta cidade falleciam de 3 a 4.000 pessoas por mez, e quasi igual numero no Aracaty. (FALLA, 01/11/1878, p. 37).

Assim, o estado sanitário, embora sujeito a alterações, era bastante melindroso, devido ainda as condições climáticas na província. A aglomeração do povo em diversas localidades e a inobservância das leis de higiene pelos mesmos - sendo estas não consultadas - parece ter despertado focos de infecção ou “causas mórbidas que conspiram contra a saúde pública”, pois, dentre as moléstias então encontradas na província se destacam febres paludosas, beribéri, febre amarela, varíola, disfunções intestinais etc. Todas ligadas a facilidade de transmissão e o descumprimento de normas de higiene que precediam as formas de controle e disciplinamento dos corpos em prol de um ordenamento civil.

As febres, como citado anteriormente, faziam parte do cotidiano da população cearense. Com o aparecimento da seca calamitosa de 1877 e o agravamento da situação da população, principalmente no que concerne a localidade de vivência dos retirantes, foi possível se observar um panorama extremamente crítico.

⁷ Falla, 01/11/1878, p. 36.

O estado sanitario da provincia, embora sujeito a alterações em epochas certas e determinadas, não passou pela prova de uma dessas epidemias que, abrem para os povos momentos de angustias e sofrimentos. Não obstante, em algumas localidades da provincia, reapareceram de novo as febres intermitentes e paludosas, victimando de preferencia as populações da Granja, Acarape, Mecejana, S. Bento d'Amontada, Acaraú, Santa Anna, Viçosa, Trahiry e a Capital. Chegando ao meu conhecimento que nas duas primeiras dessas localidades, Acarape e Granja, estavam grassando febres de mau caracter, e atacando com intensidade a seus habitantes, fiz ellas seguir immediatamente o doutor inspector da saúde pública para, examinando pessoalmente o typo do mal dominante, occorrer com as providencias necessárias para debella-lo. O Dr. inspector da saúde verificou que as febres alli reinantes eram paludosas e biliosas. Foi muito resumido o numero das pessoas que vieram a fallecer em consequencia dessas febres, que facilmente cediam as applicações ensinadas pela sciencia. De accordo com as medidas lembradas pelo doutor inspector da saúde não me fiz demorar na expedição das providencias exigidas para fazer cessar as molestias existentes nessas localidades, enviando para elas ambulancias com medicamentos apropriados e nomeando commissões de pessoas mais idoneas, a quem foi incumbido de velar pela sorte dos enfermos indigentes, conforme as instrucções por aquelle digno funcionario remetidas. Graças a essas medidas a epidemia tem declinado. (FALLA, 02/07/1877, p. 19).

Além dessas febres apareceram na capital alguns casos também de febre amarela, que acometiam tanto os estrangeiros como os recém-chegados de outras localidades, doença que apareceu na capital com um caráter grave, mas que também estava a se alastrar pela parte interiorana da província⁸, fazendo com que o então presidente exercesse ações de cunho assistencial para o tratamento de doentes, como o envio de ambulâncias e outras providências tomadas pelo então inspector de saúde.

A recrudescencia do calor operada pela estação excepcional que atravessamos tem feito reaparecer essa fatal enfermidade que já vai ceifando algumas victimas, e é para temer não se generalise tomando um caracter mais sério e grave. Estou de sobre aviso para evitar quanto possível o seu desenvolvimento, adoptando aquellas medidas hygienicas que as circumstancias reclamarem, removendo todas as causas que possam conspirar para a sua propagação. (FALLA, 02/07/1877, p. 20).

O lamentável estado de saúde vivenciado por muitos cearenses acometidos pela forte influência das torturantes crises epidêmicas de varíola chegava aos corpos desvalidos de forma avassaladora e sua agressividade praticamente inviabilizou a ação dos poderes constituídos. A varíola, somente passou a ser controlada iniciaram-se as medidas de prevenção, principalmente a vacinação.

⁸ Ipú, Limoeiro, Crato, Canindé, Imperatriz, Arraial, Mecejana, Pacatuba, Trahiry, Acaracú, Maranguape, Granja, Santa Quiteria, Acarape, Sant'Anna, Tamboril, S. Francisco, Baturité, Conceição, Canôa, Pendencia, Mulungu, Pernambucozinho, Jubaia, Cascavel, União, Aracaty, Boa-Viagem e S. Bernardo das Russas. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 11).

Em meio da crise que ostenta-se actualmente em toda a sua nudez, aparecem alguns casos de variola nesta capital; mas graças as medidas empregadas com a maior solicitude poderam ser localizados, sem propagar-se o perigoso germem d'essa terrivel enfermidade. Uma d'essas medidas foi o emprego do meio preventivo da vaccinação que se estabeleceu n'esta capital em larga escala pelos dignos medicos de corpo de saude - Drs. Antonio Manoel de Medeiros, Meton da Franca Alencar, Francisco Jacintho Pereira da Motta, Pedro Augusto Borges, Antonio Pompeu de Souza Brazil, José Lourenço de Castro e Silva e Dr. Inspector da Saúde Pública - João da Rocha Moreira; os quaes vaccinaram para mais de dez mil pessoas, seguindo-se em toda a provincia a applicação d'essa util providencia. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 11).

O primeiro cuidado então, foi de se realizar a eliminação extrações das causas que atingiam de forma cruel o estado sanitário da província, providenciando mudanças que então alterassem e melhorassem as condições higiênicas da capital. Em seguida, o presidente da província:

Immediatamente tractei de promover por todos os meios a meu alcance a limpeza da capital, de retirar para fora della os indigentes, e de obter dos profissionaes a indicação das medidas mais convenientes a hygiene publica. Para este fim nomeei uma comissão medica, composta do Dr. Inspector da Saude Publica, do Delegado do cirurgião-mor do exército e do Dr. Antonio José de Mello. (FALLA, 01/11/1878, p. 37).

Para lidar com esse cenário, a presença dos médicos era de suma importância, tanto que é possível visualizar a presença de muitos deles, ocupando cargos de notório prestígio social. Suas ações eram vistas e reconhecidas por políticos e pela sociedade cearense em geral, e logo, considerados como verdadeiros heróis, por suas destacadas atitudes patrióticas e sentimentos humanitários, viviam em prol da busca pela salubridade provincial, exercendo por muitas vezes consideráveis doações, pois a ausência de pagamento era constante.

Antes de concluir sobre este assumpto, devo consignar os serviços sem conta, que teem prestado os dignos medicos do corpo de saúde nas commissões que lhes teem sido confiadas e que desempenham com os votos solennes que juraram ao investirem-se de seu sublime sacerdocio. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 12).

As ações em favor dos retirantes da seca foi algo marcante para a história da província, pois foi exatamente pela ligação entre poder público, médicos e classe abastada, que foi possível desenvolver alternativas para o controle e assistência desses corpos. Em relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro, João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, em 22 de fevereiro de 1878, é possível constatar essa informação.

O prodigioso augmento da emigração do centro para esta capital tem por tal forma avolumado o trabalho dos medicos, a cujo cargo se acha o tratamento gratuito dos indigentes que foi um precioso socorro o offerecimento feito pelos doutores Manoel Antonio Theodoro, medico da corveta de guerra «Paraense» e Antonio Mendes da Cruz Guimarães para coadjuvarem os seus collegas em tão afanoso serviço, e em honra d'esses prestimosos cidadãos, corre-me o dever de declarar que os seus offerecimentos foram aceitos com todo o reconhecimento de que eram credores. (RELATÓRIO, 22/02/1878, p. 07).

Os médicos então assumiram a tarefa de curar os migrantes da seca das moléstias e não resta dúvida que desempenharam sua missão com primazia, e na medida do possível e nas condições que eram oferecidas, visitavam doentes em qualquer parte onde estes se achassem⁹.

2.3 Assistência e socorros públicos

A situação em que se encontrava a província representava para o governo provincial uma série de problemas: uma cidade apinhada de sertanejos desvalidos vagando sem rumo, filhos que perdiam seus pais, a penúria da população; e por outro lado, o esforço saneador das elites políticas em transformar a cidade, aos moldes de uma Paris Tropical. De acordo com Oliveira (2019, p. 130), foi necessário promover medidas estatais e assistenciais com o propósito de findar as nefastas consequências da estiagem e das doenças, sobretudo na capital, Fortaleza. De forma que, nos anos de 1880, com uma efervescência intelectual atrelada a disputas políticas e uma desastrosa crise social na província, foram sendo produzidos discursos provinciais acerca da construção de espaços que atenderiam as expectativas das elites políticas e econômicas.

Conforme Ponte (2014, p. 29), a disciplinarização do espaço urbano da capital cearense a partir do final do século XIX encontra-se estreitamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, sobretudo por meio do controle da saúde, dos corpos, hábitos e comportamentos. Em meio a esse jogo político de reordenação social, em grande parte desencadeado pela emergência das novas demandas do capitalismo, há uma percepção histórica acerca da associação entre as representações de infância e a

⁹ Relatório, 22/02/1878, p. 07.

gestão da sociedade burguesa que se autoprojetava como empreendedora e remodeladora dos espaços urbanos.

Com o passar do tempo, visando conter a aglomeração que se desenvolvera em decorrência da migração e a aparição de moléstias que acarretavam um elevado índice de mortalidade, o então Governo Provincial iniciou uma série de medidas que foram adotadas visando o controle dessa população e um melhor ordenamento urbano para a capital que não tinha a mínima estrutura para comportar a tamanha massa de retirantes. A primeira medida adotada pelo governo foi a criação das chamadas Comissões de Socorros em diversas localidades, com o intuito de organizar essa população e servir de intermediário entre o povo e administração.

O meu primeiro passo foi nomear comissões de socorros para as diversas localidades, organisando esses corpos collectivos, com funções proprias, de pessoas as mais prestigiosas, que servindo de intermediarios entre o povo e a administração, se constituissem perante ella os procuradores de seus direitos, velassem por suas necessidades e promovessem a iniciativa da caridade particular que, em crises semelhantes, occupa a linha de honra em quanto não for extinto do coração humano o sentimento generoso dessa primeira virtude christã. (FALLA, 02/07/1877, p. 37)

Outro mecanismo criado, buscando manter sob controle a situação em relação aos migrantes, que se recolhiam à Capital, foi a regularização dos serviços necessários à sua própria recepção: alojamento, socorros e tratamento. O então presidente, o Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, em seu Relatório (1877, p. 21) foi em busca de nomear cidadãos com um dito prestígio social para encabeçar essa ação, a quem incumbiu especialmente a distribuição dos socorros, com a construção dos chamados abarracamentos nas imediações da cidade, onde os retirantes seriam recolhidos pelos membros dessas comissões e divididos em 5 (cinco) distritos.

Esses espaços chamados de abarracamentos não passavam de uma espécie de acampamentos improvisados, que foram instalados pelo Estado para abrigar esses retirantes da seca de 1877, e onde estavam localizados mais de 100.000 mil indigentes, conforme relata o Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros (FALLA, 01/11/1878, p. 5). No entanto, esses locais também foram alvos de intervenções do próprio Estado devido às condições de vida encontradas nos mesmos, o que se configurava como um possível foco de outros problemas para província, tendo em

mente o melindroso ambiente que se formava, a vasta aglomeração de pessoas em condições higiênicas precárias e o rápido contágio de doenças.

Mais de 200.000 emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do littoral. Esta capital carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, o lyceu, o quartel de policia, as eschololas publicas, muitos outros predios em diversas ruas serviam de alojamento de retirantes, e em cada um delles se apinhavam centenas de individuos quasi inanidos. Os abarracamentos eram imundos, e não tinham commos sufficientes, nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação das epidemias remantes. O mesmo se dava nos outros lugares em que se accumulava a população do interior. (FALLA, 01/11/1878, p. 37).

Percebe-se que a construção de abarracamentos acompanhou intimamente os discursos provinciais de amparo aos retirantes proposto pelas elites. Esses espaços seriam um esboço de obras maiores idealizadas e realizadas mais a diante como forma e medida de combate e controle da pobreza. Outra ação foi tornar aquela massa útil e produtiva para desenvolver a província, utilizando-a em obras provinciais, tanto na capital como em regiões interioranas, na construção de açudes, em troca de rações e algumas sementes (FALLA, 01/07/1880, p. 62).

O cenário e magnitude dessas calamidades representavam um momento chave no sentido de colocar em prática outra ação para o controle desses sujeitos: a construção de instituições de caráter assistencial, que ao que parece, era uma ideia que vinha sendo acalentada há certo tempo pelos administradores e intelectuais cearenses. O projeto de construção de instituições assistenciais visava também oferecer resposta a vivenciada situação de miserabilidade tida como um dos fatores para uma Fortaleza desordenada, e que não atendia aos anseios das elites arrivistas. Buscando suprir tais interesses, a elite cearense começava a pôr em prática a construção de espaços que comportassem um grande número de pessoas e resultasse no afastamento das áreas públicas, aqueles que eram vistos como representantes do atraso, da pobreza e “poluíam” a imagem da Fortaleza que se modernizava.

Essa elite representava em parte a chamada Mocidade Cearense¹⁰, que ao longo desse período ficou marcada pelos seus empreendimentos em prol da

¹⁰ Segundo Cardoso (2016, p. 14) representava uma geração de intelectuais que compuseram o denominado “movimento de 1870”, o movimento abolicionista e o movimento republicano “de última hora” no Ceará, com atuação centrada em Fortaleza. Fundaram entidades literárias, científicas e filosóficas, como a Academia Francesa do Ceará (1872- 1875), o Clube Literário (1886-1888), o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), a Academia Cearense (1894-1922) e o Centro Literário (1894-1904).

civilização, da “regeneração social” desses desvalidos. Intelectuais que acreditavam ser os agentes do progresso social e que enxergavam nos cearenses tendências naturais ao desenvolvimento. Segundo Cardoso (2016, p. 84) o fenômeno das secas, típico do Ceará por estar geograficamente situado no semiárido brasileiro, foi um dos enunciados mais utilizados pela Mocidade Cearense na montagem da sua máquina discursiva. A representação era de indivíduos com corpos mais fortes e resistentes, capazes de vencer o meio físico e o social, superando as adversidades climáticas. Seguindo esse pensamento, os discursos construídos no período acerca do dilema cearense, para essa classe letrada, se configuravam como um projeto de suma importância, pois significava na prática a materialização dos ideais desse planejamento elitista.

A vista disso, os debates científicos voltavam-se para a questão da volumosa população que se acumulava nas ruas da capital além de questões a ela atreladas como a higiene, salubridade, emprego, doenças, educação dos órfãos e etc. Daí então, a partir desses embates foram colocadas em prática políticas de controle e disciplinamento dessa população, com a criação de instituições que “resolvessem” essas problemáticas, e concomitantemente, a utilização da mão de obra migrante em obras espalhadas por toda província, conforme é relatado pelo Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, ao apresentar um balanço entre as receitas e despesas entre o período 1877-1879, insistindo na utilização destes indivíduos em obras espalhadas pela província, como forma de mão de obra barata e abundante.

A despesa de 1879 excedeo em 46:273\$788 reis a de 1877 em 142:567\$637, a de 1878 em 136:114\$944 reis a orçada. A diferença da despesa em relação ao de 1877 e 1878 procede das seguintes causas:

1º Da revogação do art. 8º da Lei n. 1769 de 11 de Setembro de 1877, que mandou descontar, desde a sua data, 15% sobre todos os vencimentos excedentes de 50\$000 reis mensaes, e 5% sobre os inferiores a essa quantia. (Lei n.1779 de 18 de novembro de 1878).

2º Da revogação dos arts. 20,21 e 22 da citada lei de 1877, que suprimiam todos os empregos pulcos, que vagassem, e suspendiam por 4 annos as aposentadorias, até o restabelecimento das finanças, a gratificação da 3º parte dos vencimentos aos empregados que contassem mais de 25 annos de serviço. (Lei n.1775 de 23 de novembro de 1878).

3º Do preenchimento das vagas de muitos empregos que em razão da secca e da peste, estavam abandonados desde 1877

4º Effectividade dos pagamentos autorisados e satisfação pontual dos compromissos para não continuar o legado de didvidas de exercicios findos.

5º Accrescido da despesa na Representação Provincial, Secrataria do Governo, Instrucção Publica, Thezouro Provincial e Força [...] pelas leis n.1816 de 23 de janeiro de 1879 e n.1859 de 9 de outubro do mesmo anno,

tendo sido votadas muitas verbas mais regularmente em vista das demonstrações do Thezouro Provincial [...] necessaria a propagação da sessão legislativa sendo elevada a [...] gratificação do secretario da presidencia, a 1:000\$000 os vencimentos dos Praticantes do [...], atendidos varias necessidades da istrucção publica, melhorados os vencimentos das [...] do corpo de policia, estendendo-se aos officiaes do exercito, que destacam para o interior, a mesma ajuda de cada concedida aquelles e votando-se as quantias necessarias para o tratamento e as praças no [...] e outras despesas imprescindiveis que não se comprehendiam nos orçamentos anteriores.

6º O reparo e conclusão de muitas obras provinciaes, que foram iniciadas com os serviços dos indigentes soccorridos pelo Estado, e que desde 11 de junho de 1879 ficaram a cargo da provincia e exigiram crescida despeza para não ficarem [...]; pelo que, alem da verba orçamentaria de 8:000\$000 reis, foi applicadas e ellas o credito suplementar de [...] reis, votado pela lei [nº1859] de 9 de outubro de 1879. (FALLA, 01/07/1880, p. 40).

Ficou claro que esse controle se voltou não somente para a questão da movimentação desses indivíduos, mas também para a exploração dos seus corpos visando a sua utilidade produtiva, dentro de uma lógica capitalista, que se expandia na época. Na lógica de um capitalismo predatório, esse indivíduo precisava ser rentável para o sistema e para quem o controlava, neste caso, a elite econômica cearense, buscando por um lado desenvolver o próprio estado, e compreendendo as vantagens que essa mão de obra representaria para as obras públicas, visava obter também o controle daqueles que não se enquadravam nessa teia.

Essa classe identificava a composição e formação de espaços de assistência como sendo uma espécie de laboratório civilizatório de formação do povo. É oportuno ressaltar o trabalho de Mattos (1987), em sua obra *O Tempo Saquarema*, onde o mesmo destaca que esses espaços podem ser entendidos como locais para a aglutinação e incorporação de segmentos não úteis ao estado imperial. Na perspectiva do seu estudo, essas populações seriam adequadas ao chamado "laboratório saquarema" de formação do elemento popular. Diante disso, o contexto em que se apresentava o Ceará provincial de 1877, com toda a massa de retirantes, as medidas assistenciais também passam a fazer parte desse foco civilizatório por parte da elite cearense. Uma espécie de laboratório social, onde se poderia observar os aspectos referentes aos retirantes desvalidos e como estes se encaixariam dentro de uma norma capitalista futura, em que a utilização dos mesmos deveria ser em prol da construção de um estado mais forte, progressista e civilizado.

É importante ressaltar que esses dispositivos disciplinares de poder visavam, segundo Foucault (1987, p. 164) a formação de um sujeito "dócil" e produtivo para a sociedade, através do controle social dos seus corpos vigiados em instituições

disciplinadoras. Diante disso, entendemos por controle social o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. Essas ferramentas de controle social induzem a conformidade do sujeito com a sua nova realidade, visando a “construção” de um sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida, sendo possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que é “importante” para o meio social.

Nessa perspectiva, surgem as instituições disciplinadoras, espaços onde os indivíduos que ali permaneciam viviam sob o controle regrado e vigiado dos chefes desses locais, em uma espécie de sistema panóptico, em que segundo Foucault (1987, p. 219) se tornam produtos desse processo, que quando bem-sucedido, resulta em um sujeito dócil e “útil” ao seu contexto social. Temos como exemplo o surgimento de espaços, financiados em sua grande parte por filantropos do período, como a Colônia Orfanológica Christina (1880), Asilo de Mendicidade (1889) e Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1886), e que seriam frutos desse contexto turbulento do ano de 1877 pelo qual passou a capital cearense. No tocante a essa temática, Foucault (1987, p. 223) ainda explica sobre a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os “anormais”, fazendo funcionar esses dispositivos disciplinares.

Obras construídas por vezes com recursos do Estado e outras com o auxílio integral ou parcial de “atores” que compunham a elite abastada fortalezense, movida por um suposto patriotismo - sendo estes, muito aclamados pelos periódicos e outras publicações daquela época – eram figuras sempre presentes nos discursos dos presidentes de província e eram partícipes nas decisões tomadas pelos poderes oficiais. Alguns desses atores e até mesmo os principais financiadores de obras assistenciais no período, buscavam de certa forma propor uma espécie de “redenção social”, algo que os deixasse marcados na história cearense como provedores da assistência e caridade. Tanto é que os mesmos receberam diversas homenagens, seja dos presidentes de província, historiadores, memorialista ou até nas páginas dos jornais de maior circulação na província.

2.4 Corpos dóceis e o controle social: instituições em prol do poder disciplinar

Como supracitado, a aparelhagem de poder das instituições assistenciais, visava segundo Foucault (1987, p. 164) a construção de um sujeito “dócil” e produtivo para a sociedade, através do controle social dos corpos, vigiados nessas instituições disciplinadoras. Sendo assim, entende-se por controle social o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo social possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. As ferramentas de controle social induzem a conformidade do sujeito com a sua nova realidade, visando a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida, sendo possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que é “importante” ao meio social.

À vista disso, os perfis de sujeitos alvos desse sistema que busca a disciplinarização e o controle são no caso os indivíduos desvalidos, marginais e indesejados - em um primeiro momento - para sociedade. Corpos que representavam uma ameaça para as pretensões modernizadoras da elite fortalezense da época, tornando-os assim alvos diretos desse processo. Quando falamos sobre poder, é preciso ter em mente que este pode se apresentar sob diversas formas, tanto no orbe público estatal, como amparado por um sistema privado, utilizando-se dos corpos dos indivíduos em sua essência, como detentor de vontades e subjetividades passivelmente moldadas e rearranjadas, que podem ser submetidas e adaptadas a um cenário até então de livre escolha do seu idealizador, tornando-os indivíduos úteis para o sistema.

O aparecimento e a necessidade de se obter corpos dóceis, vigiados sob a tutela desses poderes advém da união entre dois fatores. O primeiro expõe a docilidade em termos da obediência política, já o segundo fator está ligado à sua utilidade em termos econômicos. A soma desses dois fatores tem como produto um indivíduo tanto obediente como produtivo para o sistema. O resultado então é um corpo segmentado, mas que está intimamente ligado à esfera política e econômica, além de alinhado a máquina de poder. Na prática, esses sujeitos vão sendo sutilmente ajustados a um padrão através de técnicas de dominação, sejam elas

físicas e explícitas ou de maneira mais branda e implícita, como nas relações sociais subjetivas.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada. (FOUCAULT, 1987, p. 164).

Logo, se todo “indesejado” é um possível malfeitor e representa uma ameaça ao sistema, esse sujeito perante a lógica dissertada acima, passa a ser vislumbrado como objeto que viria a ser treinado, controlado e disciplinado perante o sistema, com a finalidade de ser retirado o máximo de resquícios dos hábitos nocivos existentes nele. O objetivo então seria transformar esses indivíduos em seres altamente lucrativos e sem um pensamento político e crítico formado. No fim das contas, quanto mais dócil este corpo, mais resultados ele produziria para a “máquina” e, conseqüentemente, representaria menor risco para aparelhagem política e econômica daquela época.

No caso do Ceará provincial, as engrenagens de produção em prol de um sistema capitalista em conjunto com um “idealismo modernizador” mimético ao europeu envolto de um mito civilizador, foram ideias que caminharam juntas. Além disso, a busca pela eficiência dos sujeitos “controlados” foi algo inerente a esse processo, pois o poder então instaurado possibilitou a criação de mecanismos que potencializavam a captação desses corpos, subtendo-os ao contexto de produção capitalista, com todas as suas subjetividades.

Todo esse processo acaba acontecendo em várias esferas da sociedade, e até mesmo muito antes do recorte estudado nessa pesquisa, é possível identificar a manipulação por parte de poderes instituídos através de toda história da humanidade, como na formação de exércitos, na disciplinarização escolar, no surgimento dos espaços prisionais e até mesmo na construção de hospitais. No estudo em questão, a convergência aparece na criação de espaços institucionais, com financiamento público e privado, com a presença de indivíduos do cenário político e econômico vigente na província, apresentando esses locais como forma de resposta, por parte dessa elite, para lidar com a chegada de migrantes vítimas do flagelo da seca e das epidemias que se espalhavam pela província. O conjunto de interesses e forças desses agentes acabam sendo expressos também através de

discursos provinciais, nos jornais e em outros manuscritos do período, demonstrando que a construção de uma sociedade disciplinadora seria a solução para os problemas desse cenário caótico, e não apenas a solução, mas também buscando o lucro por meio dessa estratégia de disciplinarização.

A elite cearense a qual temos nos referido era composta por sujeitos de grande projeção social na província, detentores das “mídias de comunicação”, de monopólios de comércio e estavam inseridos nas transações políticas da capital. Indivíduos que faziam parte de um momento contraditório: de prosperidade advinda das relações comerciais, de efervescência política e intelectual em Fortaleza decorrente, sobretudo, da riqueza gerada pela alta das exportações nacionais de algodão, e que são os mesmos que lideram as mudanças que estão diretamente ligadas ao controle dos corpos dos “filhos da seca” e das moléstias do final do século XIX, que deveriam tornar-se úteis.

O adestramento e o controle, na prática, serviam para tornar aqueles corpos como sendo passíveis a um cenário controlado por essa elite e ao mesmo tempo útil a uma lógica capitalista de produção predatória. Percebemos então que o contexto cearense era expresso por um amontoado de retirantes desvalidos que chegavam e se aglomeravam pela capital da província, se fazendo necessário para essa elite no poder, nesse *lócus* modernizador, o controle e a domesticação desses corpos para o melhor funcionamento das “engrenagens do sistema”.

A construção de um indivíduo submisso e os anseios de seus idealizadores é algo latente nessa sociedade provincial estudada. Acolhido, controlado e modelado por instituições (das mais diversas esferas da sociedade), esse sujeito acaba sendo submetido a uma lógica onde o produto dessa conduta está na sua utilização, após uma transformação e aperfeiçoamento. Pode parecer algo muito mecanicista e utópico à primeira vista, porém, ao analisarmos o contexto de criação e, principalmente, o funcionamento e objetivos desses espaços perante a sociedade e a quem acolhiam, é possível encontrar padrões de conduta e desvendar nuances que corroboram com tal afirmação.

Tendo em vista tal contexto, a ideia de criação de espaços assistenciais para socorrer a população desassistida foi sendo forjada na capital cearense ainda no XIX, com o claro objetivo de oferecer uma solução para alguns, dentre os vários problemas que a cidade enfrentava na transição do XIX para o XX. De acordo com

Madeira (2003, p. 02) essas instituições representavam a aglutinação de interesses do governo e das elites econômica e intelectual, na busca pela divulgação de seus esforços que supunham significar uma forma de ordenamento da vida civil.

Os principais financiadores de obras assistenciais no período buscavam de certa forma uma espécie de “redenção social”, algo que os deixasse marcados na história cearense como provedores da assistência e caridade. Tanto é que os mesmos receberam diversas homenagens, seja dos presidentes de província, historiadores, memorialista ou até nas páginas dos jornais de grande circulação. Figuras como o comendador Luiz Ribeiro da Cunha, rico comerciante, onde segundo Rodrigues (2018, p.77, *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 133) em 1871, controlava a navegação costeira provincial por meio de serviços de cabotagem a vapor, teria sido o grande idealizador da Colônia Orfanológica Cristina. Além de Joaquim da Cunha Freire, também conhecido como barão de Ibiapaba, que foi o idealizador do Asilo de mendicidade, outro rico comerciante com grande influência política tendo governado a província algumas vezes sob o cargo de vice-presidente e comendador da Ordem da Rosa.

No caso do Barão de Ibiapaba, este já participava de ações em prol da assistência na capital, principalmente no período do flagelo de 1877, quando foi incumbido, em 27 de agosto, pelo presidente da província José Júlio de Albuquerque, a ser um dos integrantes de uma comissão responsável por fiscalizar todo o serviço de socorros na capital, juntamente com figuras como Dr. Chefe de Polícia, do Coronel Frias Villar e do Procurador Fiscal e Promotor Público¹¹. Junto com outros sujeitos dessa elite, se apresentavam como importantes elementos para o controle e ordenamento da capital, sendo participativos nesse processo de mudança do espaço e acolhimento dos desvalidos.

Para alimentar os famintos, no estado de exaustação em que encontrei os depósitos de generos e os cofres publicos, e havendo dividas a pagar, procedentes de soccorros, na importancia de 600:000\$000 reis, comprei todas as reservas de viveres que tinham os comerciantes, e recorri ao emprestimo. O BARÃO DE IBIAPABA, o Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, a caza ingleza de Singlehurst & Cº, os comerciantes Albano & Irmão, João Cordeiro & Cº, Antonio Gonçalves da Justa & Cº, e o cidadão João Moreira da Rocha, pozeram seus capitaes a disposição da Presidência, manifestando nobre desinteresse, e os mais louvaveis sentimentos de humanidade. (FALLA, 01/11/1878, p. 46)

¹¹ Falla, 01/11/1878, p. 51.

A presença desses indivíduos era constante no cenário social da província tendo em vista suas estreitas relações com a política provincial. Sendo assim, na situação calamitosa que se encontrava Fortaleza, estes liberais chefiaram casas de caridade, abarracamentos, comissões de socorros e missões de assistência. Tais ações, casadas com o ideário modernizador, eram propaladas em matérias publicadas nos jornais da capital que eram de direção destes mesmos sujeitos, como *A Constituição* e *Pedro II*.

Até a década de 1870, quando se iniciou no país o movimento republicano, a política cearense também estava dividida em dois grandes partidos – o Conservador e o Liberal. Cada um deles, como era de *praxe*, com suas respectivas publicações, traziam as principais polêmicas nacionais, provinciais e locais. Também eram utilizadas para reivindicações das mais diversas e também para relatar as medidas tomadas pelo governo perante a calamidade da seca e as enfermidades, indo de encontro com o projeto de cidade que vinha sendo arquitetado por esta mesma elite econômica e política. No que tange a modernidade encarada pelos seus proponentes é visto que,

Alta fluctua nas altas regiões do poder a bandeira da reforma, que vem abrir para o paiz um imenso campo de grandes empresas, pelas quaes conseguirá elle collocar-se à frente do movimento progressivo da civilização moderna. Comprehende-se quão difficil e escabrosa foi a marcha para as nações do velho mundo, que hoje gozam dos beneficios de suas longas investigações. Explica-se, porém, perfeitamente esta enorme difficuldade com que arcaram alguns paizes europeus para firmarem sua merecida reputação de civilisados. Sempre foi mui perigosa a guerra da ignorancia contra a verdade. Os preconceitos e as superstições das massas entregues as trevas do entendimento arrostaram constantemente contra todo e qualquer elemento de progresso. Longa e infrene desencandeou-se em todo tempo e em todo lugar a perseguição contra aquelles que em numerosas e graves meditações nutriram idéas grandiosas. (*A Constituição*, Fortaleza, 16/07/1872, p. 01)

É nesse cenário calamitoso, com medidas sendo propostas e administradas por essa classe social, que urgem instituições assistenciais no Ceará provincial com o intuito de servir como resposta a essas necessidades. Espaços que seriam de suma importância para o desenvolvimento da cidade de Fortaleza, controlando as epidemias, permitindo assim o desenvolvimento da cidade, “adestrando” volumosas hordas de retirantes como também buscando se fortalecer utilizando-se da presença dos mesmos. O ambiente institucional era proposto para produzir e fortalecer os corpos perante os ideais modernizadores, como dito anteriormente. Tudo se

desenvolvia sob o espectro de ciclos, onde havia a chegada desses corpos migrantes, seu estabelecimento na cidade e posteriormente a tentativa do governo de levá-los para espaços em que pudesse haver um maior controle, onde lá estariam vigiados, seguindo a lógica discursiva das elites da época.

Erving Goffman, após colher os frutos de sua pesquisa de campo no Instituto Nacional de Saúde Mental com pacientes do Hospital Santa Elizabeth, em Washington, faz uma análise do regime disciplinar desenvolvido nesse tipo de instituição - como no seu caso o Asilo visitado - permitindo o autor chegar ao conceito que o mesmo chamou de *instituição total*: um espaço social capaz de produzir um tipo de racionalidade que empalidece o senso do indivíduo por meio da disciplinarização dos gestos e atitudes, buscando a padronização de comportamentos na instituição.

Para Goffman (2015, p.11) uma *instituição total* pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida isolada e formalmente administrada. Grosso modo, essas *instituições totais* podem ser enumeradas em cinco categorias, segundo Goffman (2015):

I) as instituições criadas para cuidar de pessoas consideradas “inofensivas” e “incapazes”, como por exemplo as casas para cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes; II) locais para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas, podendo ser uma “ameaça” não intencional a comunidade, como é o caso dos sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; III) instituições organizadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, tais como as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração; IV) os espaços erguidos com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, onde se inserem os quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho e colônias; V) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo e/ou para instrução de religiosos, como abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 2015, 16-17).

Esses novos indivíduos internados nessas instituições, os chamados novatos, quando chegavam ao estabelecimento, traziam consigo uma cultura (uma forma de vida e um conjunto de atividades, de direitos, deveres, costumes e hábitos) que era aceita sem discussão, até aquele momento, em sua situação normal e cotidiana fora daquele ambiente. Para Benelli (2014, p. 27) esse pano de fundo sociocultural deriva geralmente do mundo e ambiente familiar do indivíduo, dando-lhe uma organização

peçoal mais ou menos estável, uma certa identidade, que se encaixava no ambiente civil mais amplo.

As *instituições totais* não parecem promover uma substituição cultural completa, em que é possível perceber que o ingresso nessas instituições implicava mudanças radicais e o início de uma “carreira moral” para o internado. Essa “carreira moral¹²” passaria por mudanças radicais e progressivas, suas crenças a respeito de si mesmo e sobre as pessoas significativas para ele são questionadas, entram em crise e começam a desmoronar.

Para Benelli (2014, p. 28), a “carreira moral” indica o processo da vida toda do indivíduo, tanto em direção ao sucesso quanto ao fracasso, dentro do estabelecimento. Esse processo tem momentos típicos, tais como início da vida institucional, crises, evoluções, desenvolvimento e adaptação, rebeldia, submissão, rupturas, etc. Ainda se referindo a dinâmica existente internamente nesses modelos de *instituições totais*, existia ainda uma divisão básica entre um grande grupo que é o controlado (os internados) e uma pequena equipe dirigente que os supervisiona. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada, geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita¹³.

Sobre o primeiro grupo, os internos, estes fazem parte daqueles que eram controlados pela equipe dirigente. Deveriam se manter num processo disciplinar, com restrição ao mundo externo e veem a figura dos dirigentes como seres condescendentes, arbitrários e mesquinhos, podendo sentir-se inferiores, censuráveis e culpados. Enquanto a equipe dirigente, esta trabalhava em um sistema de oito horas por dia, esta integrada ao mundo externo e viam os internados como seres amargos, reservados e não merecedores de confiança, sentiam-se superiores e “corretos”, além de representarem os interesses da instituição.

O controle e a vigilância sobre o conjunto dos internados (sob a responsabilidade do grupo dirigente) fazia com que todos cumprissem as normas estabelecidas e, ao mesmo tempo, salientam a infração de um indivíduo no contexto global da obediência visível e constantemente examinada dos demais (BENELLI, 2014, p. 25).

¹² Goffman (2015, p.111) utiliza o termo “carreira moral” em um sentido amplo, com a finalidade de indicar qualquer trajetória percorrida por uma pessoa ao longo de sua vida, permitindo ainda uma perspectiva tanto dos aspectos mais íntimos e pessoais, quanto das posições oficial, jurídica e pública do indivíduo, dentro de um complexo institucional.

¹³ GOFFMAN, 2015, p. 19.

Assim como há restrição para conversa entre as fronteiras, há também restrições a transmissão de informações, sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Essa exclusão dá a equipe dirigente uma base específica de distância e controle com relação aos internados (GOFFMAN, 2015, p. 20).

Presumivelmente, todas essas restrições de contato entre esses grupos ajudavam a conservar os estereótipos antagônicos dentro do espaço de convívio. Formavam-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminhavam juntos, com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração. Esses estabelecimentos isolados por muros que delimitavam seu território apresentavam algumas características distintivas, tais como os papéis que os indivíduos internados tinham como parte de suas obrigações no espaço, significando um símbolo de compromisso e da adesão do indivíduo à sua posição de internado. Todas as atividades eram rigorosamente estabelecidas em horários contínuos, de modo que uma leva à outra e toda sequência de atividades era imposta pelos “superiores”, por um sistema de regras explícitas, pelo grupo dirigente. As várias atividades obrigatórias estavam reunidas num plano racional e único, supostamente criado para atender aos objetivos oficiais do estabelecimento institucional. Assim, as *instituições totais* criavam e mantinham um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o propriamente institucional, usando essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens¹⁴.

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 2015, p. 22).

Os espaços institucionais acabam exercendo um papel político, tanto no sentido de fazê-la, como servindo de meio de disseminação de ideais ou até mesmo como reflexo do que vinha acontecendo na sociedade. Encaramos assim, atores que foram de suma importância na construção desse ideário, inclusive como patrocinadores para a construção física das instituições, sendo estes integrantes de uma classe letrada que compunham por si mesma uma classe de influência financeira e política, ligados a construção e disseminação dos ideais modernizadores. Atores esses que compunham famílias detentoras de periódicos, que faziam parte ativamente do processo de modelagem daquela sociedade, fossem

¹⁴ BENELLI, 2014, p. 27.

cúmplices ou opositores. O fato é que o meio letrado representava em sua prática os interesses, explícitos ou implícitos, desses detentores da escrita. Algo que alterava a sociedade, que mesmo em sua maioria iletrada, agregava determinados costumes, culturas e práticas de comportamentos e conduta.

Com a finalidade de identificar os elementos desse controle social da pobreza, o lugar das instituições e dos discursos filantrópicos entre as elites políticas, econômicas e intelectuais cearenses, foi realizado um filtro para a escolha das entidades, pois busca-se entender os espaços que lidavam com um certo perfil de indivíduos que integravam o cenário cearense como personagens centrais, nos debates médicos e políticos do período, por protagonizar questões que iam muito além do trato individual, mas perpassam questões de sanitarismo, políticas públicas, mão de obra, assistencialismo, pedagogia, moléstias, enfim, sobre o desenvolvimento em si do Estado. Estamos nos referindo a “infância desvalida e aos mendigos desamparados”. Esses dois perfis se enquadravam no que os discursos higienistas e disciplinadores chamavam de “Amparo ao anormal” (FREITAS, 2003, p. 17). As instituições então escolhidas nessa projeção social no Ceará oitocentista, que visava o controle destes indivíduos e caminhava rumo a um projeto modernizador, foram: a Colônia Orfanológica Cristina e o Asilo de Mendicidade.

Nas próximas seções, tentaremos delinear as ações que foram desenvolvidas para a construção desses dois espaços assistenciais, assim como apresentar os seus idealizadores, recursos, objetivos, sua estrutura “pedagógica”, instalações físicas e funcionamento. É também nosso objetivo perceber as estratégias de controle dos órfãos e dos desvalidos, alvos desse processo normatizador que para esses espaços eram direcionados no sentido de serem, posteriormente, úteis à nação.

3 "AMPARO AO ANORMAL": O ASILO DE MENDICIDADE E OS DISCURSOS LEGITIMADORES A INSTITUIÇÃO

A intenção de construir um local para o recolhimento dos desvalidos se fez de suma importância para as autoridades, uma vez que viam, às suas portas, a consequência do flagelo que acometeu uma grande parcela da população cearense. Como visto na seção anterior, os grandes fluxos migratórios, resultantes da calamidade climática da seca, trouxeram um ambiente caótico à capital cearense, com diversas aglomerações espalhadas pela cidade.

Esta parte tem como objetivo analisar o processo que originou a construção do Asilo de Mendicidade de Fortaleza, em meio ao desastre climático da seca de 1877-1879, e como este projeto, destinado ao recolhimento de mendigos, visava oferecer resposta a uma situação de mendicidade tida como desordenada em Fortaleza. A sua concretização significava um passo muito importante rumo ao futuro da província, pois estava intimamente ligada aos anseios modernos dos saberes e poderes instituídos.

Buscando compreender esse cenário de reformas modernizadoras, que pautam ideais reformadoras em um contexto calamitoso, será apresentada uma análise baseada nos documentos oficiais e nas fontes hemerográficas do período em questão, visando à edificação da referida instituição, em meio às providências para alocar os retirantes.

3.1 Corpos transgressores e o desordenamento da mendicidade em Fortaleza

Além das crianças, fazia parte dos anseios das elites, zelar e controlar outros indivíduos portadores de corpos transgressores, em prol do estabelecimento da ordem vigente. Alarmado pelas situações climáticas adversas, cada vez mais recorrentes, como as severas secas e o êxodo em direção ao litoral, o governo provincial demonstrava interesse em construir um espaço destinado ao recolhimento dessas pessoas em estado de desamparo, devido ao seu aumento significativo pelas ruas de Fortaleza. Sendo assim, envolvidos no sentido da filantropia, tal como a Colônia Orfanológica, outra instituição assistencial foi planejada no período oitocentista, que levaria o nome de Asilo de Mendicidade. Tal construção era de

suma importância para as citadas elites encasteladas nas estruturas de poder, além de ser encarada como algo em caráter de urgência. É possível vislumbrar este aspecto em vários discursos de autoridades e veículos de informação da época, dentre eles, como exemplo, o Jornal Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora.

D'estes o primeiro e o mais urgente é a fundação de um estabelecimento onde encontrem asylo e trabalho os indigentes d'esta e das outras cidades. Com tão humanitario intuito se tem ensaiado a construcção de um asylo de mendicidade nesta capital ao qual faltam ainda as accommodações necessarias para se realizar o generoso pensamento de sua fundação. (Libertador, Fortaleza, 22/09/1884, p. 2).

As autoridades viam, às suas portas, as consequências do flagelo que acometeu uma grande parcela da população cearense. Portanto, o projeto de recolhimento de mendigos objetivava responder a uma situação de mendicidade tida como desordenada em Fortaleza. Nas páginas do Jornal A Evolução: Organ Scientifico, Litterario e Noticioso (1888), era também notória a urgência para a construção do Asilo de Mendicidade, como podemos empreender do trecho citado:

Era, pois, uma medida summamente humanitaria e proveitosa a finalisação do edificio destinado a acolher a mendicidade. Ali ao menos estariam os pobres garantidos dos horrores da miseria e não offereceriam o espectaculo desolador que continuamente estamos a presenciar pelas ruas. (A Evolução, Fortaleza, 19/10/1888, p. 4)

A edificação do asilo significava, para aquelas autoridades, um passo muito importante rumo ao futuro da província, pois estava intimamente ligada aos anseios modernos dos saberes e poderes instituídos. Como resultado, as noções de progresso e de civilização tornaram-se eixos básicos dos discursos e das práticas dos novos setores dominantes, autoproclamados restauradores da situação de “atraso” na qual o país estaria mergulhado (PONTE, 2014, p. 30).

Posto isso, nas últimas décadas do século XIX, multiplicaram-se as iniciativas de controle e de disciplinarização em torno das camadas mais pobres da população de Fortaleza. Como foi discutido na primeira seção, as reformas “embelezadoras” e higienistas que a elite comercial e intelectual estava impondo à cidade, principalmente nas suas ruas centrais, onde se concentravam as principais atividades comerciais e administrativas, se estendiam à remodelação da população urbana, mais precisamente, dos segmentos mais pobres da população.

A abordagem dos ditos “problemas urbanos”, gerados ou agravados pelas aglomerações dos retirantes nos principais locais da cidade, naquele momento, se baseava no elevado custo de vida, na mendicância, na ineficiência da polícia, na precariedade higiênica da cidade, nos desregramentos morais provocados pela jogatina e pela prostituição, nas novidades da moda e na influência do cinema, entre outros. Ao mesmo tempo, era forjado um discurso muito específico sobre o trato com a pobreza¹⁵, situando-a no campo da assistência material e moral, como elemento fundamental para a organização social e o progresso, devendo ser direcionada unicamente aos “verdadeiramente desvalidos”.

Se, num primeiro momento, esse desejo de remodelação se voltou para aquela parcela da população pobre que se encontrava efetivamente nas ruas da cidade (mendigos, leprosos, loucos, meretrizes, órfãos, etc.), rapidamente, a elite urbana se deu conta da necessidade de estendê-lo sobre o amplo conjunto da população pobre da cidade. Sem a remodelação das atitudes e dos hábitos considerados perniciosos, profundamente arraigados entre a população pobre, tornava-se inviável a concretização da cidade ordenada, higienizada, civilizada e moderna, idealizada pelos segmentos dominantes naquele período histórico.

Em Fortaleza, várias instituições foram criadas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, para recolhimento e assistência aos diversos segmentos da população mais pobre da cidade, envolvendo a iniciativa e a participação de diferentes segmentos dos setores médios e burgueses da população.

Embora seja esta província uma das bem dotadas com estes meios [medidas preventivas de educação e assistência aos pobres nos momentos de precisão], carecia de um estabelecimento de mendicidade que fizesse desaparecer o repugnante espectáculo, que offerece na capital a legião de mendigos maltrapilhos que semanalmente a percorre. (MARCÍLIO, 1998, p. 28)

A erradicação da mendicância, geralmente associada à vagabundagem, ociosidade ou vadiagem, era um dos objetivos continuamente perseguidos pelas elites locais, no sentido de promover a moralização de uma parte da população que sobrevivia à margem das chamadas ocupações “honestas”.

¹⁵ O conceito de pobreza utilizado nesse trabalho baseou-se em José Roberto do Amaral Lapa, que a define como uma situação de “carência (privação), de impossibilidade de atendimento de necessidades materiais básicas à sobrevivência física e reprodução, dentro naturalmente do quadro de valores e disponibilidades de uma determinada sociedade e conjuntura”. (LAPA, 2008, p. 28).

A análise das fontes aponta para uma intolerância cada vez maior em relação à presença de determinados segmentos da população pobre, que deveriam ser afastados das ruas centrais da cidade. Nesse caso, sua presença não só era indesejável, como se constituía em um “espetáculo” deplorável e repulsivo, associado, muitas vezes, à ideia de sujeira, tristeza, periculosidade e depressão.

Este “espetáculo” da pobreza revelava toda a limitação dos ideais elitistas na tentativa de se construir uma cidade moderna, bela e higiênica, livre de qualquer “desordem” social. Num nível mais imediato, essa pobreza representava uma ameaça visível à “sociabilidade elegante” das elites, que estavam transformando a zona central da cidade no palco dos seus prazeres e exhibições (passeios, encontros, festas, flertes, negócios, etc.), e que se sentiam constrangidas, ou mesmo ameaçadas, pelo “espetáculo deprimente” dos mais pobres que transitavam e ocupavam o mesmo espaço.

Para coibir tal “espetáculo”, a solução apontada era uma maior repressão policial em torno desses sujeitos. Esperava-se que as “autoridades competentes” fossem capazes de manter esses sujeitos afastados dos espaços remodelados. Até o final da segunda década deste século, preponderavam as ideias de repressão e de ocultação dessa pobreza: à polícia, cabia recolher mendigos, bêbados, meretrizes, vadios, moleques, leprosos das ruas, e remetê-los à cadeia ou às poucas instituições filantrópicas existentes (asilos, orfanatos, dispensários).

No interior desse discurso, uma profunda ambiguidade atravessava as concepções que as elites atribuíam à relação da população pobre com a prática da mendicância. No trabalho dissertativo Souza (1999, p. 36), quando se tratava de legitimar o uso da mão-de-obra dos retirantes, por exemplo, em proveito das chamadas obras de utilidade pública, essa parecia ser uma ação acertada. Essa camada da população era vista como naturalmente vocacionada para a ociosidade, e o trabalho (braçal e mal remunerado) aparecia como uma forma de prevenir os danos morais provocados por essa “índole vagabunda”:

O benefício, que se pretende conseguir por meio da caridade ou da esmola, redundará em males futuros, contribuindo desde já á cimentar os hábitos imprevidentes e aventureiros da nossa população. De feito, desde que o povo não é obrigado a lutar pela subsistência, porque acha quem lh'a guarde da fome, entrega-se a inércia e a ociosidade: d'onde nascem os maus habitos e as peiores paixões sociais. (O Cearense, Fortaleza, 07/06/1877, p. 1)

Entretanto, ainda segundo a autora, quando se tratava de “sensibilizar” as autoridades imperiais, a fim de concederem maiores recursos para os investimentos nas obras públicas, o discurso era bem diferente. Tal apontamento pode ser observado nessa carta de representação enviada à princesa regente em 1877, por parte da Associação Comercial de Fortaleza, solicitando verbas para o prolongamento da estrada de ferro de Baturité e para o melhoramento do Porto:

A esmola, que humilha o homem valido e consciente do seu vigor, e cabe sómente aos infelizes que renuncião a toda esperança de haver o pão pelo seu trabalho, não é certamente o que exige a população da província. Reclama trabalho, que não mata moralmente o indivíduo, nem consome inutilmente ao Estado. O producto d'elle entrará para o commercio como uma força que se multiplicará, aproveitando geralmente, maxime às classes pobres. (O Cearense, Fortaleza, 26/04/1877, p. 1)

Entre estas medidas para disciplinar os corpos anormais, dentro da lógica modernizadora, destaca-se a transferência da população migrante à capital cearense, oriunda da grande seca de 1877-1879, para os 13 (treze) abarracamentos instalados, em sua maioria, nos arrabaldes da cidade. Além dessa medida, outras tantas, como: o incentivo à migração para o Norte ou para o Sul do país, a coordenação da distribuição gratuita de gêneros alimentícios, condicionando-a à prestação de serviços em obras públicas, e a internação dos inválidos nos lazaretos. Medidas tomadas pelos poderes públicos para tentar minorar os efeitos da seca e ofertar algum tipo de resposta para a população e para o governo imperial, bem como acalmar as elites locais insatisfeitas.

Dessa forma, procurava-se preservar a população citadina do perigo das epidemias (principalmente a varíola) e dos riscos de uma “contaminação” moral, pelo contato com a ociosidade, a mendicância, a prostituição, a corrupção dos costumes e a criminalidade, acentuados pela presença de milhares de retirantes famintos e sem ocupação nas ruas da cidade (SOUZA, 1999, p. 35).

Ainda durante a grande seca de 1877 e, principalmente, após o seu desfecho em 1879, a prática da mendicância pelas ruas da cidade mereceu tanta atenção dos poderes públicos quanto o combate à fome e às epidemias, conforme podemos perceber nos frequentes artigos publicados nos jornais da época:

Um asylo de mendicidade a cargo da Santa Casa de Misericórdia, sustentado em parte pêla administração d'esta corporação, em parte pêla caridade publica é da urgente necessidade. Não há dia no qual as portas das egrejas e edificios publicos não estejam atonetados por mendigos de todas as idades. Esse espectaculo é

deponente contra os nossos costumes, além de ser, a mór parte das vezes, immoral e repugnante.

Não é extraordinário vêr-se a mendigar aleijados, conduzidos por homens e validos em n.º superior a dous, que decentemente empregados poderiam supprir as proprias e alheias necessidades.

Um asylo poria termo à essa nojenta especulação, que envolve a caridade no manto da esperança e affasta da esmola os verdadeiros necessitados. (O Cearense, Fortaleza, 29/04/1877, p. 1)

A prática da mendicância pelas ruas da cidade seria alvo de sucessivas medidas de controle e tentativas de erradicação por parte das elites locais. A fundação da Colônia Christina, do Asilo de Mendicidade e do Asilo de Alienados, durante a década de 1880, demonstrou o quanto as elites estavam empenhadas na erradicação da mendicância das ruas da cidade.

Entre o contingente de mendigos que vagava pela cidade, causava grande preocupação o elevado número de crianças “desvalidas” – órfãs, paupérrimas ou aparentemente abandonadas. Souza (1999, p. 40) é enfática ao afirmar que em torno dessas crianças foram se consolidando um conjunto de práticas assistenciais com o intuito de retirá-las das ruas e encaminhá-las, desde cedo, ao trabalho “honesto” e regular. Do ponto de vista das elites, essa era a melhor forma de prevenir a “degeneração moral e física” dos filhos das classes pobres e, ao mesmo tempo, fornecer à nação indivíduos mais úteis ao “progresso social”.

Uma análise, inclusive estatística, desses dados me ajudou a visualizar melhor o universo social desses menores, suas origens (muitas vezes são oriundos das cidades do interior), suas ocupações e, nesse caso, pareceu confirmar uma das minhas proposições de que a maioria dessas crianças citadas na imprensa como “pequenos vagabundos” estava muitas vezes envolvida em determinadas ocupações. Além dessas ocupações, a mendicância, a prostituição e a prática de pequenos furtos, assim como as brincadeiras e “traquinagens” também compunham o cotidiano dessas crianças que viviam pelas ruas. (SOUZA, 1999, p.23)

Tais pressupostos se revelavam, por um lado, na intenção de retirar as crianças pobres das ruas, como medida preventiva à mendicância e a degeneração moral e física; por outro lado, estava a tentativa de impor-lhes uma formação moral e social por meio de uma educação religiosa e da formação para o trabalho.

Observando essa situação, é possível cogitar que o surgimento das instituições para recolhimento e formação profissional dos órfãos se circunscrevia no conjunto de práticas de controle e reajustamento social dos segmentos mais pobres da população, conforme abordamos anteriormente. Tais práticas visavam conter ou mesmo eliminar, a vagabundagem, a mendicância e a ociosidade atribuídas a

alguns segmentos da sociedade que não se incluíam na lógica do trabalho sistemático, organizado e disciplinado, idealizado pelas elites locais num período de rápido crescimento urbano e comercial, cujo desenvolvimento viu-se amplamente ameaçado pela profunda crise estrutural, provocada durante a seca de 1877-1879.

A partir do exposto, é possível traçar algumas considerações sobre o universo trabalhado entre as duas instituições assistenciais na pesquisa em questão. A pobreza identificada nesses espaços buscava salvaguardar os chamados desvalidos. Esses corpos, alvos de um processo de controle e de normatização pautados em valores morais, representavam tudo aquilo que deve ser evitado e transformado para que toda a sociedade possa prosperar. Assim, os ditos corpos desvalidos, nessa sociedade do século XIX, traziam consigo características de necessidade de controle como: conter, isolar, segregar e excluir, visando à modernização da cidade e o progresso.

Neste contexto de tentativa de civilizar a cidade, de avanços comerciais e, sobretudo, de intensa circulação de mercadorias, não se pode esquecer que, além da circulação de produtos estrangeiros, havia também uma intensa circulação de ideias. A tão desejada sociedade modernizada fazia parte do projeto societário das cidades no período, e dizia bastante sobre o modelo que vinha sendo imposto por toda a nação, com o foco na prosperidade econômica de setores comerciais já acostumados com poder (político e econômico) e influência. A presença dessa elite serviu para preparar diretrizes onde ela mesma estava inserida, sendo privilegiada e centro de todo o processo.

Segundo Rodrigues (2018, p. 80), a liberdade e o trabalho eram associados, nesse contexto de sociabilidade e de projeção de uma sociedade baseada no capital comercial, a fim de dotar a província de estrutura, de vias férreas, de linhas de navegação marítima, de iluminação a gás, de esgotos para a salubridade do núcleo urbano de Fortaleza, de asilos para alienados e mendigos, de colônias de órfãos, onde fossem instruídos para o trabalho, de companhia com monopólio na distribuição de água na capital, dentre outros. Essas reformas são correlatas às atividades desses comerciantes que, então, se organizavam em sociedades anônimas e em associações de interesses comuns, guardadas as devidas objeções e oposições políticas entre os mesmos.

O aformoseamento e, paralelamente, os hábitos desses setores dominantes, relativos à tentativa de alinharem-se à Europa, dá ênfase às medidas médico-disciplinares compreendidas pelo filantropismo-higiênico, em voga a partir de meados de 1800, o que inspirou a construção do Asilo de Mendicidade em Fortaleza.

A necessidade de construir toda uma infraestrutura, não escapava às elites dominantes o imperativo, coerente com certo viés de modernidade, de erigir equipamentos de atendimento aos pobres, como hospital e asilo, colégios para órfãos e, dentre outros, para aprendizes de marinha. (RODRIGUES, 2018, p. 185)

A transformação do desenho urbano da capital acaba por obedecer a uma diretriz claramente política, que consistia em deslocar aquela massa temível do centro da cidade, eliminar os becos e as vielas perigosas, abrir amplas avenidas e asfaltar as ruas. A sensação de uma velha cidade ia desaparecendo, dando lugar a outra, totalmente nova, que foi imposta, comunga com uma cidade de prazeres, luxo e abundância, comandada por uma classe bem definida e com um alvo bem direcionado. Essa reforma urbana, que pode ser denominada de regeneração do espaço, se configura num processo global, e não apenas da capital do Ceará, com locais amplos, controlados e com gente elegante, onde antes não podiam circular se não com desconforto e sobressaltos devido à presença dos desvalidos.

A regeneração do espaço significou um processo tétrico de segregação, com viés opressivo e humilhante, imposto à população desamparada. Assim, o espaço urbano da província foi sendo palco de conflitos entre grupos de emigrantes inseridos em uma realidade miserável e que, na visão da elite, ofereciam perigo as pretensões de desenvolvimento e a moralidade; do outro lado, uma classe abastada que lutava para impor sua ordem normatizadora no espaço público.

É fácil identificar as vítimas desse processo: toda a multidão de humildes, das mais variadas matizes étnicas, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie. A cidade, então, constituía-se como um “território que deveria ser normatizado” para a administração dos desvalidos. As obras, mesmo contendo uma finalidade social, eram grandes propagadoras do ideal de progresso.

É a época dos asilos, tantos quanto necessário, pois essas instituições parecem por excelência assegurar a continuidade, a sistematização, a

normatização e o reaproveitamento, quando possível, dos excluídos do sistema, oferecendo, portanto, a assistência social. (LAPA, 2008, p. 46).

O asilo seria algo aceitável, como estratégia de separação, do ponto de vista de que este termo possibilita a ideia de algo transitório. Segundo Souza (2014, p. 87), uma das estratégias utilizadas para o encaminhamento de corpos desvalidos aos espaços asilares era fazê-los pensar que estavam sendo direcionados aqueles espaços por vontade própria, isto podendo servir de estratégia para contê-los numa prisão sem muros, ou pior ainda, nos eternos muros da gratidão.

O objetivo parecia ser bem direcionado: eliminar da cidade todo o excedente humano potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades, e que significava uma ameaça ao projeto normatizador. Essa separação ética dos corpos rebeldes e/ou corpos doentes preconizava, e era simétrica a uma nova divisão geográfica da cidade. Em outras palavras, uma higienização social em prol do progresso urbano.

A população desfavorecida da fortuna luta com embaraços mui serios, que só podem ser bem compreendidos por quem sabe avaliar a sua natureza e conhece de perto os horrores da fome. Os predestinados que no berço receberam o sopro alentador da ventura, estes jamais provaram tão acre azedume. Tal a razão porque tantos dentre eles cerram os ouvidos aos gemidos dos afflictos. (O Retirante, Fortaleza, 08/07/1877, p. 01)

Essa efervescência tumultuária latente, eventualmente explícita e alarmante, viria comprometer “os melhores planos” da elite governamental. Por um lado, era o aumento da insegurança pessoal que desassossejava aqueles que tivessem algo a perder, observadas as descrições enraivecidas sobre o aumento escalonado dos roubos, assaltos, assim como da vadiagem, da prostituição, da mendicância e do alcoolismo. Mas, muito pior, era a insegurança social que essa situação engendrava, visto que era essa população turbulenta que dominava, efetivamente, o centro da cidade.

Em Sevchenko (2018, p. 102), percebemos que, nesse mundo, não se suportava a visão da doença, da rebeldia, da loucura, da velhice, da miséria ou da morte, enclausuradas em sanatórios, prisões, hospitais, asilos, albergues e necrotérios. As ações do governo são observadas não só nos alojamentos (locais de moradia), mas também nas roupas, nos pertences, nas famílias, no cotidiano, nos hábitos, nas suas formas de subsistência e de sobrevivência, na sua cultura. Enfim,

tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável.

A princípio, esses indivíduos que denominamos de desvalidos acabam sendo personagens sem rosto, sem vontade, sem opinião, sem controle da história de suas próprias vidas. Porém, para um indivíduo ser classificado dessa maneira, são consideradas duas formas: o desvalido material e o social. Segundo Souza (2014, p. 82), entende-se, por desvalido material, aquele indivíduo que, sem condições de se manter, até mesmo no essencial, procura um espaço assistencial (asilo) para se internar, objetivando a subsistência. Por sua vez, o desvalido social seria aquele indivíduo que, por algum motivo, engendrou a repulsa social que foi o condicionamento de seu ingresso na instituição. Nessa perspectiva, enquadravam-se: os desvalidos possuidores de doenças mentais; os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; os desvalidos oriundos ou transferidos para cadeias.

Essa forma de entender e de analisar o indivíduo desvalido suporta, teoricamente, toda a heterogeneidade vivenciada por esses indivíduos que compunham o quadro interno das instituições asilares.

Para Rodrigues (2018, p. 192) a delimitação de espaços coletivos para atendimento aos pobres (as casas de correção, os asilos de mendigos e de crianças órfãs, etc.), constitui evidente restrição do direito à cidade. Perrot (1988), inclusive o atesta, quando argumenta que a demarcação de espaços de uso coletivo, espécie de apropriação pública do espaço,

[...] pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como fim de um direito costumeiro. Como os camponeses pobres do século XVIII, os operários das cidades reivindicam 'livre percurso', 'pasto solto' e manutenção dos direitos comunais (PERROT, 1988, p. 124).

Assim, é nesse contexto de se manter a higiene da cidade, a ordem moral e social, que nasce a intenção de fundar um asilo para lidar com a mendicância de Fortaleza. Nesse caso, a figura do asilo tinha como objetivo a privação de liberdade dos pobres tidos como loucos; e por outro lado, condizente com a modernização, pois os caminhos das estradas de ferro eram construídos, muitas vezes, com a mão de obra desses desvalidos emigrantes, para garantir o transporte de mercadorias das serras até o porto de Fortaleza, este erigido como um ícone de ordem e progresso.

Sendo assim, os discursos sobre a criação e sobre a urgência de uma instituição visando o controle, o acolhimento e à instrução de indivíduos desvalidos, jogados à mendicância e à sua própria sorte, vai sendo erguido na capital cearense. Figuras da elite política e econômica vão tomando parte na criação do projeto. A necessidade estava jogada à porta, e uma vasta população seria alvo de todo esse processo. A passagem do relatório nº 8 do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Francisco da Silva Albano, constando em anexo à fala com a qual o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia, em 2 de julho de 1877, ilustra isso:

Mas, senhores, não seria mais consentâneo com o estado de nossa Capital, que esta idea magnânima de Azilo de alienados fosse substituída por outra mais proveitosa?! Quero dizer, senhores, um azilo de mendicidade. Quem observar o quadro lastimoso de dezenas e dezenas de mendigos, que se apresentam diariamente em algumas praças e ruas d'esta bela e florescente capital, não pode deixar de lamentar a falta de uma casa onde se recolham essas criaturas infelizes, muitas das quaes entregues aos execrands vícios da embriaguez e até da libertinagem! Braços que tratados e guiados convenientemente poderão prestar ainda bons serviços, produzindo vantagem para ajudar a sua sustentação. E se esse estabelecimento fosse edificado em toda frente desta casa, do lado do mar, levantando-se um [banto] sobrado com os compartimentos precisos, esta ideia se tornaria muito mais fácil e econômica, visto como poderia funcionar com a mesma administração, por assim dizer debaixo do mesmo tecto. Enfim, somente apresento-vos estas ideias, como um dever de consciência. Se algum dia esta ou ambas florescerem, será mais uma gloria para um homem obscuro, que por condescendência tem vivido entre os grandes e bemfeitores da humanidade. (ANEXOS À FALLA, 02/07/1877, p. 07)

A caridade preventiva, que busca evitar que o pobre atinja a miséria, é o complemento da missão da administração e, quiçá, a sua parte mais importante. Esse foi um dos papéis desempenhados pelos gestores da província, e que serviriam de base para todo o contexto de criação do Asilo de Mendicidade.

As adversidades encontradas nesse modelo de dispositivo disciplinar não ofuscam a subjetividade que permeia os ideais de criação dos mesmos. Essas políticas de controle social perante o flagelo, que atacava o povo cearense fisicamente e que destoava da imagem do progresso urbano e comercial que fazia parte dos planos da elite para o desenvolvimento da província, servem de base para compreender como se comportaram esses indivíduos sob a ótica do pendor da disciplina instaurada por essa classe abastada, e como foram de suma importância para moldar novas concepções e abordagens sobre conceitos como: saúde, higiene

e moléstias, levando em conta que estas estavam intrinsecamente ligadas ao progresso almejado pela província cearense.

3.2 Controlar e zelar em prol da ordem vigente: socorrer para normatizar

De acordo com Oliveira (2019, p. 130) desde o primeiro ano da seca de 1877/79, o governo provincial demonstrava intenção de construir um asilo destinado ao recolhimento de mendigos devido ao aumento significativo destes pelas ruas da cidade de Fortaleza. Os jornais locais noticiavam as intenções do governo de execução da obra, acentuando as disputas partidárias - fosse para exaltar o presidente da província, fosse para criticá-lo.

Segundo Júlio de Albuquerque Barros, ao assumir a administração provincial em 1878, a província encontrava-se nas mais tristes e aflitivas circunstâncias. Na capital era percebida a presença de milhares de indigentes que viviam aglomerados nas ruas e praças da cidade, e até em vários edifícios públicos, ou casas alugadas pelo Governo, por já não caberem nos abarracamentos do subúrbio. Todos imploravam por pão, vestimentas, um abrigo, ou até mesmo a passagem para fora da província. A população faminta, seminua, desvairada, alocava-se do centro ao litoral, como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas; isto porque chegara a todos os pontos a notícia de que, por falta de transporte, somente se distribuiriam socorros nas cidades próximas ao mar¹⁶.

Conforme levantamento realizado a pedido do presidente de província, havia, portanto, só na capital, cerca de 80.000 mil retirantes, e todos os dias chegavam mais centenas de pessoas em estado lastimável de sobrevivência. Esse cenário caótico, possível de ser observado segundo o relato do Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, ao abrir a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia província, em 1 de novembro de 1878, deixando clara a situação em que se encontrava a capital da província.

O Palacio da Presidencia era sitiado desde as 5 horas da manhã por milhares delles, que se revejavam no decurso do dia, a medida que os primeiros chegados se distribuiam pelas commissões de soccorros. Trazia a pelle colada aos ossos a maior parte dos que não vinham deformados pela anasarca ou por edemas; homens, mulheres e meninos quasi em completa

¹⁶ Falla, 01/11/1878, p. 39.

nudez, macilentos e inanidos; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do colo e já moribundos. (FALLA, 01/11/1878, p. 39)

É válido destacar que as condições das localidades do interior da província eram ainda mais desoladoras. Um cenário de quase aniquilamento das lavouras e criações de gado, tendo os seus restos devorados pelos famintos. Essas classes desfavorecidas de recursos, que constituem a maior parcela da população, reproduziam todas as misérias e infortúnios de que se pode observar nas crônicas das grandes secas desde os anos de 1722-1723, 1777-1778, 1790-1793, 1821-1825 e 1845.

A seca em questão, utilizada no recorte e datada de 1877, trazia consigo todo um cenário agravante de destruição, perdas e uma decadência social vivenciada pelos dos desvalidos. Ninguém resolve abandonar o lar, expor a sua família a longas e penosas jornadas em procura de um refúgio incerto e desconhecido senão quando em extrema necessidade.

Ainda com relação a emigração, duas causas principais concorreram para o agravamento de toda essa situação relacionada à seca e as epidemias: a falta de reservatórios de água nos sertões e a deficiência dos meios de transporte. A primeira refere-se a questão da morte do gado e a falta do abastecimento das regiões interioranas, enquanto a segunda estava relacionada a falta dos meios de transporte, como sendo um obstáculo para o aumento da riqueza, dificultando o deslocamento dos indivíduos, dos animais e o abastecimento dos mercados.

E' sabido que depois das hordas selvagens, são os pastores ou criadores os que mais soffrem os effeitos de taes calamidades: o gado morre e empesta antes do homem, mas depois de devorar a lavoura e muitas das reservas de provisão destinadas a alimentação humana, deixando após se a fome, e os elementos miasmaticos que a corrupção das materias animaes desenvolve nos campos. Nos sertões desta provincia, onde a criação de gados é a principal industria, não se pode recorrer a irrigação para obter cereaes e forragens, desde que as águas não se conservem na superficie do solo, porque, baixando a um ou dois metros de profundidade, encontram nas rochas salgadas que as torna improprias para a vida animal e vegetativa. D'ahi a rumosa emigração. (FALLA, 01/11/1878, p. 40)

A aflição girava em torno de como seria realizada a recepção por parte dos poderes de uma capital provincial em desenvolvimento, para uma quantidade exorbitante de migrantes a procura de sobreviver a calamidade climática. No que diz respeito ao centro político e administrativo de toda província, Fortaleza causava apreensão entre as classes políticas diante um possível cenário que levaria ao

colapso os serviços públicos, que tendiam a completa desorganização; as Câmaras municipais, o Júri e as diversas Juntas administrativas que não podiam parar funcionar; além da classe dos professores, que abandonavam as suas cadeiras, juntamente com alguns párocos, as freguesias. Enfim, toda uma conjuntura administrativa em crise que começava a ser desenhada.

Os generos alimenticios tinham subido a um preço superior as possibilidades dos proprios abastados: em muitos lugares custava um kilogramma de carne 1\$000 a 1\$500 reis, um litro de farinha 1\$000 reis; não havia cereaes. Por quasi toda a parte a água só obtinha-se a grande profundidade do solo, e quasi sempre salobra e impura. (FALLA, 01/11/1878, p. 39)

Com o propósito de habilitar o governo para providenciar os suprimentos necessários para intervir no estado de calamidade em que se encontrava a província, o presidente da Província do Ceará acabou procurando quantificar o número aproximado dos indigentes que deviam ser socorridos, de forma a explicitar o caos vivenciado em terras alencarinas. Um relatório passado declarava um elevado número, acrescido de centenas de milhares, em um curto período de tempo.

Sendo a população da provincia, segundo o censo official de 1872 de 711.686 habitantes, e estando verificado que nesta provincia ella duplica no periodo de 20 a 25 annos, não podia ser em 1877 inferior a 900.000 almas. Cerca de [3/5] dessa população habitava os sertões e 2/5 a zona do littoral e as serras. Segundo o que observei em varias localidades do interior, os dados que ahi pude colher e as informações prestadas pelas commissões, mais de 2/3 dos habitantes do sertão estavam reduzidos a extrema indigencia, nada valendo as posses de terra, casas de campo e outras benfeitorias que alguns tinham. A proporção era mais favoravel no littoral e nas serras, não excedendo talvez de 13 o numero dos que, por falta do serviço ou recursos, pela impossibilidade de trabalhar ou de serem alimentados pela familia, estavam expostos a fome. O total dos indigentes elevava-se, pois, a 480.000 aproximadamente; e si por um lado a morte o reduzia, por outro a prolongação da secca o augmentava. (FALLA, 01/11/1878, p. 43).

Seguindo ainda os dados apresentados nesta narrativa de 1878, proferida por José Júlio de Albuquerque Barros, o número de emigrados do interior, no período de novembro de 1877, girava entorno de 150.000 a 160.000 aglomerados na capital cearense e nas cidades de Aracati, Maranguape, Baturité, Granja e Vilas do Acaraú e Pacatuba. Cálculo este que não compreendia os indigentes que já eram domiciliados nessas localidades e excluindo estatísticas de outros locais litorâneos,

como Cascavel, Paracuru, Trairi e Mundaú¹⁷. Números alarmantes, que expressavam a urgência de ações para sanar a situação.

Com effeito no periodo de novembro a março, o numero dos emigrados se elevou na capital de 43.000 a 80.000, e no Aracaty de 30.000 a 50.000, continuando a crescer n'essas e nas outras cidades e villas do littoral. Basta, porém, somarmos 110.000 existentes na capital e Aracaty com os 80.000 que segundo o referido Relatorio, existiam em Maranguape, Pacatuba, Baturité, Acaracu e Granja para achar 220.000 retirantes, que vinham engrossar a já muito numerosa população indigente do littoral, que desde abril de 1877 era soccorrida não só naquelles lugares como em outras villas e povoados proximos ao mar, taes como Aquiraz, Mecejana, Arronches, Soure, Arraial e Imperatriz. (FALLA, 01/11/1878, p. 43)

A ponto de expressar o grau de urgência ao Governo Imperial, fora repassado que havia a quantia de mais de 200.000 indigentes no litoral e outra quantidade ainda maior no interior para serem socorridos. Pessoas que estavam sofrendo os revezes da calamidade climatérica, das epidemias e da carestia dos gêneros alimentícios, da falta de transportes e o péssimo estado sanitário encontrado na região. Diante de tudo isso, o direito à assistência pública para socorrer esses indivíduos acabaria sendo um elemento mantenedor da ordem, da paz e da moralidade.

O sistema de socorros criado para salvaguardar as províncias flageladas, nos termos da Constituição, devia limitar-se a alimentação gratuita aos famintos ou a oferta de empregos para a população. No caso da Província do Ceará, sob o espectro desse quadro, é a figura do presidente de Provincia Júlio de Albuquerque Barros que urge como sendo o responsável por tomar as primeiras medidas de resolução do infeliz panorama no qual se encontrava o Ceará. Os socorros públicos empregados estabeleceram, desde logo, “o princípio” de alimentar gratuitamente o inválido e de exigir dos indivíduos “válidos” serviços em troca de sua alimentação. Na falta de obras gerais autorizadas, estes últimos deveriam empregar-se em serviços locais. A miséria demanda o socorro, e nenhum sistema de socorros será, senão completo, ou ao menos satisfatório, sem que tenda a minorar o pauperismo, que precede à miséria. A assistência administrativa deve compreender todos os casos gerais de miséria e ocupar-se de todos os estabelecimentos, que tenham por fim recolher e cuidar dos doentes e enfermos.

Assim, a construção de estradas¹⁸, e especialmente o prolongamento da via férrea de Baturité, parecia de enorme urgência, pois não havia outro serviço que

¹⁷ Falla, 01/11/1878, p. 43.

pudesse empregar maior número de braços, que mais fosse útil à província e que pudesse retribuir ao estado seus sacrifícios. Porém, o governo não poderia abandonar as pequenas obras locais iniciadas pelos presidentes de província antecessores. O salário, então passa a ser nessas circunstâncias o alimento cedido a esses trabalhadores, sendo uma forma mais econômica para a província e contendo um caráter útil, moralizador e disciplinador para os migrantes.

Os socorros autorizados foram os seguintes: esmolas para os inválidos e famílias que não pudessem subsistir com o seu trabalho; salário para os validos que fossem empregados em serviços públicos, alojamento e roupa indispensável; rações para os recém-chegados e migrantes; medicamentos e dietas para os enfermos; transporte para os migrantes.

Visando diminuir as consequências funestas e colocar em prática o plano de ação do governo provincial, foram construídos alojamentos com o intuito de remover esses indivíduos do perímetro da capital e colocá-los a sota-vento, satisfazendo o plano do serviço de saúde e higiene. Com relação a distribuição dos socorros, foi estabelecido que seria para evitar ao máximo as inconvenientes aglomerações de milhares de indigentes nas ruas e praças da cidade para receberem as rações. Além disso, foram estabelecidos planos de urgência¹⁹ para aliviar o Palácio da Presidência do assédio de retirantes e pretendentes de socorros; a regulação da migração para fora da província; o abastecimento dos depósitos dos abarracamentos, de modo a evitar que a cidade continuasse repleta de uma multidão de mendigos, que trazia o desassossego a todos seus habitantes, e agravava seu estado sanitário.

Atendendo a todas essas necessidades, o presidente da província Júlio de Albuquerque Barros, de conformidade com as instruções de 31 de março de 1878, organizou o serviço na capital do seguinte modo: os indigentes haviam sido divididos em distritos sob a direção de um comissário e foram divididos em quatro classes, em relação as comissões encarregadas de socorrê-los:

- 1º Os recém chegados do interior, que quisessem alojar-se em algum dos abarracamentos do subúrbio;
- 2º Os que quisessem emigrar para fora da província;
- 3º Os domiciliários desta capital;
- 4º Os abarracados no subúrbio (FALLA, 01/11/1878, p. 48).

¹⁸ A relação dessas obras açudes, cadeias, escolas, igrejas, mercados etc., consta do Relatório com que o Exmo. Conselheiro Estellita passou a administração e foi publicada no Diário Oficial da Corte em dezembro de 1877.

¹⁹ Falla, 01/11/1878, p. 48.

Com essa divisão, foram assim criadas as seguintes comissões:

1º De prompto soccorro, encarregada de fornecer rações aos indigentes recém-chegados, que quizessem alojar-se nos abarracamentos do suburbio, e de distribui-los pelos abarracamentos, de accordo com os respectivos commissarios;

2º De emigração, incumbida de alistar os indigentes que quizessem emigrar para fora da provincia, de dar-lhes agasalho juncto ao porto, de fornecer-lhes alimentação e roupa, e de facilitar-lhes o embarque;

3º De soccorro domiciliario, sendo dividida em commissão [alistadora], e commissão distribuidora. A primeira, incumbida de organizar e remetter a Presidencia relações das familias domiciliaries, que precisarem de soccorros publicos, com declaração do numero de pessoas de que se compoem e designação da rua e casa em que moram, e proposta da quantia ou qualquer outro auxilio que se deva ministrar a cada uma dellas; communicar mensalmente a Presidencia as alterações que convenha fazer em [dadas] relações; providenciar para que os enfermos sejam promptamente soccorridos, e tenham o tratamento conveniente; propor a presidencia quaesquer medidas tendentes a mais justa, regular e proncua prestação de soccorros; levar ao seu conhecimento as reclamações que me pareçam justas e presiar as informações que lhe forem solicitadas acerca do mesmo serviço. A segunda, incumbida de requisitar o necessario para o soccorrimento das familias alistadas, e fazer a distribuição semanal ou mensal da quantia ou quaesquer outros soccorros autorizados. Esta distribuição é deita pela Directoria do Gabinete Cearense de Leitura, em vista de uma guia assignada por todos os membros da commiddão alistadora, em que se indica a morada e o numero correspondente de uma relação organizada por bairros e ruas; e se realiza para as familias de cada bairro em dias annunciados e com recibo dos soccorridos ou de pessoa abonada a seu rogo.

4º As de abarracamento, divididas em commissões directoras, e commissões distribuidoras. As primeiras incumbem (comissões diretoras): Fazer alistar os indigentes alojados em seu districto, declarando o seu nome, naturalidade, idade e procedencia, si validos ou invalidos, e o numero de pessoas de familia, homens, mulheres e meninos; Mandar alojar os emigrados que forem chegando do interior, e dividir o abarracamento em grupos de cem familias; Propor a Presidencia a nomeação de um administrador geral do abarracamento; Nomear sobre proposta do administrador, tantos inspectores quantos forem os grupos de cem familias; Mandar organizar semanalmente pelo inspector de cada grupo uma lista das familias sob sua inspecção, data-la e rubrica-la depois de a examinar e achar conforme; Arbitrar a cada chefe de familia, proporcionalmente ao numero de mulheres, meninas e invalidos do que esta se componham, um soccorro semanal não excedente a 2\$000 ou o equivalente em viveres; distribuir por certo numero dos referidos grupos de familia os dias da semana, em que os inspectores se apresentarão com os chefes de familia, das 7 as 12 horas da manhã, a respectiva commissão distribuidora; Requisitar a Presidencia as roupas, as dietas, a ambulancia que convenha ter na enfermaria do abarracamento e quaesquer soccorros extraordinarios; Designar as turmas de operarios que se hajam de empregar em quaesquer serviços publicos, de ordem do Presidente da Provincia; Distribuir o serviço de costura, fiação e outros proprios das mulheres que possam trabalhar nos abarracamentos, organisando uma tabella dos preços da roupa que ellas houverem de preparar para serem distribuidas aos indigentes ou as enfermarias; Propor ao Presidente da provincia as medidas que entender convenientes para melhorar o serviço e as condições hygienicas.

As segundas incumbem (comissão distribuidora): prestar o soccorro semanal arbitrado as familias abarracadas, em vista das relações organisadas pelos inspectores, visadas pelo administrador geral do

abarracamento, e conformisadas pelo commissario do districto. (FALLA, 01/11/1878, p. 48)

Entre os responsáveis pela administração dos abarracamentos estavam, além do comissário do distrito, um administrador, um escrevente, um fiel, um chefe de cozinha e tantos inspetores quantos são os grupos de cem famílias. Além desses empregados havia os enfermeiros, cujo número variava conforme as necessidades do serviço, sendo estes nomeados pelo médico do abarracamento. É preciso destacar que os comissários e os médicos serviam gratuitamente, por sentimento de humanidade e patriotismo, apenas lhes era pago uma cavalgada (ou 60\$ mensais)²⁰.

Outro ponto assinalado pelos administradores dizia respeito à alimentação nos recintos destinados aos socorros públicos, por ser um fator intimamente ligado a questão da saúde pública e nutrição da população. Sobre esta questão, o presidente de província relatou:

A alimentação diaria fornecida pelas grandes cosinhas dos abarracamentos consiste: em milho e arroz, no almoço: carne e feijão ou arroz, no jantar. As caldeiras funcconam continuamente, consinhando o milho durante a noite, e os outros alimentos durante o dia. A distribuição é feita na seguinte ordem: primeiro aos meninos até 12 annos; segundo as mulheres; terceiro aos invalidos em geral. O fornecimento da comida preparada é uma das medidas mais uteis e recommendaveis, não só pelo lado economico, como pela efficacia do prompto soccorro que ministra. Depois da adopção desta medida, todos os indigentes nutriram, e cessou a assombrosa mortalidade dos meninos que constituia três quartas partes do obituario. E' que os infelizes, recebendo os preços dos cartões ou vendendo as rações cruas, compravam fructas mal sazoadas, ou alguns doces, que lhes mitigavam a fome, mas não os alimentavam, e faziam grave danno a saude. (FALLA, 01/11/1878, p. 49)

Segundo Júlio de Albuquerque Barros, em FALLA (1978) dirigida na abertura da 1º sessão da 24º legislatura da assembleia provincial em novembro de 1878, o complexo destas medidas conseguiu melhorar muito o estado da capital, cessando momentaneamente as aglomerações nas praças e ruas e afastando os mendigos. A presidência provincial ficou desobrigada de prestar socorros individuais²¹, e de dar audiência diária a milhares de pessoas, porque estando distribuídos como ficaram os serviços em relação as várias necessidades dos retirantes, bastava mandar por despacho as obrigações que os indigentes recorriam as suas respectivas

²⁰ Nesse âmbito de valores, é possível destacar que: o administrador e o fiel recebiam 2\$ diários; o escrevente 1\$500; os inspetores 1\$; chefe de cozinha 1\$.

²¹ Falla, 01/11/1878, p. 50.

comissões. Sendo assim, os particulares poderiam abrir suas portas e transitar nas ruas sem que centenas de famintos os cercassem, pois nos abarracamentos havia comida pronta a toda hora do dia e da noite.

Para fiscalizar todo o serviço de socorros na capital foi nomeada pelo então presidente de província, em 27 de agosto de 1878, uma comissão composta pelo Dr. Chefe de Polícia, o Barão de Ibiapaba, o Coronel Frias Villar, o Procurador Fiscal e o Promotor Público, para fins de atender as demandas disciplinares e sociais da capital.

Um desses nomeados, o Barão de Ibiapaba, acabou sendo responsável pela idealização e doação do espaço que ajudaria a absorver essas massas desvalidas e indigentes com o objetivo de retorná-los com a mente sã, moralmente conscientizados e prontos para o trabalho, no chamado Asilo de mendicidade.

Pensamento generoso d'alguns espiritos philanthropicos, e principalmente de um coração benemerito que se partiu d'este mundo, deixando seu nome escripto em letras immarcessiveis, o projecto do Azylo de Alienados ou de Mendicidade, como lembra em seu relatorio o digno Vice-provedor, fazendo prevalecer a melhor conveniencia de substituir uma ideia por outra, vai conquistando adhesões e alargando o circuito de seus beneficios, que tela ofrecido donativos para se levar a effeito esse grandioso commelimento. (FALLA, 02/07/1877, p. 21)

É válido ressaltar que os esforços de caridade, inclusive, eram grandes distintivos da função social, fazer parte dessa classe era motivo para estar nas primeiras páginas dos jornais, conseguir privilégios políticos e exercer de fato uma influência de poder sob os demais segmentos da sociedade.

3.3 De Asilo de Mendicidade à Escola Militar: as tensões em torno do projeto

A indigência parece constituir uma carga que acompanha a civilização desde seus primórdios. Seja por motivos econômicos, pessoais, migratórios ou quaisquer outras razões, a miséria se fez presente nos momentos históricos de permanências e rupturas sociais.

O abandono do lar e as aglomerações, a falta de organização de trabalhos regulares desde o começo da calamidade, não menos do que o esgotamento progressivo dos recursos públicos e particulares durante esse período, concorreram para a progressão ascendente das ações impostas a assistência pública. Exaltar a sua importância e urgência seria algo fundamental, pois, a avultada mendicância

na capital, além de ser uma das chagas sociais mais dolorosas, muito contribuiu para o aumento das estatísticas criminais.

É nesse cenário que tornou-se notória e preocupante a quantidade de mendigos que vagavam pelas cidades cearenses, fazendo *jus* a ideia de criação de um estabelecimento asilar próprio, destinado aos que fisicamente eram impossibilitados de trabalhar e precisavam dos socorros da caridade.

Além dos problemas ligados a violência, a insegurança, a saúde pública e a salubridade da cidade, fazia parte, esse processo de ocupação dos espaços públicos que se observava. A mendicidade era vista como um ato indolente, preguiçoso e imoral, um verdadeiro mal da sociedade contemporânea que se modernizava. Entre as múltiplas causas do pauperismo, estava relacionada a questão de como aquela sociedade encarava os atos de embriaguez, a frequência de visitas as chamadas tascas (casas onde se comercializavam bebidas a varejo), os vícios ligados a jogos, a preguiça em atividades regulares do dia a dia das cidades e a sua irregularidade, as quais se tornaram mais frequentes, pois, originavam-se da ignorância, da falta de educação moral e religiosa e da inaptidão profissional²².

Dependentes da vontade do homem e de suas próprias faltas, podiam elas ser extintas ou pelo menos minoradas, e, como ensina a experiência, este deveria ser o principal meio de combater o pauperismo. As escolas primárias, as caixas econômicas, montes de socorros e hospitais entraram na classe das medidas preventivas estatuídas pela administração para educar e socorrer os trabalhadores nos momentos da precisão.

Carecia assim, esta província de um estabelecimento de mendicidade que fizesse desaparecer o repugnante espetáculo, que oferecia na capital a legião de mendigos maltrapilhos, que diariamente a percorria. Esta medida de socorro seria, porém, incompleta si não fosse acompanhada de uma medida preventiva em favor do operário²³.

Através dos clamores que rondavam a cidade por ações que salvaguardasse os espaços públicos e esses corpos, emerge a figura de um distinto cidadão - O

²² Relatório, 09/04/1886, p. 28

²³ A província possui escolas primárias, mas não tem o ensino profissional, que cria o operário. Alcançar ambos os fins seria uma conquista dupla.

Barão de Ibiapaba, que apresentou a ideia de construir um asilo que prestasse importantes contribuições às aspirações da província.

Barão de Ibiapaba era o título conferido ao coronel Joaquim da Cunha Freire, nascido no Ceará em 18 de outubro de 1827 e que faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1907. Filho de Felisberto Correia da Cunha, que havia falecido no Piauí em 1832 e de Dona Custodia Ribeiro da Cunha, natural de Portugal, era casado com Dona Maria Eugenia dos Santos. Dedicando-se a carreira comercial soube acumular avultada fortuna. Governou a Província várias vezes como Vice-presidente, foi também chefe político de grande influência, sendo também coronel da guarda nacional, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, da Junta Comercial, da Caixa Econômica e do Monte de Socorros da Província. Era Comendador do título da Ordem da Rosa, que premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado.

Em 22 de setembro de 1877, no Palácio do Governo e na presença do então Presidente da Província, o Sr. Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (1877), compareceu o Barão de Ibiapaba, para expressar sua preocupação com as condições precárias em que se achava nesta capital, os desfavorecidos da fortuna por causa da seca. Acrescentou que desejava melhorar a situação desses desabrigados, proporcionando-lhes um abrigo gratuito. Para tanto, fazia um donativo à província da quantia de 10:000\$000 réis e mais um terreno de três quarteirões com frentes para as ruas do Colégio das Órfãs, Leopoldina, Solidade e Aurora, para edificação de um Asilo de Mendicidade.

Nessa ocasião ficou combinado que enquanto a edificação não estivesse totalmente concluída, seria a mesma, competência exclusiva do doador ou dos seus sucessores; porém, tão logo estivesse concluída, a responsabilidade pelo edifício passaria a Presidência da Província, tendo então sido lavrado um termo assinado tanto pelo Presidente quanto pelo doador.

Com a quantia doada para a realização do projeto de asilo a mendicância da capital, juntamente com o terreno cedido pelo mesmo doador para a construção do edifício, o Barão de Ibiapaba e a futura instituição acabou despertando uma grande expectativa na população, pois estando concluído o edifício, poderia ser provida a necessidade de abrigar o vultoso número de mendigos que cruzavam as ruas sem

ocupação e sem um futuro estabelecido, incluindo entre estes, os menores e desamparados. Sem instituições para o acolhimento dos mesmos e que além de recolher, cuidassem em educá-los para o trabalho (a Colônia Christina anteriormente citada ainda não havia sido edificada). Logo, na rotina do asilado estava também previsto, encontrar aprendizagem e trabalho na mesma oficina e escola da infância desvalida e está partilharia o alimento distribuído a mendicidade. A expectativa era que no Asilo de Mendicidade poderia haver compartimentos exclusivamente destinados a tais indivíduos, que trabalhando de dia em alguma oficina, a noite frequentariam a escola, como se pode observar no relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira d'Aguiar, em 23 de novembro de 1877:

Para a construção do segundo, tendo sido escolhido um terreno adjacente ao palacio episcopal e a elle pertencente, foi d'ali retirado pela necessidade que havia de recorrer-se ao consentimento do corpo legislativo e achar-se já fechado o parlamento. Foi designado, pois um terreno no Outeiro offerecido pelo Exm. Barão de Ibiapaba, o qual igualmente concorreu com a quantia de dez contos de réis para o começo d'essa obra, que se destina a um fim tão humanitario. Os trabalhos estão em execução; e aguardei a chegada de V. Exç. para lhe ser conferida a honra de lançar a primeira pedra nesse edificio que, iniciado sob os auspícios de S. M. o Imperador, e tendo em V. Exc. um dedicado auxiliar, muito poderá fazer para que elle tenha todo o impulso e consiga-se para a provincia um grande melhoramento. (RELATÓRIO, 23/11/1877, p. 16)

Estando concluído o estabelecimento, restaria a preocupação de como seria a sua administração e custeio. Era esperado que essa tarefa ficasse vinculada a uma comissão ou mesa regedora, sendo financiada por donativos, auxílio do tesouro provincial e produtos confeccionados nas oficinas do estabelecimento, onde deveriam ser obrigados a trabalhar os asilados que válidos, ali estivessem abrigados.

Em 2 de dezembro de 1877, data referente ao aniversário do imperador, o Presidente Estelita mandou dar início às obras referentes ao projeto de construção do humanitário edifício que tinha como objetivo imediato, servir de asilo à mendicidade desvalida. A criação desse espaço era encarada como essencial para um futuro próspero para a cidade, iniciativa que teve seus esforços vinculados a

imagem do Barão de Ibiapaba, sendo este reconhecido como um homem respeitável, patriótico, cristão e de ideia grandiosa²⁴.

No ano seguinte, 1878, o Presidente José Julio de Albuquerque Barros (1878-1880), ordenou a continuação das obras e o aumento do valor dos donativos em 15:000\$000. Nesse ano e no ano de 1879 foram ainda sendo empregados na construção, grande número de indigentes e de materiais fabricado por eles.

No início do projeto, acreditava-se em uma finalização rápida da obra do edifício, tendo em vista que desde o começo da construção do espaço a obra não havia sido interrompida e nem sequer havia faltado recursos pecuniários para a mesma, além de certa seguridade, por ter a administração provincial deliberado prestar-lhe os favores que estivessem ao seu alcance²⁵. Por isso achava-se que a construção se apresentava em um estágio bastante adiantado.

Para reunir recursos destinados à conclusão das obras do asilo e ficar a instituição em condições de iniciar os seus dignos trabalhos de poder servir ao seu fim humanitário, o Exm. Sr. Senador Pedro Leão Veloso nomeou uma comissão composta pelos cidadãos: Barão de Ibiapaba, Presidente, seguido dos Vogais Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, Dr. Rufino Antunes de Alencas, João da Rocha Moreira, Major Luiz Carlos da Silva Peixoto, Paulino Joaquim Barroso, Manoel Theophilo G. de Oliveira, Joaquim Domingues da Silva e Joaquim Feijó de Mello, homens de ilibada reputação e respeito na cidade. Denominada "Junta Diretora do Asilo de Mendicidade", a mesma estaria responsável pela administração da obra e a arrecadação de donativos de custeio, onde foram expedidas as seguintes instruções por Torquato Mendes Viana, vice-presidente da província do Ceará, em 2 de janeiro de 1882.

1º Secção: O Vice-presidente da Provincia, atendendo a que sob iniciativa do barão de ibiapaba e mediante donativos deste, auxiliado pela provincia e pela philanthropia particular construiu-se nesta capital um edificio destinado a servir de Asylo de Mendicidade, o qual se acha em estado de poder funcionar, e que para este fim o \$58 do art. 1º da lei nº 1961 de 14 de setembro ultimo creou um imposto peculiar ao respectivo custeio:

Resolve:

1. Que o referido Asylo seja, sob inspecção do governo da provincia administrado por uma junta completa de um presidente e oito vogaes denominada - Junta Directora do Asylo de Mendicidade.
2. Que esta Junta, nomeada pelo Presidente da Provincia, dentre nacionaes ou estrangeiros, que por espirito de caridade aceitem o encargo, seja

²⁴ Relatório, 22/02/1878, p. 07

²⁵ Ibidem, p. 07

renovada de tres em tres anos, podendo recahir a nova nomeação em todos ou alguns dos membros que tenham bem servido e quizerem continuar.

3. Que a Junta Directora fique incumbido tudo que for tendente a direcção e administração do Asylo, assim na economia particular de despeza com os mendigos e receita proveniente do trabalho destes, como na promoção e consecução do augmento de seu patrimonio por meio de consignações em orçamentos, auxilos, subscrições, loterias, doações, legados e quaesquer outros expedientes que adoptar.

4. Que a Junta Directora faça reunião sempre que seu presidente a convocar por iniciativa propria ou a requerimento da maioria dos vogaes em cuja hypothese será obrigatoria a convocação.

5. Que as deliberações da Junta sejam tomadas em sessão por maioria dos votos dos membros presentes, tendo voto de qualidade o respectivo presidente, o qual em qualquer impedimento será substituido pelo vogal designado por maioria dos que comparecerem, e no caso de vaga durante o trienio por nova nomeação do Presidente da Provincia.

6. Que os empregados precisos ao funcionamento do Asylo sejam de livre nomeação e demissão da Junta Directora que terá sempre em consideração as necessidades do serviço.

7. Que a admissão de mendigos seja fixada no principio de cada mez, na justa proporção do augmento ou diminuição das rendas do asylo.

8. Que, finalmente, a Junta organise e submetta a aprovação do Presidente da Provincia um regimento interno para os mendigos recolhidos ao Asylo e para os respectivos empregados.

Palacio do Governo do Ceará, 2 de janeiro de 1882, Torquato Mendes Vianna. (Relatório, 22/03/1882, p. 47).

Como forma de angariar mais donativos, tendo em vista que a conclusão da obra parecia cada vez mais distante e a urgência crescia cada vez mais com o grande número de mendigos que esmolavam pelas ruas da capital, o Barão de Ibiapaba acabou por fazer um acordo com o presidente de província para contribuir com uma quantia a mais de 3:000\$000, se a província também se compromettesse a entrar pelo menos, com uma outra parte igual. Foi aceito e autorizada a quantia de 5:000\$000 dos cofres provinciais, totalizando a quantia de 8:000\$000²⁶.

Tudo parecia se encaminhar para a conclusão do estabelecimento, porém ainda faltavam recursos para findar a construção da obra. O vultoso e necessário Asilo de Mendicidade, por sua vez acabou por não ficar pronto no período que compreendeu a grande seca (1877-1879) como também não logrou êxito nos anos seguintes. Em relatório com que o Exmo. Sr. Comendador Dr. Carlos Honório Benedito Ottoni, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Conselheiro Sinval Odorico de Moura, em 19 de fevereiro de 1885, acaba sendo relatado a inviabilidade da execução prática aos fins imaginados para o estabelecimento de mendicidade.

²⁶ Relatório, 04/07/1882, p. 04.

Sinto dizer aqui que, apesar da necessidade reconhecida de ser fundado nesta provincia um asylo de mendigos, apesar dos esforços que empreguei para ver effectivamente realizado esse generoso desideratum; não existe ainda no Ceará, um estabelecimento capaz de corresponder aos fins de instituição d'aquella [...]. É certo que graças à philantropia particular e a medidas de que lançaram mão os meus honrados antecessores, ha um edificio destinado a ser o asylo, mas cuja construcção para satisfazer a este fim, ainda está por terminar-se. Infelizmente faltam à provincia recursos financeiros com que possa satisfazer a essa necessidade. (Relatório, 19/02/1885, p. 29)

Mais apelos foram feitos a classe dos filantropos e abastados da capital, pessoas que quisessem ajudar na causa e demonstrar a sua preocupação e caráter patriótico ajudando a manter viva a ideia do Asilo de Mendicidade.

Provincia do Ceará, Palacio da presidencia, em 10 de setembro de 1884. 1º secção Circular.

A quantos se desvelam pela felicidade desta terra causa a mais desoladora impressão o vulto com que aqui se desenvolve progressivamente a mendicidade. Causas conhecidas baseam a certeza de que esse facto deploravel vai accentuar se cada vez mais, si desde já não se lhe promover o desaparecimento por meios promptos e energicos. Destes o primeiro e o mais urgente é a fundação de um estabelecimento onde encontram asylo e trabalho os indigentes desta e das outras cidades da provincia. Com tão humanitario intuito se tem ensaiado a construcção de um asylo de mendicidade nesta capital ao qual faltam ainda as accomodações necessarias para se realizar o generoso pensamento de sua fundação. Urge conclui-lo; e para isto o governo da provincia, na melindrosa crise financeira que esta atravessa, fallecem os recursos necessarios. Lembrei-me de fazer um appello à generosidade particular nunca adormecida nesta nobre terra. Eis porque, interprete das necessidades da provincia, invoco neste momento o reconhecido patriotismo e caridade de V..., pedindo-lhe o concurso de seu donativo para se terminar a construcção do Asylo de mendicidade de Fortaleza. Todas as quantias a este fim destinadas deverão ser recolhidas aos cofres do thezouro provincial. O governo imperial a cujo conhecimento levarei os actos da liberalidade individual, não será a estes indifferente; e esta provincia agradecida não poderá jamais esquecer quantos collaborem na realisação d'aquelle importantissimo melhoramento - Deus Guarde a V... Carlos Honorio Benedicto Ottoni" (Relatório, 19/02/1885, p. 30).

A esses filantropos, foi recebida a resposta por meio de donativos dos seguintes indivíduos, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista com os nomes que responderam ao Presidente de Província, sobre o pedido de donativos.

NOME:	QUANTIA:
Monsenhor Huppulito Gomes Brazil	100:000

Tenente Coronel Antonio Pereira de Brito Paiva	100:000
Senador Domingos José Nogueira Jaguaribe	200:000
Comendador Luiz de Seixas Correa	200:000
Miguel Francisco do Monte	50:000
Francisco de Almeida Monte	50:000
Um anônimo	70:000
Manoel Luiz de Carvalho	100:000
Senador Liberato de Castro Carreira	100:000
TOTAL:	970:000

Fonte: Relatório, 19/02/1885, p. 30.

No dia 26 de fevereiro de 1886, o então presidente de província Miguel Calmon Du Pin e Almeida, convidou um grupo de pessoas de reconhecido destaque social da capital para uma reunião no Palácio, e foi instalada a chamada "Sociedade Protetora do Asilo de Mendicidade e do Lyceo de Artes e Ofícios", cujos estatutos foram aprovados em segunda reunião em 29 de março. Fora designado para o referido asilo o produto de nove series de loterias concedidas, nas quais já estavam sendo depositado no Tesouro Provincial o produto de cinco. Pelo mesmo ato foi definida a nomeação de sua diretoria que ficou assim composta por:

PRESIDENTE: Barão de Ibiapaba

VICE-PRESIDENTE: Dr. Paulino Nogueira B. da Fonseca

SECRETÁRIO: Dr. Virgílio Augusto de Moraes

TESOUREIRO: Manoel Theophilo Gaspar d'Oliveira

DIRETORES: Desembargador Antonio de Souza Mendes - Dr. Guilherme Studart - Dr. Pedro Augusto Borges - Tenente Coronel José Francisco da Silva Albano - John Mackee.

SUPLENTEs: Tenente-Coronel José Antonio Moreira da Rocha - Capitão Guilherme Cezar da Rocha - Joaquim Domingues da Silva - Major José Peregrino Viriato de Medeiros - João Baptista Perdigão de Oliveira.

A presidência confiada ao Exmo. Barão de Ibiapaba seria uma forma de homenageá-lo sobre a ideia fecunda e tão útil da instituição de mendicidade e a liberalidade das importantes doações por ele feitas. Acreditando que sendo auxiliado de forma eficaz pelos distintos cidadãos, que compunham a diretoria, era esperado a prosperidade desta instituição que muito teria a ofertar para a felicidade da província.

Vale destacar que os recursos para a sustentação do asilo seriam provenientes das seguintes fontes de renda: 1) Juros de apólices do patrimônio da instituição; 2) Joias e anuidades de sócios; 3) Produtos do trabalho dos asilados; 4) Além dos donativos de terceiros. O seu patrimônio que giraria entorno de cinquenta contos, atingiria até de maio de 1886 a quantia de 100:000\$000, podendo ser elevado a 300:000\$000.

Em 1886, a maior parte do prédio destinado ao espaço do Asilo de mendicidade estava concluída e apta a iniciar seus serviços predestinados a acolhimento e educação. Achando-se terminadas as obras do edifício destinado ao Asilo de mendicidade da capital cearense, conforme fora apresentado pelo então engenheiro da província, foram repassadas as ordens do local ao Presidente da Diretoria da respectiva Sociedade Protetora, para providenciar sobre a sua guarda e conservação até que pudesse ser inaugurado. Vale ressaltar que a obra foi terminada, mas não inaugurada.

O motivo de não ter havido a inauguração do espaço estava ligado ao ainda ínfimo patrimônio que o Asilo possuía, ainda não preparado para preencher os nobres fins de instituição. Certamente não seria com uma renda anual inferior a quatro contos de reis que ele conseguiria abrigar os mendigos, dando-lhes alimentação e vestuário e mantendo o pessoal necessário à sua administração²⁷.

Em mensagem, o então governador do estado Sr. José Clarindo de Queiroz, reconhecendo tal impossibilidade de execução do espaço, resolve se reunir com a diretoria do estabelecimento para deliberar sobre a melhor utilidade que se poderia tirar dessa instituição, chegando à conclusão de que era conveniente entregá-la,

²⁷ Falla, 01/07/1887, p. 65.

com o respectivo patrimônio, a exclusiva direção do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, passando a ser convertido num instituto de artes e ofícios. Esta resolução tinha o assentimento do grande mantenedor e fundador do Asilo e também da sua diretoria. Como dito, essa decisão acabou sendo tomada devido à falta de recursos e patrimônios suficientes para custear o espaço.

Depois de concluído, em 1889, quando deveria ser entregue ao bispo para os fins a que estava destinado, um decreto de 1890 anulou o termo de doação do prédio, porque este tinha sido construído em parte com dinheiro público. Com a revogação da lei, foi determinado que o referido prédio ficasse a cargo do Tesouro do Estado para posterior deliberação, e o patrimônio instituído para o asilo, fosse recolhido aos cofres para posterior aplicação.

Conforme Menezes (1992, p. 101), em 17 de março de 1892, o Governador Benjamim Barroso, passou um telegrama ao Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) informando sobre a existência na cidade de Fortaleza de um edifício inicialmente voltado a ser um Asilo de Mendicidade, bastante vasto, que poderia servir de escola militar com ligeiras modificações. Colocando assim o prédio a disposição do Presidente da República, com as informações de que:

[...] o edifício havia sido construído pela verba "socorros públicos" em 1878, e que os donativos feitos à instituição para a construção do asilo de mendicidade, estavam depositados no Tesouro do Estado, e não sendo suficientes para mantê-lo, o edifício estava abandonado; que o terreno doado dava direito ao donatário de designar quem devia ser asilado, e como era de pouco valor o Governo podia indenizar ao donatário, se ele fizesse questão, e que em tais condições o Estado oferecia à União o edifício com a condição de se fazerem os reparos necessários, concluindo que só teria efeito o oferecimento enquanto no edifício com a condição de se fazerem os reparos necessários, concluindo que só teria efeito o oferecimento enquanto no edifício funcionasse a Escola Militar. (MENEZES, 1992, p. 101)

O Governo Federal acabou por aprovar a proposta, e o edifício que deveria abrigar retirantes da seca, passou a ser ocupado pela Escola Militar, onde foram realizados melhoramentos nas acomodações e asseios para mais tarde vir a se tornar o espaço destinado ao Colégio Militar de Fortaleza.

Essa transição entre a concepção de um espaço voltado para atender os interesses provinciais que buscavam suprir à anseios humanitários - que tanto se faziam necessários em contexto calamitoso - para um novo estabelecimento detentor de novos intuitos e deveres a mando do Estado, apresentava-se como resultado da falta de planejamento adequado, que culminou no desvio de seu

propósito inicial, que seria lidar com as camadas sociais em condições precárias e sem assistência.

Esse distanciamento observado ao fim que levou o espaço destinado ao Asilo de Mendicidade estava vinculado principalmente à falta de arrecadação patrimonial para suprir as despesas que o espaço teria em sua manutenção, tendo em vista que se isso não ocorresse – como foi o caso – o edifício ficaria a cargo do governo. Este por sua vez, revelava uma situação de instabilidade em decorrência da variação das safras das lavouras e os infortúnios relacionados às calamidades climatéricas que prejudicavam a saúde pública, a salubridade e, conseqüentemente, o futuro da província. Toda esta situação impossibilitava o governo provincial de arcar com a totalidade das despesas do Asilo.

De Asilo de mendicidade à Escola militar, sob o desejo de melhorar a situação dos desvalidos desabrigados e instruí-los para encarar um mercado, por fim, se tornando um ambiente destinado ao Estado para novas atribuições.

4 COLÔNIA ORFANOLÓGICA CHRISTINA: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E PROTEÇÃO AOS ÓRFÃOS

Além dos mendigos, o problema vinculado à infância desvalida se mostrava latente pelas ruas cearenses. Vistos também como corpos transgressores, possíveis "inimigos" da modernização visada pela elite cearense e responsáveis pela desordem que se apresentava na capital, esse grupo fazia parte dos anseios pelo "zelar e controlar" em prol do estabelecimento da ordem vigente.

Nesta seção será evocada a questão sobre a infância desvalida e a sua importância para o futuro da província, tendo em vista que, além de ofertar assistência a esses indivíduos desamparados buscava-se também os instruir sob o propósito da constituição de uma sociedade mais robusta. Para lidar com essa situação, foram sendo forjados discursos ainda provinciais que preconizavam o surgimento de uma instituição para alocar esses menores. Desse modo, despontou o projeto de criação e incentivo da Colônia Orfanológica Christina (1880), que tinha por objetivo receber esses órfãos desvalidos e instruí-los.

Servindo de alicerce para a compreensão desse contexto, que retrata o enfrentamento do problema da infância desvalida e/ou adoecida, trabalharemos com os discursos oficiais e o cruzamento com os dados encontrados nos jornais do período, buscando demonstrar o viés filantrópico e institucional que permeava a edificação da instituição, assim como uma bibliografia que retrata esse ambiente de entendimento sobre a questão da infância.

4.1 Moralizar e instruir para avançar! Uma política de civilização da infância

Se tratando de Brasil Império, os contornos assumidos pela vida urbana em constante movimento e crescimento, atrelado ao expansionismo econômico e o desenvolvimento industrial, acabava por conjecturar as cidades como instrumento de afirmação civilizacional, associado pelos projetos urbanos vinculados ao progresso.

De acordo com Narita (2009, p. 54) o modernismo vivido nos centros urbanos como uma espécie de "força cultural" que se impunha em meio às sensibilidades, tematizava os atores que se distribuíam pelas ruas. Essas transformações sentidas no ambiente urbano em meio a essa efervescência imposta pela aspiração de um

movimento progressista da sociedade abrigava também meios que acabavam por evidenciar pessoas que seriam antagonistas desse processo e, conseqüentemente, essas mudanças acabariam por excluir esses atores sociais.

Como nos mostra Chalhoub (1996, p. 29) as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Assim, a pobreza parecia, pois, uma espécie de anti-Brasil que embaraçava a civilização das cidades. Ainda segundo Narita (2009, p. 54) a mendicância e o crescimento das camadas pauperizadas da população urbana muito incomodaram os grupos políticos dirigentes dos Oitocentos no Brasil. Estes, nada viam de admirável na massa de desvalidos que se avolumava nas capitais.

A partir de meados do século XIX, a filantropia moderna questionava as práticas caritativas, demonstrando a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares – não poucas vezes associadas às “classes perigosas” –, por meio de campanhas educativas nas quais se exaltavam princípios como a positividade do trabalho, do modelo familiar nuclear, da economia, da moralidade e da religião (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 75).

É válido ressaltar que no período analisado, o discurso higienista vinculado às classes médicas, principalmente, corroboram diretamente com o planejamento progressista conjecturado pelos dirigentes da nação, assim, ligados a um ideário higienista que deslegitimava os maltrapilhos, identificando na pobreza o reduto contra o qual se voltava a racionalidade do mundo urbano. Essa “ideologia da higiene” que acabava por legitimar prerrogativas de controle social exercida pelos poderes públicos, estava diretamente atrelada ao perfil físico dos indivíduos e o objetivo que se buscava com estes. Dessa forma, o aperfeiçoamento moral e material da nação por meio da gestão do espaço urbano, buscava legitimar conceitos como “civilização”, “ordem” e “limpeza” para colocar o Brasil no caminho do progresso (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Cada vez mais a “pobreza” e a “mendicância” eram associadas, nos discursos de médicos e higienistas, a “vícios” e “degenerações” humanas. A filantropia ganhava adeptos até mesmo no interior das irmandades religiosas, o que trouxe mudanças nas perspectivas assistencialistas tradicionais. Nesse contexto, difundiu-se a ideia de que a educação das classes populares seria um poderoso instrumento de “regeneração social”. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 75).

Na perspectiva de Gondra e Schueler (2008, p. 69), para as elites dirigentes do Império, os ideais e os discursos em prol da civilização tornaram-se fundamento para uma série de projetos políticos e medidas administrativas que nortearam a constituição do Estado nacional. Assim, visando controlar o “inchaço populacional” desordenado nas cidades, que estava alinhado ao crescimento incalculado da população pauperizada, vão surgindo meios que miravam o controle de mendicantes e vadios que perambulavam pelas ruas causando desordem pública e a “negação” do projeto de embelezamento moderno em voga.

Seja por meio de obras de caridade, dos asilos ou dos institutos, os cidadãos passaram a ser institucionalizados e devidamente encaixados em perfis sociais para os quais se buscava uma política de inserção e acomodação na ordem imperial. (NARITA, 2009, p. 55).

Dessa maneira, o século XIX passa a ser marcado pelo aumento significativo do surgimento de instituições especializadas para o recolhimento e trato das massas desvalidas das grandes cidades. A criação de espaços como orfanatos, escolas e institutos, com o objetivo de acolher esses indivíduos a ponto de tirá-los da rua e lhes oferecerem alguma instrução foi ganhando cada vez mais espaço nesse cenário de disciplinarização em prol do desenvolvimento.

Nesse cenário composto por novos trabalhos, relações e demandas, percebemos que interesses são colocados em voga como forma de alimentar as necessidades do sistema capitalista em expansão. Esse ambiente de efervescência social, política, ideológica e econômica, logo tornaria a infância, alvo das mais profundas preocupações no que tange a construção de um ideal de progresso nacional.

Essas crianças passaram a ser consideradas como símbolos da brasilidade e o futuro da nação, estando agora inseridas em um novo tipo de demanda que girava em torno da manutenção da ordem pública, para se atingir os níveis de uma nação civilizada. Desta forma, uma nação disciplinada com crianças bem assistidas institucionalmente, seria um dos caminhos para se alcançar a tão desejada modernização.

Apesar disso, nesse período “[...] a diferença social entre as classes era algo bastante acentuado e as crianças desprovidas de assistência sofriam com a

realidade de se adequar a essa nova ordem econômica predatória industrial, onde buscavam se adaptar a esse sistema.”²⁸.

Dessa maneira, a preocupação com as crianças “desvalidas” e “desamparadas”, expressões utilizadas pelas elites dirigentes para legitimar suas estratégias de intervenção sobre as infâncias das camadas mais pobres, passavam a compor um discurso que procurava validar aparatos institucionais voltados ao recolhimento da infância “abandonada”. No caso especificamente das crianças desvalidas, que eram representados pelos menores que se encontravam em más companhias, que os desencaminhavam; aqueles que adquiriam vícios e maus costumes ou os que deslizavam para os caminhos da vadiagem, mendicidade, libidinagem, gatunagem ou outras formas de delinquência. Essas crianças eram consideradas, também, uma ameaça à ordem pública, logo:

A criança desvalida seria aquela materialmente pobre, mas que contava com o apoio de alguém de sua família. Era um indivíduo cujos pais, por sua condição miserável, não podiam lhe dar aquilo que necessitava. Não eram consideradas infratoras, pois não haviam cometido nenhum crime contra a sociedade ou o Estado. Configuram-se enquanto crianças pobres, convivendo em meio à miséria e à ignorância, desprovidas de apoio social, cultural e econômico. (STAMATTO, 2017, p. 92).

Buscando solucionar esses casos de desvio de condutas, foi incentivada a criação de espaços para receber esses filhos da rua. Urgia um sentimento primitivo de uma rede assistencial para modelar essas crianças, tornando-as possíveis mão de obra útil ao sistema capitalista.

Através de uma análise documental realizada por Rizzini (2004, p. 13), foi demonstrado que a história que perpassa a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos, tinham um destino quase certo quando, buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãos ou abandonadas.

Certos espaços urbanos foram então se adequando a essa condição que permeava a realidade infantil. Questões sobre as moléstias infantis, o tato com os tipos de crianças e formas de discipliná-las e torná-las uteis ao sistema, foram sendo pensadas e debatidas cada vez mais, em âmbito mundial por médicos, filantropos,

²⁸ Passamos então a visualizar nesse momento um grande número de menores criminosos, acusados da prática de “vadiagem” ou “gatunagem”, que constantemente ameaçavam a ordem pública e a tranquilidade das famílias.

juristas e autoridades políticas. O objetivo seria traçar estratégias para o desenvolvimento de toda essa questão que envolvia a infância, com o intuito definido de: moralizar e instruir para avançar! Sendo assim, alguns espaços passaram a ser construídos com o intuito de acolher e instruir essa infância desvalida, especialmente aquelas submetidas à orfandade.

Assim, instituições passaram a ser construídas com intuito de acolher essas crianças. Em suma, esses locais eram de cunho privado, público ou misto, tendo o propósito de servir de lar para esses menores das ruas, denominados “vagabundos” pelo simples fato de comporem a massa urbana que “enchia” as ruas de indivíduos “indesejados”.

Além de abrigar esses meninos e meninas pauperizados das capitais urbanas, essas instituições forneceria ensino para essa infância desvalida. Portanto, esses espaços tornam-se centrais no recolhimento e ensino das crianças desvalidas, representando um refúgio tanto para esses indivíduos como para o governo imperial, ao retirar essa infância de vida errante das ruas. Sendo assim, a necessidade de ofertar educação é colocada como argumento base para a construção desses espaços, afinal, proporcionar uma assistência a esses indivíduos instruindo-os adequadamente tornava-se questão de manter a tranquilidade pública e garantir o futuro dessas crianças.

Desta forma, a elaboração de estratégias para a construção de abrigos para a disciplinarização desses indivíduos, trouxe à tona essa questão da oferta de uma instrução educacional e princípios morais para composição desse indivíduo asilado. Logo, além de fornecer abrigo e alimentação para essas crianças, também era visado prover aos jovens uma educação moral e prática aspirando a sua inserção no mundo do trabalho. O que viria a ser entendido como uma política de civilização da infância, implicava no aparecimento de projetos de educação distintos dirigidos aos menores, destinando-os a espaços específicos nas cidades por meio da "produção de novas relações de autoridade" e da "elaboração de novas formas de comportamento" (VEIGA, 2004, p. 37 *apud* NARITA, 2009, p. 55).

Tratava-se de precavê-los contra o “perigoso gênero de vida que levam”, de modo que a solução mais razoável parecia mesmo ser a de “dar-lhes uma educação moral, religiosa e artística, que os habilite a serem bons e uteis cidadãos”. (NARITA, 2009, p. 56).

Assim, essas crianças passaram a ser disciplinadas e munidas de conhecimento prático para iniciarem a vida fora desses espaços e de ambientes que continham vadiagem e propulsores de crimes, sendo utilizadas como mão de obra para o sistema de produção capitalista que vinha tomando espaço, idealizando meninos, antes desvalidos, agora saudáveis e munidos de algum saber letrado, imbuídos de uma boa conduta moral e ordenados ao mundo do trabalho.

Apesar desses esforços para remodelar esses corpos e torná-los úteis para a lógica social imposta em âmbito comum, essas instituições apresentaram falhas ao colocar em prática esses projetos. Por um lado, a falta de apoio financeiro para mantê-las, por outro, a falta de uma mão de obra adequada e abrangente para nesses espaços lidar com a vasta quantidade de colonos, tudo isso aliado as novas demandas junto ao poder público, foram desviando o foco e ocasionando o insucesso dos objetivos primordiais desses locais, permanecendo assim os *"problemas da infância"*.

Em um contexto de transição entre o período imperial e republicano brasileiro, o que viria a ser reconhecido como o *"problema da infância"* poderia ser resumido em alguns pontos cruciais como: o abandono, criminalidade e a mortalidade. Consequências essas indesejáveis da pobreza e da cultura das classes menos favorecidas. O que acarretou, no final do século XIX e início do XX, a difusão da questão sobre a proteção e assistência médico-social à infância, como sendo uma ação coletiva internacional que visava sensibilizar a sociedade civil e os governos nacionais para que agissem em favor da infância, criando uma legislação e um aparato institucional que resguardasse as especificidades e atendesse as necessidades sociais, jurídicas e sanitárias das crianças, especialmente as submetidas ao abandono e à pobreza (FERREIRA, 2018, p. 10).

Assim, foi possível acompanhar a adesão dos governos em abrigar gerações de crianças, que passaram sua infância e adolescência internadas em grandes instituições internas. Fossem internatos de menores ou orfanatos, essas instituições funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. De acordo com Furlan e Lima (2021, p. 246) é possível percebermos, o surgimento de uma *cultura de institucionalização dos "desajustados"*, por desconsiderar a situação da maioria dessas famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, devido à lógica excludente da

estrutura social capitalista que favorece uma minoria e exclui a maioria da população dos bens econômicos e culturais.

O surgimento desses espaços corroboram com as teorias idealizadas nos trabalhos de Erving Goffman e Michel Foucault, supracitadas no tópico anterior. Em Goffman (2015, p. 12), é possível entendermos a práxis que opera em uma *instituição total*. Para Goffman (2015), o principal foco refere-se ao mundo do internado e não ao mundo do pessoal dirigente, onde todos procuravam enfatizar o mesmo problema: a situação do internado. É perceptível que o interesse central para Goffman com o conceito de *instituições totais*, seria chegar a uma versão sociológica da estrutura do “eu” internado e inserido em uma conjuntura de controle.

Enquanto em Foucault (1987), o surgimento de uma sociedade disciplinar, conceito elaborado pelo autor para explicar a configuração de uma sociedade posta em um período de ascensão do capitalismo e a gradativa queda do poder monárquico, imagina essa sociedade como palco do exercício de um tipo de poder específico, que, de forma capilar, marca os corpos através de uma vigilância, aplicação de normas e exames constantes. E por fim, a tecnologia panóptica entra como elemento fundamental para o ápice da sociedade disciplinar.

Goffman (2015) e Foucault (1987) são dois referenciais estratégicos fundamentais para estudo e compreensão adequados dessas instituições. Na visão de Benelli (2004, p. 238) esses espaços ainda tendem a funcionar de modo clássico, tal como foram mapeadas por Goffman e Foucault, permanecendo alheios às sofisticações tecnológicas ou, em muitos casos, incorporando novidades informáticas sem maiores transformações estruturais.

Retornando a questão referente ao processo de institucionalização da infância abandonada, as primeiras instituições para educação de órfãos datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero). Foi um período em que a presença jesuítica cristã se fazia bastante presente no cotidiano do Brasil Colônia, em detrimento da catequização e conversão de mais adeptos da religião cristã. Logo, esses espaços começam com esse intuito, de trazer novos fiéis, como também de executar a prática cristã de ajuda aos pobres, órfãos e enfermos, o que também era motivo de atração para novos migrantes. Percebemos a atuação das

ordens religiosas, irmãs de caridade e a expansão das Santas Casas de Misericórdia.

No século XIX, os asilos para crianças pobres sofreram mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Foi um período em que havia uma valorização maior da razão perante a fé e isso acaba reverberando na realidade da construção dos estados nação e projetos de governo. Passa então a se questionar o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”. Os ofícios mecânicos passam a se fazer presentes nas preocupações que permeavam a realidade brasileira, e o governo imperial cuidava da educação na Corte e das necessidades de suas instituições, baseado nesses ideais de construção de um povo útil, em prol do desenvolvimento.

A preocupação com o *problema da infância* era latente nesse projeto societário brasileiro que estava ainda engatinhando. A imagem das crianças, suas atitudes e comportamentos, passam a estar atreladas diretamente ao progresso das cidades, e conseqüentemente da nação. A infância passou a ser objetivada pelo discurso político e como tal devia ser preparada e encaminhada para determinados fins preestabelecidos.

Para ser útil à nação, como pretendiam os republicanos de então, a criança deveria ser obediente, ordeira, estudiosa, saudável - física e moralmente -, submissa ao destino que os adultos desejassem impor-lhe, entre outros atributos. (SOUZA, 1999, p. 77).

Ainda no século XIX, alguns estabelecimentos passaram a receber subvenção dos governos provinciais. Nestes asilos, meninas e moças eram educadas nos *misteres* do seu sexo, ou seja, nos trabalhos domésticos e de agulha e na instrução elementar.

No que diz respeito à província do Ceará, no dizer de Souza (1999, p. 26) seria possível observar que a preocupação com essas crianças se tornou mais evidente durante a grande seca de 1877-79, que, associada às epidemias, resultou, entre outras sequelas, num grande contingente de crianças órfãs, principalmente na capital da província. Foi nesse período que a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres foram considerados graves problemas urbanos a ser solucionado pela intervenção dos poderes públicos.

Nesse contexto, seria possível visualizar o surgimento da Colônia Orfanológica Christina, na província do Ceará. Uma instituição que surgiu com o

ideal de acolher a infância desvalida cearense e instruí-la, visando o desenvolvimento da província. Este estabelecimento estava assentado sob uma base tríplice: a religião, o trabalho e a instrução. O intuito era ofertar uma formação moral, através do trabalho e de uma rígida disciplina.

4.2 Educação e amparo: Colônia Christina como projeto de instrução e desenvolvimento provincial

Desse modo, o enfrentamento do problema da infância desvalida e/ou adoecida, parecia preocupar os setores ligados à saúde e ao saneamento. Assim, uma maneira encontrada para lidar com essa situação seria a criação de uma instituição que pudesse abrigar essas crianças, retirando-as de uma situação de desamparo e aspirando a instruí-las. De forma que, desponta o projeto de criação e incentivo da Colônia Orfanológica Christina (1880), que tinha por objetivo receber, gratuitamente, meninos e meninas entre 7 e 12 anos, nomeados “órfãos e ingênuos cearenses”, desvalidos, para oferecer-lhes abrigo, educação e amparo. Não fugia ao modelo de instituições coloniais fundadas para abrigar desamparados, pois apesar de ter um caráter oficial, de antemão, era fundada e mantida pela caridade privada, além de ter sido inspirada no modelo da Colônia Agrícola Isabel, criada em Pernambuco, na década de 1870, uma instituição também de amparo e correção de crianças pobres e órfãs, que teria apresentado excelentes resultados. A ideia consistia em instruir os asilados para alguma ocupação útil para si e para província, a partir de um ensino profissional, tornando-os produtivos para a ordem socioeconômica vigente.

Vale ressaltar que antes da criação do espaço destinado à Colônia Christina, existiram outros recintos com este mesmo propósito educacional de zelar pelas crianças desvalidas, como foi o caso do Colégio dos Educandos (1856) e o Colégio da Imaculada Conceição (1864) que inicialmente recebia apenas órfãos e pobres, bem como as Casas de Caridade criadas pelo Padre Ibiapina (1862-1869). Embora já existissem em Fortaleza essas instituições voltadas para o recolhimento de crianças órfãs, foi apenas no fim do século XIX que a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres adquiriu *status* de grave problema urbano a ser solucionado pela intervenção dos poderes públicos (SOUZA, 1999, p. 34). É a partir

dessa necessidade que urge a ideia de criação de um estabelecimento voltado ao acolhimento de menores desamparados, filhos de migrantes atingidos pelas secas, e aqueles acometidos por epidemias, como a de varíola (1878), situação que ocasionava tal necessidade, haja vista o cotidiano turbulento da província.

[...] destinada a recolher e libertar da ignorancia os infelizes cearenses, que a permanencia de um longo flagello e das epidemias resultantes de seus terriveis effeitos deixaram na orphandade, sem lar e sem amparo, ameaçados de todas as desgraças que soem produzir os perniciosos elementos originados da extrema miseria e falta de educação (O Cearense, 17/06/1880, p. 02).

Sendo assim, a ideia da construção de uma Colônia Agrícola na Província, advém de uma necessidade em ofertar asilo e educação a numerosa quantidade de menores desvalidos, quase todos órfãos, em decorrência direta das calamidades de ordem natural, como a seca de 1877 e as epidemias. O vasto número de indigentes infantis passa a fazer parte do cotidiano da capital cearense preocupando alguns setores da sociedade. O então presidente da Província, João Júlio Albuquerque, procurava traçar um plano inteligente e que fosse amplamente executado pela parcela da sociedade cearense vista como beneficente, além do auxílio do Estado. A expectativa por parte do presidente estava vinculada aos possíveis resultados que uma instituição para amparar a infância desvalida poderia ofertar a comunidade cearense, tendo como finalidade o desenvolvimento da província e seu consequente engrandecimento²⁹.

Diante da trágica situação em que Fortaleza se encontrava no ano de 1878, com a fome, seca e a peste rondando a província, emerge a figura do português Luiz Ribeiro da Cunha, um forte aliado na luta e amparo aos desvalidos e na construção de uma assistência a infância cearense. Natural de Arcos de Val de Vez, Portugal, o Comendador Luiz Ribeiro da Cunha³⁰ veio muito jovem para o Brasil tentar a vida, escolhendo o Ceará para estabelecer suas atividades. Tornou-se um empreendedor de prestígio e detentor de uma grande fortuna oriunda das suas atividades comerciais. Cearense de coração, procurou colaborar no desenvolvimento e progresso da província, sendo o responsável pela criação deste que viria a ser o estabelecimento de amparo à infância abandonada do Ceará, a Colônia Orfanológica Christina.

²⁹ Relatório, 01/04/1881, p. 44.

³⁰ STUDART, 1922, p. 384

O local escolhido foi uma fazenda localizada em Canafístula, no município de Acarape, há 45 quilômetros da capital Fortaleza. Sendo cortada pela via férrea de Baturité, esta região dispunha de uma de suas estações, facilitando assim o transporte de pessoas e mercadorias. A região apresentava ainda outros atributos no que concerne a sua riqueza local, sendo apresentada como uma área com uma vastidão de terrenos, compreendendo serras e extensas planícies, cercada de muitas matas e algumas casas com cercados e plantações.

O comendador Ribeiro da Cunha não teve mãos a medir no atendimento ao que ele achava mais urgente considerar. Era proprietário de uma vasta gleba nas proximidades de Baturité, na Canafístula, e podia dispor desta rica fazenda para a benemerência que tinha em mente. (LEAL, 1978, p. 101).

Ficou a cargo do então Comendador Luiz Ribeiro da Cunha, a doação da propriedade para o controle da província. Este feito acabava revigorando o que tanto era postulado pela imprensa e canais de comunicação da época, e tratava-se da importância dos fins humanitários, generosos e filantrópicos que os cidadãos fortalezenses precisavam estar imbuídos para lidar com toda a situação adversa que a capital enfrentara. Acreditava-se ainda que apenas com uma ajuda patriótica de cearenses preocupados com o futuro da província, se poderia pensar em um momento de tranquilidade e prosperidade para todos.

Ainda sobre a adesão do terreno, no dia 9 de abril de 1880, a escritura foi assinada e transferida para a província, compreendendo um território estimado de três a quatro léguas de terra com todas as suas benfeitorias, em um valor total estimado em 30:000\$000 reis³¹. No dia 14 de do mesmo mês, ainda foi expedido um regulamento encarregando o engenheiro Adolpho Herbster³² de levantar o que viria a ser os edifícios provisórios da Colônia, o mesmo ainda ficou encarregado pela criação da planta da Colônia e por traçar um plano de povoamento para a localidade. Por fim, no dia 13 de junho de 1880 a Colônia Orfanológica Christina foi inaugurada pelo excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente de Província do Ceará, no reinado do Imperador Dom Pedro II de Alcantara Augusto, esposo da Imperatriz Dona Thereza Christina, protetora dos órfãos da mesma Colônia. (STUDART, 1896, p. 278).

³¹ Relatório, 01/04/1881, p. 40.

³² Que viria a ser dispensado das obras provinciais de que se achava encarregado, e incumbido das obras da Colônia Christina, mediante a gratificação mensal de 200\$000 reis. *A Ordem*, 1880, nº 42, p. 01.

O ato de inauguração do espaço contou com a presença do Presidente da Província e muitas outras autoridades civis, militares e eclesiásticas. Foi arrecadada uma quantia estimada em um conto e vinte mil réis (1:020\$000), a qual, reunida a outra quantia promovida pelo corpo consular desta capital, no montante de um conto setecentos e vinte mil réis (1:720\$000), totalizou uma soma de dois contos setecentos e quarenta mil réis (2:740\$000). Esses valores arrecadados através de doações encontravam-se recolhidos aos cofres do Tesouro Provincial, como prova da demonstração de crédito fornecida pelo mesmo Tesouro.

Em relação a manutenção do estabelecimento e os custos vinculados às suas atividades, através do art. 8º da lei nº 1876 de 11 de novembro de 1879, a presidência autorizou despendar até vinte contos de réis (20:000\$000) na fundação, organização e custeio da colônia. Podendo esta quantia ainda atingir um patamar mais elevado, de trinta contos (30:000\$000), com base no art. 1º, inciso 47, da lei nº 1932 de 15 de outubro de 1880. Sendo assim, a renda referente a Colônia Christina estaria dividida inicialmente pelos auxílios pecuniários do governo geral e da província, e em um segundo momento através do contrato de fornecimento de lenha para a via férrea de Baturité.

Em virtude de contracto celebrado entre a presidencia e a directoria da via ferrea de Baturité, é feito pela colonia o fornecimento da lenha necessaria a mesma estrada. Até o dia 30 de novembro preterito despendeu-se, com o corte de 434 toneladas de lenha, a quantia de rs 571\$770 e o pagamento de fornecimento até o ultimo de outubro, sobe a rs 963\$900; resultando d'ahi em favor da colonia um saldo de rs 392\$130, além de 10% que ficão depositados para a garantia das multas. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 72).

Para as despesas de manutenção, foi criada dois anos mais tarde, uma Loteria Provincial, onde os lucros seriam divididos com outras instituições como a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de São Benedito e a própria Colônia Christina. A renda da colônia provinha, principalmente, de auxílios pecuniários do orçamento provincial e do lucro obtido com o fornecimento da lenha, por contrato, a estrada de ferro de Baturité. Além da arrecadação advinda dos cofres públicos provinciais, ainda tinha uma boa parcela vinculada aos filantropos ligados a caridade, que detinham em suas ações meios de permanecer ativos em seus *status* de relevância na província.

No patrimonio da colonia comprehendem-se ainda varias doações, como sejam 1:080\$000, producto da subscrição entre os cidadãos que assistiram a sua inauguração; 1:720\$000, offerecido pelo corpo consular,

500\$000 resultado do beneficio dado pela artista Julia Beltran e a importancia de 30% de sua gratificação que em favor da mesma colonia cedeo o secretario da provincia, bacharel Antonio Gomes Pereira Junior. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 41).

Após a inauguração, Luiz Ribeiro da Cunha continuou fazendo parte do projeto, incentivando de maneira pecuniária e material.

Por essa ocasião o commendador Luiz Ribeiro da Cunha deu nova prova de sua generosidade, fazendo doação a colonia de todos os seus gados existentes na mesma fazenda, e promovendo uma subscrição que elevou-se a 1:020\$000 rs. Ainda não foram arrojados todos os gados, mas informa o administrador que excedem de 100 cabeças. Tambem o Corpo consular d'esta capital, de que faz parte o mesmo commendador concorreo com a offerta de 1:600\$000 rs. (FALLA, 01/07/1880, p. 30).

Foram nomeadas Comissões em todas as localidades da província, visando angariar donativos, como forma de auxiliar os custos iniciais do estabelecimento, além de redigido um regulamento interno para a instituição, em que seria possível verificar todos os seus objetivos, diretrizes e o dever de cada um na administração do espaço³³.

Conforme os artigos 64 e 66 do Regulamento da Colônia Christina, o diretor é o chefe da colônia e o principal responsável pela sua administração, cabendo apenas a regente, a direção interna do recolhimento das meninas desvalidas, sendo responsável pela educação e os bons costumes das educandas³⁴. Para o cargo de diretor do estabelecimento, foi escolhido o Padre José Thomaz de Albuquerque e para Regente do recolhimento das órfãs, a soror Maria Magdalena, além de outras nomeações efetuadas pelo então Presidente de Província José Júlio de Albuquerque Barros, objetivando a organização dos serviços da Colônia.

Visando um melhor povoamento e desenvolvimento econômico da região e, consequentemente, do novo estabelecimento, foram pensados alguns aparatos que fornecessem incentivos, dentre eles:

Nas proximidades da colonia foram feitas no principio do anno plantações de cereaes, legumes, algodão e mandioca, que promettem colheita regular. Neste serviço mandei empregar indigentes soccorridos pelo Estado, e tendo-se dispersado elles depois da cessação dos soccorros publicos, appliquei aos orphãos os productos dessa lavoura. Além de algumas casas já estão construidos 02 açudes. Trata-se de montar os aparelhos de descaroçar e imprensar algodão, bem como uma fabrica de farinha de mandioca, aproveitando as peças e pertences que já existiam. Está contractado com os cidadãos João Cordeiro e João da Rocha Moreira o estabelecimento de uma fabrica de tecidos de algodão nas terras da

³³ O Cearense, Fortaleza: n.º 40, 16/04/1880, p. 01.

³⁴ O Cearense, Fortaleza: n.º 45, 28/04/1880, p. 01

colônia, mediante as condições do art. 18º§ 7º da lei do orçamento vigente. Também contractou-se por parte da colônia o fornecimento da lenha necessária para combustível das locomotivas da via ferrea de Baturité, durante um anno. (FALLA, 01/07/1880, p. 30).

Após sua fundação, já se encontravam 55 órfãos no asilo, tendo em vista que ainda existiam órfãs alocadas provisoriamente no abarracamento de Jacarecanga, uma espécie de alojamento, que servia para abrigar a população retirante a partir de julho de 1877 e que duraram até o final da seca em 1879. Sendo assim, recebia indivíduos acometidos pela tragédia e foi lá o local onde as órfãs começavam a receber o primeiro acolhimento e educação, para depois serem alocados em outra instituição, nesse caso, a Colônia Christina.

No dia 1º de julho de 1880, em pronunciamento dirigido a assembleia provincial, o então presidente de província José Júlio de Albuquerque Barros acabou informando que foram separadas as menores de 12 anos, um total de 135 jovens, onde foram acomodadas em uma casa construída para ser a escola deste mesmo abarracamento. Sobre as meninas maiores, o número era de 79 jovens que ficaram acomodadas em uma casa próxima (FALLA, 01/07/1880, p. 30). Mais tarde, aquelas seriam alocadas gradualmente sob a direção da Soror Maria Magdalena.

A relação conflituosa entre o então diretor e a regente levou o presidente da província determinar, em 16 de novembro, uma comissão fiscal composta pelo Chefe de Polícia, bacharel Gonçalo Paes de Azevedo Faro, pelo secretário da província, bacharel Antônio Gomes Pereira Junior, pelos procuradores fiscais da fazenda geral e provincial, bacharéis Theophilo Rutino Bezerra de Menezes e Virgilio Augusto de Moraes e pelo gerente da caixa econômica Joaquim Domingues da Silva com o intuito de averiguar o que ocorria na colônia,

Estes distintos cidadãos, acertarão officiosamente o encargo e depois de terem alguns d'elles ido a colônia, onde fizeram minuciosa inspecção, apresentaram a 12 de janeiro o interessante relatorio que, como annexo, ofereço a apreciação de V. Ex. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 40).

Neste relatório, com que o exmo. Sr. conselheiro André Augusto de Pádua Fleury passava a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Senador Pedro Leão Velloso, em 1º de abril de 1881, podemos aferir que esta comissão tinha o propósito de examinar o estabelecimento da Colônia Agrícola Orfanológica Christina e dar parecer sobre o seu estado - mesmo que inicial - não só com relação a disciplina interna e direção dos internos de ambos os sexos, sua instrução e

ocupação, mas ainda no tocante aos meios de fiscalização da receita e respectivas despesas, propondo neste sentido as medidas convenientes e compatíveis com as forças do orçamento e outras fontes de receita. (RELATÓRIO, 01/04/1881, 73).

No dia 20 do referido mez de novembro, seguiu a comissão para o lugar denominado Canafistula sito a margem da via ferrea de Baturité, e onde fora inaugurada a colonia christina; e ahi chegando, na tarde do mesmo dia, deu-se pressa em proceder a uma visita inesperada e minuciosa, que foi continuada no dia seguinte, do estabelecimento orphanologico, dividido em duas partes, uma que comprehende os colonos do sexo masculino sob a direcção do padre José Thomaz de Albuquerque, e outra os do sexo feminino, a cargo da Soror. Maria Magdalena. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 73).

Este relatório redigido pela comissão fiscal compreendia um longo e detalhado documento com informações sobre o estado físico, pecuniário e disciplinar do estabelecimento, além de demonstrar a vivência entre os colonos e suas diferenças no que tange ao ensino, principalmente. Nesse documento ficariam evidenciadas as questões sobre como foram se desenvolvendo a infraestrutura inicial do espaço. É possível identificar, a necessidade da construção de um açude³⁵ que desaguasse na lagoa e a vontade em erguer um pequeno cemitério³⁶. Por outro lado, era notória a discordância entre o então diretor e a comissão no que tange a construção de uma casa de hospedagem, onde segundo a comissão, os resultados seriam negativos por ali ainda existir um povoado, e quando mesmo se houvesse, não seria a Canafístula o ponto terminal da linha da estrada de Ferro de Baturité, pois se houvesse a necessidade de um passageiro em demorar-se na localidade, seriam raros e não compensariam as despesas certas e crescidas de um hotel (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 81).

Conforme supracitado, a administração do estabelecimento em seu início estava a cargo do então diretor, servindo este de capelão e ecônomo³⁷, juntamente com um escrivão que acumulava o cargo também de professor dos órfãos masculinos, de uma regente e por fim de uma professora auxiliar. Vale ressaltar que

³⁵ A comissão associa-se, por igual, aos votos do Rvd. Director, pela realização de uma obra de incontestada importancia que deve ser urgentemente emprehendida, qual a de um açude regular que comporte sufficiente volume d'agua. Avisinha-se a estação invernosa; e se for rigorosa, o açude existente difficilmente offerecerá resistencia a invasão das aguas.

³⁶ Insta o Rvd. Director pela construcção de um pequeno cemiterio na colonia. Nada tem a oppor a comissão a satisfação d'esta justa necessidade; pois que o cemiterio mais visinho demora a duas leguas de distancia, tornando-se assim difficil e dispendiosos os enterramentos.

³⁷ Administrador ou governante de uma residência, ou de uma instituição privada ou pública; mordomo.

a regente contava com 5 (cinco) auxiliares e 7 (sete) órfãs maiores, que faziam o papel de “mães de família”³⁸.

Do ponto de vista espacial, a colônia era dividida em dois núcleos: o do sexo feminino com 204 educandas, alocadas em construções provisórias a margem direita da estrada de ferro de Baturité, e por outro lado o núcleo masculino com 54 educandos, que ficava ao lado da estação, no que seria a antiga casa da fazenda. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 41).

Entre as duas partes do nucleo colonial se interpõe uma distancia equivalente a quinhentos metros, mais ou menos; sendo que a primeira se acha estabelecida no local da antiga fazenda Canafistula; e a segunda reservada ao recolhimento e educação das orphans e ingenuas, está situada no vasto terreno que demora a direita e a vista da estação da via ferrea. (RELATÓRIO, 01/04/1881, 71).

Ainda sob a administração de André Augusto de Pádua Fleury sob o governo provincial, o mesmo acaba concebendo a ideia de introduzir na colônia um sistema de grupos ou famílias, tão preconizado e geralmente preferido para recolhimentos de menores de ambos os sexos. Esse sistema se baseava na construção de grupos dentro da própria Colônia – chamados também de famílias - onde seriam escolhidos líderes para cada grupo com o intuito de chefiar cada ambiente, denominados de *pais de família* ou *mães de família*. Todo esse aparato pretendido pelo presidente da província visava preencher uma lacuna no seio familiar de muitos órfãos, levando em consideração que muitos tiveram que encarar como consequência da seca a perda dos pais. Era vista uma importância nessas relações para a formação desses indivíduos, ainda levando em conta que muitos deles estavam em situação de orfandade.

Ao menor que na fenna infancia teve a infelicidade de perder pai e mãe, não é bastante dar instrucção intelectual, religiosa e profissional; há um vacuo que a sociedade deve prehencher do melhor modo possivel; é a falta da familia. O amor filial, as afeições fraternaes, que não existem sem a familia, podem ser supridas pela organização, em que o desvelo de uma educação carinhosa e a proteção paternal de um director inteligente e bom, forme o coração do menor, despertando-lhe e cultivando sentimentos que em outras condições elle não teria. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 43).

Servindo de sustentação a esse pensamento, eram utilizados alguns exemplos em outros países espalhados pelo mundo.

³⁸ Relatório, 01/04/1881, p. 40.

Os exemplos de Mettray, perto de Tours, da Rauhe Hauss em Hamburgo, os da colônia de Serix e Sounnerberg, na Suíça, os dos estabelecimentos de Redhill e outros na Inglaterra, adoptados com grande vantagem em todos os países em que são conhecidos, podiam servir também a colônia Christina, traçando-se o plano para 10 famílias de 30 colonos em cada núcleo, de modo que este não podesse conter mais de 300. [...] A primeira questão que se suscita neste regimen, versa sobre o número de individuos, de que deve compor-se cada grupo ou família. Em Mettray eleva-se a 40, na Rauhe Hauss e nas colônias Suíças, que por ela se modelaram, não excede de 15; na Inglaterra vi duas colônias orphanologicas, uma para o sexo masculino, o Asylo da Infancia Desvalida (Home for Little Boys) junto a Farningham no condado de Kente; outra para o sexo feminino, a Aldeia da Princeza Maria (Princess Mary Village) perto de Addlestone. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 43).

Assim, organizaram-se perfis para a divisão desses grupos. Era pensado ainda edificar dentro do espaço da Colônia Christina vários núcleos dedicados especificamente a cada atividade a serem realizadas dentro do ambiente. Teriam assim a família de sapateiro, a família de marceneiros e etc.

Contando com as madeiras tiradas das terras della e com os tijolos feitos pelos proprios menores, calcula elle - Henrique Foglare, engenheiro -, em cerca de 10:000\$000 as despesas de construção da casa dividida em dous pavimentos, um superior com três dormitorios, rouparia e quarto da mãe ou dos paes de família; outro terreo com escola e officina, sala de jantar, armazem, copa, cosinha, dispensa, banheiro, lavatorio e outros comodos necessarios. Cada casa teria um pequeno jardim, e seria a habitação da família. A mãe ocupar-se-hia da cosinha, da roupa e de outros serviços propriamente domesticos, sendo neles auxiliada por duas de seus filhos alternadamente. O pai, no nucleo destinado ao sexo masculino, ensinaria um officio e daria as primeiras lições de instrucção primaria. No centro da colônia se levantaria a capela, tendo aos lados as oficinas maiores, a escola superior e outras dependencias. Haveria ao domingo, além da missa, instrucção religiosa na igreja. [...] Nos dias uteis as famílias viveriam, cada qual no lar domestico, ocupada ao trabalho. (RELATORIO, 01/04/1881, p. 43).

É notável analisar a busca por uma representação fiel de uma atmosfera familiar. A presença da igreja na formação dos indivíduos, as lições, tanto de trabalho como de valores aprendidas pela esfera familiar, as divisões dos espaços tal quais de uma casa com seus cômodos e pôr fim a presença desse clima doméstico pairando sob a formação dos órfãos.

No entanto, ao contrário do que foi planejado pelos idealizadores, os edifícios destinados à habitação dos colonos, as oficinas destinadas ao aprendizado e as demais dependências, não correspondiam com as condições exigidas para um estabelecimento de tal natureza.

Acanhados, mal construidos, desaceiados e de aspecto mesquinho, exigiam grandes e promptos melhoramentos; o que importava a completa

substituição de todos por um só edificio solido, vasto, bem arejado, elegante sem ser luxuoso, modesto sem ser sordido. (RELATÓRIO, 01/07/1881, p. 30).

Em visita realizada pela comissão fiscal da Colônia Christina, em 12 de janeiro de 1881, podemos perceber que a situação referente às instalações físicas dos ambientes, mesmo com os auxílios pecuniários prestados a Colônia, diferenciavam-se bastante o local destinado aos educandos e o espaço para as educandas. Percebe-se que, desde o início quando foram construídas as primeiras habitações, e no decorrer de um ano, desde a inauguração da Colônia, a realidade prosseguia desigual entre meninos e meninas alojados nos espaços.

No que tange a parte da colônia destinada aos educandos do sexo masculino, localizava-se na fazenda velha de Canafístula, que apesar de feitos alguns reparos, realizados pelo então Diretor, ainda não oferecia a quantidade correta de cômodos e apresentava ainda uma parte sem ladrilho, caiamento e reboco (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 73). O que mais chamava a atenção negativamente, era a completa ausência de asseio entre os cômodos, demonstrando total desacordo em relação ao que era esperado para o nível de estabelecimento planejado, como podemos perceber através do relatório.

- Dormitório:

O dormitório dos colonos, em um dos compartimentos do edificio, é sobremodo acanhado e não reúne as condições hygienicas indispensaveis em um estabelecimento de tal ordem; pois que os leitos achão-se agglomerados uns sobre os outros e no maior desassei; notando-se ahi a mistura inconvenientissima dos colonos doentes com os sadios.

- Refeitório:

O refeitório recente-se dos mesmos inconvenientes do dormitório. E além das mesas em que é servida a refeição diaria, encontra-se, atirada aos montões, porção de camas, ferramentas e utensis da lavoura. As toalhas que cobrem as mesas são immundas; e os colonos ahi recebem uma alimentação extravagante e mal preparada milho com carne de charque, servida por dous criados que se conservão cobertos e sem o menor respeito.

- Cozinha:

Está collocada a cosinha em um pequeno e tosco [felheiro]; e em dous caldeirões de ferro prepara-se a refeição; parecendo antes abarracamento de retirantes que cosinha de um estabelecimento regular.

- Despensa:

Chama-se despensa um acanhado cubiculo, em que se achão, depositados alguns generos alimenticios no chão, e nas mais tristes condições de desasseio; de sorte que, ao abrir-se a porta, sente-se um cheiro desagradavel e encomodo.

- Rouparia:

Consta a rouparia de um caixão regular que contem 672 peças de roupa de diferentes qualidades, e 62 sacos de riscados para travesseiros. Este caixão acha-se no compartimento em que reside o Rvd. Director. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 73).

No alpendre do prédio encontrava-se a escola, onde os meninos recebiam a educação primária, tendo iniciado os trabalhos em 5 de outubro de 1880, segundo o escrivão Sergio Pio de Pontes Pereira. Segundo este, encontravam-se matriculados 58 alunos, número que foi reduzido a 55, devido a saída de 2 e a fuga de 1.

O relatório expõe detalhadamente o cotidiano dos meninos, que em sua totalidade apresentavam-se esqueléticos, magros, descalços e rotos. O próprio diretor, em relatório anexado, informou que os meninos não estão aptos a aparecer decentemente em público, visto só ter recebido até agora, para vestuário, restos das camisas e ceroulas que sobrarão das antigas comissões de abarracamentos dos retirantes³⁹.

A educação profissional das crianças do sexo masculino parecia ser uma das prioridades, desde a criação da Colônia Agrícola, e acontecia em uma das dependências do mesmo prédio, existindo alguns bancos de carpina, um pequeno torno, duas bigornas e um fole de fevereiro.

Informa o Rvd. Director. de accordo com a escripturação respectiva, que achão-se montadas as officinas de ferreiro com cinco alumnos, de sapateiro com 4, de carpina com 8, de pedreiro com 8 e de [torneiro] com 4; mas observa a commissão que não vio funcionar uma só das mesmas officinas. Da escripturação e relatorio evidencia-se terem sido fabricados 314.490 tijollos de alvenaria, mediante ferias, pagas a operarios estranhos a colonia. Informa ainda o Rvd. Director que essa crescida quantidade de tijollos está queimada e a disposição, excepção feita dos que forão empregados nos ladrilhos do edificio habitado pelas educandas. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 74).

Contudo, na parte reservada ao recolhimento e educação das *órfãs desvalidas e ingênuas*, entregues aos cuidados da Soror Magdalena, verifica-se uma situação inversa da observada no espaço destinado aos meninos. O edifício, ainda que provisório, acha-se devidamente caiado e ladrilhado. As dependências do prédio - Refeitório, despensa, cozinha, dormitórios, enfermaria e escola - eram apropriadas, primando pela ordem e o asseio das colunas. Segundo o citado Relatório estavam bem nutridas e com vestimentas e calçados adequados, demonstrando excelente esmero e cuidado higiênico.

- Cozinha, lavanderia e despensa:
A cozinha e lavanderia são confiadas as adultas e o pão é preparado no estabelecimento. A despensa acha-se amplamente provida de gêneros de superior qualidade.
- Enfermaria:

³⁹ Relatório, 01/04/1881, p. 74.

A enfermaria a cargo da auxiliar Rosa de Souza, está entregue aos cuidados medicos do Dr. Guilherme Studart, que acompanhou a comissão na visita a colonia. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 76).

O Dr. Guilherme Studart, médico responsável pelos cuidados da Colônia, informou em relatório à comissão fiscal da Colônia Christina, em 12 de janeiro de 1881, que o maior número de casos sujeitos a acompanhamento teria sido referente a aparição de problemas como sarnas, úlceras e chloro-anemia, tanto para o estabelecimento das órfãs como para o espaço dos órfãos⁴⁰. Para qualquer eventualidade que necessite de um amparo médico, há no local uma pequena botica de remédios indispensáveis para o cuidado dos asilados, que recebe periodicamente materiais de acordo com os pedidos do médico responsável. Assim, recebia o espaço das órfãs:

A diaria de 400 réis concedida às orphãs, até hoje, ha sido recebida pela regente, mediante mappa mensal das orphãs existentes no seu estabelecimento. Convém que d'ora em diante essa diaria e verba consignada ultimamente no orçamento geral serão recebidas pelo thesoureiro do thesouro provincial e recolhidas a esta repartição, donde pelo director serão requisitadas as sommas necessarias para o pagamento do pessoal e despesas eventuaes que por ventura occorrão. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 79).

A educação das meninas é confiada a Regente e mais quatro auxiliares, além de algumas órfãs maiores, que recebem a denominação de *mães de família*, e dirigem suas companheiras em grupos conforme as idades. As educandas mostram-se muito disciplinadas, sendo observado, por exemplo, que a Regente guia órfãs admiravelmente sem quase proferir uma palavra. Uma educação pautada em conversas instrutivas e práticas exemplares, como relata André Augusto de Pádua Fleury, presidente da província em relatório da comissão fiscal da Colônia Christina de 12 de janeiro de 1881.

A diferença entre os espaços destinados aos meninos e meninas órfãs demonstram a distinção no tipo de projeto implementado para ambos os gêneros. Essas disparidades, como seria possível observar, estão presentes principalmente ao analisarmos as construções das instalações referentes a cada ambiente. Tendo isto em mente, é possível afirmar que esses edifícios diziam bastante sobre o projeto normatizador existente para o recebimento desses indivíduos órfãos desvalidos na

⁴⁰ Entre os educandos, não se deu ainda nenhum caso fatal; No entanto, no estabelecimento das órfãs veio a falecer uma de nome Marianna, no dia 18 de novembro último.

sociedade cearense ao final do seu tempo de estadia na Colônia. No que diz respeito aos meninos, percebe-se uma educação mais voltada a capacitação dos indivíduos a suprir lacunas de trabalhadores em espaços comerciais como: marcenaria, alfaiate etc. No caso feminino, a educação possuía um caráter formativo vinculado ao trabalho braçal doméstico. Os serviços separados por gênero dentro da Colônia acabam por demonstrar como estava forjada a sociedade nesse período ao final do século XIX.

O número de órfãs matriculadas chegava a 204 e a escola, que era regida pela professora Dona Francisca Maria da Gloria e Silva, apresentava uma frequência de 97 alunas. Vale ressaltar que todas as órfãs se ocupam em trabalhos, como o de costura. Os espaços de vivência comum entre as colônias demonstravam-se bem cuidados e bem abastecidos de suprimentos, resultando em um melhor acolhimento.

A reputação sobre o espaço que confere a Colônia e toda sua vizinhança chama a atenção de seus administradores tendo em vista a manutenção da credibilidade do espaço, como podemos perceber através do relato a seguir:

De ordem da Regente, e segundo informou esta - com assentimento do Rvd. Director, havia ali, a margem da antiga estrada e quasi na frente do estabelecimento dos colonos, uma venda de generos do paiz fornecidos por aquella, com o intuito de auferir lucros para a colonia. Reputando de todo ponto inconveniente a collocação de uma taverna nas immediações de um estabelecimento de educação, a commissão fez disso sciente à regente que immediatamente mandou fechal-a. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 77).

O local destinado as órfãs era motivo ainda de um maior cuidado e fiscalização por parte dos poderes responsáveis pela Colônia. É o que percebemos quando em alguma situação poderia ser observada a entrada de um indivíduo do sexo masculino no ambiente, tendo em vista de que isso pudesse inferir na confiabilidade da Colônia, sendo tomadas atitudes pertinentes quanto a esses casos.

Observou a commissão que um individuo, de nome Manoel de tal, prevalecendo-se da circumstancia de ser filho de uma das auxiliares, e a pretexto de visitar esta tinha franca entrada no estabelecimento das educandas. Dessa facilidade de relações podião originar-se suspeitas comprometedoras dos creditos de um recolhimento de educandas; e para removel-as, a commissão fez sentir, a regente, necessidade indeclinavel de vedar terminantemente o ingresso ao mesmo individuo. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 77).

Essa diferença no que tange as construções dos edifícios determinados para cada gênero, é alvo dos poderes constituídos buscando equiparar os locais onde os educandos estavam alocados.

Não foi ainda levantada uma planta para o estabelecimento do núcleo colonial, alinhamento e regularidade das construções. Urge que se o faça. Não é possível que continuem os meninos na antiga casa da fazenda Canafistula, que não tem commodos, não é sólida, nem arejada, parecendo antes um verdadeiro pardieiro. A imitação da parte ocupada pelas orphãs muito convém que os meninos sejam asylados em uma habitação, modesta, mas segura, commoda e hygienica. (RELATÓRIO, 01/04/1881, p. 77).

Na escola da Colônia, as aulas são dispostas em dois períodos, sendo uma diurna para as meninas menores de quatorze anos, frequentada por 102 alunas e outra turma sendo noturna para as maiores e frequentada por 31 educandas. Segundo o diretor, em seu relatório, é válido ressaltar que 53 órfãs têm deixado de frequentar as aulas por motivos como o acometimento de enfermidades⁴¹.

No que tange ao núcleo destinado ao sexo masculino, este apresenta um turno de aulas, sendo frequentada por 48 colonos e 7 menores. Os ofícios ensinados aos educandos são: as oficinas de ferreiro, carpinteiro, torneiro e sapateiro, em que os colonos têm mostrado algum aproveitamento. Há 10 que já trabalham com alguma perfeição no ofício de pedreiro. A aprendizagem está a cargo do diretor e auxiliado por um mordomo e um cozinheiro.

Em 7 de outubro de 1881, foi expedido pelo então (e ainda) Presidente da Província Pedro Leão Velloso, uma portaria visando atender a necessidade de reorganizar a instituição de modo que estivesse de acordo com os propósitos planejados, que seria o de proporcionar educação aos *órfãos desvalidos* e aos *ingênuos* filhos das calamidades, porém, tendo em mente que não era interesse dos poderes públicos que tal organização se tornasse um estabelecimento público sob a inspeção do Governo, atentando ao fato de que seria mais eficaz ter por base uma intervenção humanitária e caridosa, criteriosamente estimulada pelos poderes públicos.

Logo em seu primeiro artigo, nesse ato administrativo, é possível destacar que dali em diante a Colônia continuaria sob a inspeção do governo provincial, porém, seria doravante administrada pela intitulada: *Mesa Protetora da Colônia Christina*. Composta por sete membros, nomeados na mesma data da referida

⁴¹ Relatório, 01/04/1881, p. 42.

portaria, a Mesa contaria com um presidente e mais seis vogais⁴², que seriam nomeados de três em três anos pelo então Presidente da Província, dentre habitantes nacionais ou estrangeiros que estivessem vinculados a caridade e que quisessem se encarregar do serviço, ficando acordado que ao final de um triênio a frente da instituição, poderiam ser novamente nomeados os mesmos indivíduos que tivessem realizado um bom serviço a frente da administração da Mesa.

Os integrantes escolhidos para compor a Mesa foram os seguintes: O Comendador Luiz Ribeiro da Cunha, como presidente; e os Drs. Amarilio de Olinda Vasconcellos, Amaro Cavalcanti, Guilherme Studart e Henrique Theberge, e João Joaquim Simões e Manoel José de Oliveira Figueredo, como vogais. Essa nova administração ficaria então incumbida de tudo que dissesse respeito à direção e a administração da Colônia, tendo em vista o seu desenvolvimento. Na prática, todo o gerenciamento da Colônia perpassaria por esses membros. Questões como a construção de um patrimônio colonial - visando uma maior emancipação financeira⁴³ do estabelecimento - a deliberação sobre os negócios da colônia e até mesmo a distribuição e aplicação das atuais rendas, ficariam a cargo da citada Mesa.

Era ainda solicitado, que todos os anos, dois meses antes do dia marcado para a abertura das sessões da Assembleia Provincial, que fosse apresentado um circunstanciado relatório sobre o estado da Colônia, acompanhado do balanço de receitas e despesas, do ano em curso, e que o atual regulamento poderia ser revisto em caso de alterações e reformas que fossem necessárias e convenientes ao espaço, ficando encarregado o governo da província de realizar todas as medidas, que dele dependerem, aspirando o bem e a prosperidade da Colônia.

Art. 10º. Na reorganização do estabelecimento poderá dispensar os actuaes empregados e nomear outros, conforme entender conveniente ao serviço; e os empregados continuarão a ser de sua livre nomeação e demissão.

Art. 11º. Providenciará sobre a collocação e emprego dos orphãos concluida sua educação.

Art. 15º. Os serviços prestados a colonia serão tomados em consideração pelo governo da provincia, para serem recommendados ao governo imperial. (RELATÓRIO, 26/12/1881, p. 14).

⁴² Membro que possui direito de voto em qualquer junta, júri, assembleia, comissão ou tribunal. Nesse caso, se referem ao corpo administrativo que faria parte direção da Colônia Orfanológica Christina, auxiliando o seu presidente.

⁴³ Art. 8º. Fica a cargo da mesa constituir o patrimônio da colônia por meio de consignações no orçamento provincial, auxilio do governo geral, subscrições, loterias, doações e legados e outros meios que lhe ocorrer. (RELATÓRIO, 26/12/1881).

Seja como presidente ou vogal, a participação na Mesa era motivo de grande prestígio para os cidadãos da época, que viam através da filantropia uma forma de angariar mais influência perante os círculos sociais.

Art. 16º. O presidente ou vogal, que servir por nove annos consecutivos será declarado: Protector Perpetuo da Colonia, com direito a um assento na mesa, e a ter parte em suas deliberações, toda vez que se apresentar para este fim. (RELATÓRIO, 26/12/1881, p. 14).

A Mesa Protetora foi se notabilizando como um dos ramos da administração provincial no meio político, chamando a atenção dos poderes públicos. O presidente, comendador Luiz Ribeiro da Cunha, obteve um grande reconhecimento através da doação que fizera dos terrenos da Canafístula para a fundação da Colônia e ainda por outros atos praticados posteriormente em benefício da mesma, procurando sempre responder aos deveres que foram confiados a ele⁴⁴, como é possível observar em relatório com que o Exmo. Sr. vice-presidente da província, Dr. Torquato Mendes Vianna, passou a respectiva administração ao Exmo. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel, em 22 de março de 1882.

Criada para servir de asilo aos numerosos órfãos desamparados em consequência da seca e das pestes, que tantas vidas ceifaram, a Colônia Orfanológica Christina com pouco mais de dois anos de existência, apresentou dificuldades em seguir com o seu objetivo inicial, afastando-se do modelo então desejado: a Colônia Agrícola Isabel, em Pernambuco. Desse modo, segundo o presidente da província, Dr. Sancho de Barros Pimentel, no dia 4 de julho de 1882, informava que a situação da instituição era grave, distanciando-se infelizmente do caminho inicialmente pensado.

As casas em que se alojam os colonos faltam, não somente as commodidades, mas todas as condições exigidas pela hygiene, e o novo edificio mandado construir não foi levado a effeito por falta de meios, por não ter podido a colonia reunir o material para a obra, como se obrigara. (RELATÓRIO, 04/07/1882, p. 05).

Em dois anos de fundação, o espaço encontrava-se sem escolas para artes e para o desenvolvimento adequado de ofícios, apresentando apenas o ensino das primeiras letas, em uma escola mal provida de equipamentos, e fabricando algodões em teares mal montados, evidenciando que pela situação que se encontrava nenhum outro aprendizado foi possível estabelecer no local.

⁴⁴ Relatório, 22/03/1882, p. 21.

Segundo Sancho de Barros Pimentel, a Mesa Protetora, instaurada em portaria em 1881, não poupava esforços em desempenhar as funções a que lhes fora confiadas e trabalhava arduamente para realizar os melhoramentos possíveis. No Relatório de 1882, a Mesa Protetora relatava:

É verdade que actualmente já se encontram n'aquelle estabelecimento orphãos e orphãs mais ou menos adiantados na execução de varios trabalhos e mysteres uteis a vida prática. Tudo isso, porem, é ainda em pequena escala e insufficiente, e pelas mesmas razões que ficam acima expostas, é de recear que assim continue por longo tempo, a menos que a paternal liberalidade do Governo não venha em seu auxilio de um modo franco e decidido. (RELATÓRIO, 04/07/1882, p. 05).

Com um teor humanitário e produtivo, acreditava-se então que com os meios necessários para a Colônia chegar a atingir o seu humanitário fim, iria ela produzir melhores frutos para a província cearense. Logo, mesmo a custo de grandes sacrifícios, a continuação do estabelecimento era imprescindível visando o estado progressista da província.

Como supracitado, o momento adverso enfrentado pela Colônia se dava principalmente em decorrência da insuficiência de recursos, como podemos constatar com base no relato a seguir:

[...] ao passo que nos ultimos oito mezes, depois que passou a direcção da mesa protectora, não excedeu de 22:778\$280 a receita da colonia, comprehendida a subvenção do governo geral, a do provincial e a pequena renda proveniente de productos do estabelecimento, o que quer dizer menos de 3:000\$000 por mez, aquella mesa protectora calcula em 4:250\$000 a despesa mensal unicamente para a conservação da colonia tal qual está, isto é, 51:000\$000 por anno. (RELATÓRIO, 04/07/1882, p. 06).

O período crítico relatado pelo Relatório evidenciava a necessidade de uma maior participação por parte não apenas dos poderes instituídos, mas também dos grupos filantrópicos da capital cearense, que com o poder de fazer sacrifícios pela causa, oportunizasse uma maior estabilidade nas contas do estabelecimento, o que a aproximaria do plano de sua fundação, que seria o sustento próprio sem pesar sobre os cofres públicos. Sem essa participação dos indivíduos, a Colônia poderia até mesmo ser extinta, o que não era o objetivo do então presidente da província, tendo em vista que, para ele, não deveria haver retrocesso, voltar ao patamar anterior.

Diante da situação, a Mesa Protetora se manifestou em 16 de setembro de 1882, em ofício apresentado à Assembleia Provincial. Segundo Luiz Ribeiro da

Cunha e os outros membros da Mesa, as despesas com a alimentação dos colonos e corpus administrativo, consumia toda a receita da Colônia, sendo esta a causa de ter cessado a admissão de novos órfãos. Sobre isso, o documento é ainda mais enfático ao relatar:

[...] recomendo a V. S. que consintam sejam ellas entregues aos parentes que as procurarem ou pessoas que as quizerem e poderem ter em sua companhia à juizo dessa Mesa Protectora, devendo requisitar a intervenção do juiz competente para da-las a soldada com as garantias legais. Espero que essa Mesa Protectora corresponderá ao que lhe recomendo com a sua provada solicitude pelos interesses da colonia. Deus Guarde a V. S. Sancho de Barros Pimentel. (RELATÓRIO, 31/10/1882, p. 10).

Barros Pimentel, parecia entender que a Colônia Christina fora pensada para atuar com caráter misto de Colônia agrícola e recolhimento de órfãos. Compreendia que esta não poderia atingir os fins propostos desde o seu surgimento, sem grandes sacrifícios. Sendo assim, projetou um plano de convertê-la exclusivamente ao recolhimento de órfãos do sexo masculino, e nesse intuito recomendou a Mesa Protetora que procurasse o juiz de órfãos da região, para intervir na situação retirando dali as órfãs do sexo feminino, entregando-as a seus parentes ou dando-as a particulares de reconhecida moralidade, mediante um acompanhamento de ordem legal⁴⁵.

Inspirando-se nestes sentimentos, a Mesa Protetora assim procedeu, reduzindo o número de órfãs, passando a acolher apenas 17 que não tinham parentes e nem quem quisesse recebê-las, tendo em vista a dificuldade de ir buscá-las. Ocorreu que estas jovens foram prontamente transferidas provisoriamente para a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, local este que serviria de apoio para o alojamento dessas órfãs, tendo em vista que neste estabelecimento poderiam contar com algum suporte, já que não estariam mais sob a custódia da Colônia. Desse modo, cessaria a razão de ser da despesa do estabelecimento, o grande mal para o desenvolvimento do local, tendo em vista que a conservação das órfãs gerava despesas robustas aos cofres. Sendo assim, tendo-se realizado a retirada das órfãs que se achavam recolhidas na Colônia, o número final no ano de 1882, estava reduzido a diminuta quantia de pouco mais de trinta órfãos do sexo masculino.

Era de prever que um internato de tão crescido numero de alumnos consumiria em breve as rendas e consignações que aliás eram dadas com

⁴⁵ Falla, 28/11/1882, p. 13.

liberalidade a colônia já pela provincia e já pelo governo geral. Em 1882 a continuação desta instituição tornou-se impossível e foi ordenada sua extinção entregando-se os orphãos aos particulares que d'elles se quizessem encarregar. Medida justificada pela imperiosa necessidade de evitar para os cofres da provincia despesas que não podiam supportar, teve, entretanto, a imprevidencia de reduzir a colônia a uma simples fazenda, da qual era o diretor, o feitor. Trinta meninos, que n'ella ficaram, eram empregados em alguns trabalhos agricolas, e nenhuma era a educação que recebiam. (RELATÓRIO, 09/04/1886, p. 31).

Visando continuar com a remodelação no espaço e com o intuito de alcançar os objetivos da Colônia, através de Ato, em 8 de janeiro, a então Mesa Protetora foi extinta. Domingos Antônio Raiol, o então presidente da Província, nomeou para a nova direção imediata do estabelecimento, o missionário capuchinho Frei Jeronymo de Montefiore, que ali já exercia o cargo de capelão. Este, detinha a confiança de todos com quais trabalhava, sendo indicado até mesmo pelos antigos integrantes da Mesa Protetora para substituí-los na administração da Colônia.

Ainda segundo o referido Ato, o administrador dispensou alguns empregados e redistribuiu tarefas entre os demais, atingindo o objetivo de reduzir o quadro de funcionários, ficando da seguinte forma:

Um fiel incumbido igualmente do serviço de pezar lenha com a mensalidade de 41\$000. Um mestre de carpinteria e feitor de campo, com a mensalidade de 50\$000. Um mestre sapateiro com a mensalidade de 45\$000. (RELATÓRIO, 17/05/1883, p. 11).

Acerca do novo diretor:

Não entrei em ajuste de ordenado com o administrador, tendo porém, estipulado que continuaria elle a perceber os vencimentos de capelão na razão de 90\$000 mensaes que a extincta Meza Protectora, lhe havia arbitrado até que sem prejuizo do tempo decorrido, as condições da colônia e o resultado de sua administração offereçam uma base segura para a justa remuneração de seus serviços. (RELATÓRIO, 17/05/1883, p. 12).

Sendo assim, observada uma administração muito apta, inteligente e honesta⁴⁶, não inferior as anteriores, estava a Colônia Christina nas mãos do Frei Montefiore, passando por um processo de revisão das contas internas. Naquela ocasião, qualquer alteração solicitada para a Colônia demandaria a consulta de múltiplos interesses e da indicação de medidas, que fossem colhidas pela experiência do atual administrador no exercício do cargo.

Para conseguir o exito que lhe auguro uma diminuição consideravel de despeza, e uma receita sufficiente que consta do producto de seus generos

⁴⁶ Relatório, 17/05/1883, p. 12.

da lenha que fornece por contracto para combustivel da estrada de ferro de Baturité, do auxilio de 12:000\$000 concedido no orçamento vigente do Ministerio da Agricultura, da subvenção de 5:000\$000 consignada no actual orçamento da Província e dos juros de apolices da divida publica, em que já se acha convertida a quantia de 10:468\$637 de saldo existente dos donativos feitos ao Estado na epocha da secca; mandado applicar em beneficio da Colonia por Aviso do Ministerio do Imperio de 27 de setembro do anno proximo passado. (RELATÓRIO, 17/05/1883, p. 12).

Segundo o Comendador e novo presidente da província, Satyro d'Oliveira Dias, em Falla (1883) dirigida a Assembleia Legislativa do Ceará, em visita no dia 17 de setembro de 1883 a Colônia Christina, poderiam ser percebidas as diversas transformações operadas sob a direção do Frei Montefiore. No entanto, o Comendador deixa perceber que o estabelecimento, apesar dessas modificações, representava ainda uma verdadeira decepção, não sendo sequer notado uma regularidade, ordem, asseio e cunho artístico nas atividades desenvolvidas nas modestas edificações do espaço, requisitos indispensáveis para o projeto que foi idealizado.

As edificações existentes consistem em dous grandes telheiros construidos sem methodo e sem plano, sendo um fechado para abrigo dos 33 meninos órfãos alli recolhidos, e para deposito de cereaes, e outro aberto, no qual estão assentadas uma pequena machina a vapor, uma prensa para algodão, uma serraria, uma forja de ferreiro, uma roda e forno para o fabrico de farinha. (FALLA, 01/10/1883, p. 04).

Prosseguindo, em Falla (1883), Dias⁴⁷ vai ainda mais longe, esclarecia que o objetivo sempre foi o de proporcionar instrução e educação profissional de acordo com a arte e a ciência moderna. Porém, não observava nem mesmo a instrução primária sendo ofertada aos meninos, portava uma precisa regularidade, pois aqueles só recebiam lição uma vez por semana, tendo em vista a falta de tempo do seu diretor.

Relatou ainda, nessa mesma Falla dirigida a assembleia legislativa do Ceará em 1883, a ausência de uma escrituração das receitas e despesas da Colônia, algo que era prioridade em gestões passadas, deixando claro que ainda era consumido auxílios vultosos do cofre geral da província, e finalizou expondo sua preocupação com o futuro da colônia e de seus órfãos.

Aquillo nem é uma colonia agricola, nem um instituto de artes e officios, se bem que de uma e outra couza pareça participar; pelo que é minha opinião que se reorganise e melhore, ou se supprima. Penso que os poucos

⁴⁷ Falla, 01/10/1883, p. 04.

meninos que lá existem poderiam, por ventura com mais proveito para si, ser distribuídos pela companhia de aprendizes ou entregues a seus parentes e outras pessoas competentes, aproveitando-se o concurso do governo imperial para fundar alli uma escola pratica de agricultura destinada à instrucção e educação dos ingenuos. (FALLA, 01/10/1883, p. 05).

Para os poderes públicos a desordem geral estava afetando todos os âmbitos da instituição e era indício claro da decadência precoce do estabelecimento recém-criado. O futuro da Colônia parecia, então, se dividir entre dois caminhos: ou seria reorganizada e melhorada ou extinta. No último caso, era imprescindível um destino para os poucos meninos que ali estavam e a utilização das verbas do Governo Imperial para fundar, no mesmo local, uma escola prática de agricultura destinada a instrução e educação dos ingênuos, o que soa contraditório, tendo em vista que uma Colônia com fins aproximados enfrentava problemas quanto o seu funcionamento.

Porém, em relação a provável extinção surgiu um entrave. Pela escritura de doação dos terrenos da Canafístula, realizada por Luiz Ribeiro da Cunha, ficou estabelecido que o referido patrimônio da colônia seria subdividido entre os colonos existentes, configurando que nenhuma restituição seria realizada ou qualquer tipo de reparação seria efetuada. Logo, se o patrimônio referente à colônia fosse extinto, representaria um completo desastre para a Província, tendo em vista toda a vultosa quantia doada tanto por *almas caridosas*, como pelo poder público provincial e governo imperial.

A Colônia deveria ser construída dentro de 2 anos e durar, pelo menos, três. Caso contrário, as terras seriam loteadas, divididas em partes iguais pelos órfãos. Cláusula, aliás, muito perigosa para o desenvolvimento futuro do estabelecimento. (LEAL, 1978, p. 102).

Frei Montefiore, em meio a essa situação, efetuou o pedido de exoneração do cargo de administrador da Colônia, sendo substituído interinamente em ato de 5 de dezembro de 1883, por Manoel Joaquim da Costa Nogueira, com vencimentos de 83\$333 réis.

Objetivando que a instituição retomasse o caminho traçado anteriormente, foi colocado à frente da Colônia um diretor “dotado das necessárias aptidões para erguê-la daquele abatimento e encaminhá-la prudentemente ao progressivo desenvolvimento que lhe é esperado atingir”⁴⁸. Foi nomeado, através da portaria de 13 de fevereiro de 1884, Manoel Theophilo da Costa Mendes, para cargo de diretor

⁴⁸ RELATÓRIO, 31/05/1884, p. 24.

efetivo do estabelecimento. Em relatório, onde passa a administração da província ao Exmo. Sr. comendador Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, no dia 31 de maio de 1884, Dr. Satyro de Oliveira Dias, comenta sobre essa decisão:

Desvaneço-me de declarar que não seria facil encontrar outro cidadão em igualdade condições, pois que o nomeado é geralmente conhecido por sua honestidade, vigorosa actividade e longa prativa de educador da infancia em que sempre se distinguiu por natural propensão e pelo exacto cumprimento de seus deveres. (RELATÓRIO, 31/05/1884, p. 24).

Acompanhando todas as modificações que vinha se dando, tanto com relação ao espaço como a gestão, em 23 de abril do mesmo ano, foi expedido um regulamento condizente a nova realidade do estabelecimento, diante dos seus novos recursos, na nova realidade de ser um espaço restrito a órfãos, ingênuos e pensionistas do sexo masculino. Tal ato viria substituir o Ato original redigido em 14 de abril de 1880, que não tinha mais razão de existir devido às mudanças supracitadas.

Naquela ocasião, havia um grande otimismo entre os poderes constituintes sobre o futuro da Colônia. Com uma nova organização, corte de gastos diante da nova realidade e um novo regulamento, havia esperança que a instituição pudesse atingir, com esse ordenamento e controle, a tão sonhada autonomia financeira. Os recursos da Colônia em 1884 no deposito no Tesouro provincial contava com:

Em apolices da divida publica: 9:900\$000
 Dos respectivos juros vencidos no anno passado: 594\$000
 De resto do auxilio concedido n'aquelle exercicio pelo Ministerio da agricultura: 958\$003
 De auxilio concedido pelo mesmo ministerio, no exercicio corrente: 12:000\$000
 Dos recebimentos feitos da importancia de lenha fornecida à estrada de ferro de baturité em novembro e dezembro do mesmo anno: 2:801\$700
 Em poder do novo director, para ir occorrendo as despesas à seu cargo, e já recebido do Thesouro Provincial de restituição do saldo do auxilio concedido no exercicio passado pelo mesmo ministerio: 4:000\$000
 A haver da estrada de ferro de baturité pelo fornecimento de lenha durante os mezes de janeiro, fevereiro e março do corrente anno; alem dos dous ultimos mezes ainda não liquidados: 3:831\$300. (RELATÓRIO, 31/05/1884, p. 25).

Assim, em 1885, o estado sanitário da Colônia parecia satisfatório, não sendo os internos sequer acometidos pelas febres que reinaram em localidades vizinhas. Constando o número de 34 órfãos, com despesa mensal de 770:000 réis⁴⁹, esses

⁴⁹ Sendo 460:000 reis com sustento e vestuário dos colonos e 310:000 reis com vencimentos do pessoal administrativo.

colonos ocupavam-se em serviços como de lavoura, ferreiro, carpinteiro, sapateiro e alfaiate, para uso do próprio estabelecimento⁵⁰. Chegaram a formar até mesmo uma pequena banda com 10 instrumentos, em que a partir de então, se iniciou regularmente o ensino de música atrelado à instrução primária.

As condições do edifício continuava não atendendo ao plano previsto para os seus fins, porém, já apresentava melhoria nas condições de higiene, levando em conta o número de acolhidos, bastante reduzidos no período.

Acha-se em via de conclusão um pequeno reservatorio que o director empreendeu levar a effeito, no intuito de obter agua potavel, que ali desaparece durante o verão impondo a necessidade de ir busca-la a crescida distancia. Estão em boas condições de conservação quatro grandes cercados de pastagens de verão para os animaes, bem como tres roçados, não obstante o danno que estes soffreram com o escasseamento de chuvas nas epochas oportunas, reduzindo a metade a colheita provavel que mesmo assim, a juizo do director, será sufficiente para o consumo da colonia. (FALLA, 02/07/1885, p. 23).

Todavia, sendo um local que passava a está cada vez mais atrelado as condições pecuniárias da Província, alternando-se as doações de particulares e recursos do cofre provincial, tendo em vista que ainda se apresentava em funcionamento devido aos auxílios prestados pelo governo que oscilavam. Logo, as melhorias, as aspirações, quer fossem materiais ou morais, estavam sob a perspectiva do estado financeiro da província, cujo a renda estava em decréscimo devido as atividades econômicas apresentarem-se em estado de estagnação, como era o caso da lavoura, e ainda o comércio e a indústria, com índices retraídos. Por isso, mais uma vez, se fazia necessária à participação da elite cearense, para de fato colocar as “engrenagens em funcionamento”.

Segundo informações de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Presidente da Província no biênio 1885-1886, o espaço apesar de ter passado por uma reforma em 1884, apresentava insignificantes melhoras quanto ao propósito principal pensado na formação da instituição, principalmente quando observado o âmbito patrimonial e físico das instalações. Depois da visita realizada no estabelecimento, em novembro de 1885, pôde o presidente, constatar as palavras ditas pelo então reformador, o comendador Satyro D'oliveira Dias, quando disse em Falla⁵¹ dirigida à assembleia legislativa do Ceará, o caráter decepcionante que o espaço tinha adquirido.

⁵⁰ Falla, 02/07/1885, p.23.

⁵¹ Falla, 01/10/1883, p. 04.

O estado em que se encontrava a Colônia era de enorme dificuldade, apresentando como única fonte de renda, o fornecimento de lenha à estrada férrea de Baturité, fazendo-se necessário a continuação, por parte dos poderes provinciais, de inúmeras contribuições para o sustento da instituição. O intuito de transformar o local em uma instituição independente das custas da Província e não um asilo de caridade oficial, não se confirmava, pois era necessário considerar que o tesouro provincial já subvencionava vários outros estabelecimentos assistenciais.

Toda essa situação já bastava para o crescimento das críticas sobre o estabelecimento e o não cumprimento dos propósitos esperados. Uma instituição com um ideário humanitário e necessário mostrou, com o passar dos anos, que não conseguia contribuir da forma desejada e muito menos se manter financeiramente, tornando-se um peso aos cofres provinciais. Em Falla (1886) dirigida à Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, Joaquim da Costa Barradas, então Presidente da Província do Ceará, enfatizava:

A situação da Colonia não pode subsistir tal como se acha. Convem ou extingui-la supprimindo esse onus á provincia, ou dar-lhe nova feição, como julgo mais acertado, aproveitando as ferteis terras, que lhe foram dadas em patrimonio pelo commendador Luiz Ribeiro da Cunha. (FALLA, 01/09/1886, p. 22).

Atentava ainda o presidente para os esforços do atual diretor da Colônia em tentar melhorá-la, mas observava que dificilmente poderiam ser vencidas as dificuldades inerentes aos vícios da origem e a variedade de aspecto, que o estabelecimento tinha tomado desde a sua fundação.

Em 29 de julho do mesmo ano, foi nomeada uma nova Comissão composta pelos Drs. Vergílio Augusto de Moraes, Ernesto Antonio Lassance Cunha e João da Rocha Moreira, com o objetivo de examinar o estado da Colônia, estudar as causas que se opunham ao seu desenvolvimento e ainda indicar as medidas necessárias para corrigir os defeitos que se apresentavam e melhorá-los, de modo a corresponder aos investimentos impostos aos cofres públicos para sua conservação. A inclusão desta nova Comissão e seus objetivos lembram bastante outras visitas realizadas em anos anteriores a Colônia, com o mesmo intuito, que girava em torno de analisar as condições do espaço, vigiar as condutas e propor ações para o seu desenvolvimento.

Em suma, era atestado por todos aqueles que ocuparam o poder provincial e até mesmo por parte dos jornais da época, a demonstração do estado de decadência da Colônia Christina, ficando cada vez mais evidente que a mesma não poderia atingir os objetivos esperados e que talvez fosse conveniente suprimi-la, ao fim, retirando esse ônus dos cofres provinciais. Diante disso, a única solução seria dar-lhe um formato em consonância com a realidade financeira e social da província.

Ora, a primeira dessas alternativas (a supressão) seria deplorável, depois de tantos sacrifícios e no estado de atraso em que aqui permanece a educação pratica na exploração das fontes principaes da riqueza particular; ainda que se possa dizer que essa Colonia perdeu a razão de ser, logo que deixou de servir de asylo aos orphãos de um e outro sexo, que achavam-se em abandono após a calamidade da secca de 1877 e 1880. (RELATÓRIO, 21/04/1888, p. 27).

Foi então ordenado pelo artigo 18º da lei de orçamento vigente em 1887, a concessão da autorização para ofertar a Colônia uma nova organização. Seria essa, mais uma tentativa e um novo passo para tentar revitalizar a instituição e lhe extrair resultados consistentes, que valessem todos os esforços dispendidos ao longo dos seus sete anos de repercussões negativas, apesar de repetidas transformações no espaço sobrevivia de “presentemente reduzida aos juros de seu patrimônio consistente em 9:900\$000 de apólices da dívida pública, e a subvenção de 6:000\$000 concedida no orçamento do Ministério da Agricultura” (FALLA, 01/07/1887, p. 67).

Para iniciar de fato a reforma então autorizada, esperava-se o auxílio da parte do benefício vinculado as loterias, com a parte destinada a Colônia pelo artigo 44º da lei de 12 de dezembro de 1885⁵². O que na prática se mostrou outro problema, tendo em vista que houve uma interrupção na extração das loterias, adiando assim as reformas no estabelecimento.

Depois dessas sucessivas tentativas em revitalizar o espaço, e até mesmo esperando os valores ligados aos prêmios de beneficência da loteria dedicados aos espaços de assistência, as transformações por que tinha passado a Colônia Christina refletiam em um processo de progressiva decadência.

Melhoramentos diversos foram feitos, sob a direção do engenheiro Heitor Borges, mas, mesmo assim, o Estado não teve condições de manter o interesse útil no estabelecimento.

⁵² Falla, 01/07/1887, p. 67.

Quadro 2 – Quantidade de Órfãos acolhidos na Colônia Christina (1881-1891).

ANO:	QUANTIDADE:
1880 – FALLA 01/07/1880	55
1881 – RELATORIO 01/07/1881	246 (51 MASC. – 195 FEM.)
1882 – RELATORIO 31/10/1882	116 (40 MASC. – 76 FEM.)
1883 – RELATORIO 21/08/1883	33
1885 – FALLA 02/07/1885	34
1886 – FALLA 01/09/1886	59
1887 – FALLA 01/07/1887	51
1888 – RELATORIO 21/04/1888	36
1891 – MENSAGEM 01/10/1891	0

Fonte: Relatórios de Presidente de Província (1881-1882-1883-1888); Fallas Dirigidas à Assembleia Legislativa (1880-1885-1886-1887); Mensagem do Governador do Estado (1891).

Através dos dados apresentados, é possível visualizar o processo de deterioramento por que passara a instituição, apesar das sucessivas tentativas de melhoramento e revitalização do espaço, com o intuito de atingir algum retorno para tudo que fora idealizado, em relação a utilização dos corpos asilados, objetivando que fossem úteis ao comércio, bem como algum retorno do investido em doações de filantropos e os auxílios do próprio cofre provincial. O ano de 1891 foi significativo por representar, na prática, o insucesso da Colônia Orfanológica Christina em não conseguir atingir os seus propósitos iniciais, apesar de ter representado uma válida experiência de amparo a criança desvalida.

A Colonia Christina é um dos assumptos em que tambem vacillo em informar-vos. De palpitante necessidade na epocha de sua fundação para azilar centenas de creanças de um e outro sexo orphanadas pelas epidemias e mais flagellos da secca de 1877-1879, a Colonia Christina passou, depois d'isto, por successivas transformações - cada qual mais desastrada - perdendo assim, com a condição do tempo, a sua razão de ser, e achando-se, presentemente, sem um só colono. (MENSAGEM, 01/10/1891, p. 14).

O insucesso do estabelecimento esteve ligado a problemas como a falta de amparo monetário adequado, a ausência por parte dos filantropos cearenses e até mesmo a sua longínqua localização, que também acabou dificultando o êxito da instituição.

É nesse momento então, que entre extinguir e abandonar, os caminhos que permearam a ilustre construção da Colônia Christina a levou a um novo objetivo. De um espaço assistencial para a infância, pensada em um contexto de calamidade provincial, o então espaço localizado na Canafístula, passou a ser visado pelo governo cearense para a edificação de um ambiente destinado a novas finalidades, sendo estas, por exemplo, a construção de uma penitenciária agrícola. Esses novos propósitos giravam em torno do momento vivenciado pelo então Estado do Ceará, mas, que vale ressaltar a permanência da busca pelo controle e pela necessidade de tornar os corpos úteis à lógica capitalista desenvolvimentista em curso.

Desse modo, seguindo esse ideário, no ano de 1895 o então diretor da Colônia Christina, Coronel Thomaz da Silva Porto, em Relatório dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior, informa o estado em que se encontrava fisicamente as estruturas da Colônia, já ciente que o espaço seria reutilizado para novos fins.

Sem entrar em maiores detalhes, tenho a satisfação de declarar-vos que este importante estabelecimento continua bem conservado com os diminutos recursos que vão surgindo de sua parca renda, produzida pela venda de madeiras imprestáveis, as quaes tenho aproveitado em lenha para a estrada de ferro e particulares. (MENSAGEM, 12/05/1895, p. 151).

Assim, através do decreto lei nº 158, de 10 de setembro de 1894, finda por ser autorizado ao presidente de Estado, transformar a então Colônia Orfanológica Christina, em uma Colônia Correccional Agrícola. Como supracitado, a ideia que perpassa a mudança de pretensões com aquele espaço, estava diretamente ligada a nova realidade vivenciada nesse período, o início do período republicano. O local que um dia fora destinado a causa do desenvolvimento educacional de órfãos, foi destinado a ser um espaço voltado para a correção, através do trabalho de indivíduos “vadios, vagabundos e capoeiros, que fossem processados e condenados”⁵³.

⁵³ Relatório, 12/05/1895, p. 151.

É importante ressaltar que a falta de “progresso” e o insucesso da antiga colônia, levou a mudança da instituição para um presídio rural, com feições de “revitalizar adultos infratores”. A utilização da atividade agrícola sempre foi uma pauta vigente nos discursos dos poderes políticos cearenses em relação à instituição, principalmente por se tratar de um espaço reconhecido por sua vasta área, rica em recursos naturais e inserida no interior do estado.

Além da ideia de um espaço para o acolhimento do crescido número de órfãos que a seca e a peste haviam deixado em desamparo, foi planejado para a Colônia Christina, criada em 1880, uma meta estipulada, que foi a criação de uma pequena comunidade de agricultores, instruídos na região, pois, acreditava-se que apenas um agricultor profissional poderia em tão difíceis condições, arrancar do solo uma máxima produção, sinônimo de progresso para a província, mesmo levando em conta as difíceis circunstâncias que o solo apresentava, em virtude das periódicas secas que assolavam a província.

Assim, era esperado da Colônia, com seus aparatos educacionais e seus professores, um processo de instrumentalização contundente para a formação do cidadão útil à sociedade. Vale lembrar que todo o projeto de espaço foi também vinculado a um retorno socioeconômico para a província. No caso da agricultura, como para qualquer outro ramo econômico, a condição essencial para se obter êxito, era necessário atingir um alto nível de ensino sobre a ciência profissional. Acreditava-se que o produtor rural que pouco sabia da exploração do solo, era um mero reprodutor da rotina do campo, sem agregar a expectativa dos poderes provinciais sobre o desenvolvimento da localidade. Era esperado que tal instrução, acerca desses agricultores, permeasse a criação de profissionais inteligentes e aptos ao mercado efervescente que se notara desde 1860, com a Guerra de Secessão estadunidense e, por conseguinte, o incremento do ensino agrícola em diversas regiões, com conhecimentos positivos sobre a produção animal e vegetal.

Esse processo em relação a agricultura tinha em vista que o desenvolvimento desse ramo estava intrinsecamente ligado a prosperidade nacional. Esse progresso pátrio tinha como referência países mais desenvolvidos, que detinham verdadeiras

academias para o ensino completo da agricultura⁵⁴, possuindo escolas regionais ou departamentais e também escolas práticas de agricultura nos municípios⁵⁵.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Presidente da Província entre 1885-1886, idealizou uma escola prática de agricultura com os seguintes cursos: Agronomia Prática; Noções Gerais de Química Agrícola; Veterinária; Economia da agricultura, praticados em um intervalo de dois anos, precedendo outro curso em que a criança, além da leitura e escrita, estudaria aritmética, geometria, desenho linear e receberia noções gerais das ciências naturais. Ainda era previsto para os colonos que terminassem o curso em tempo hábil, a preferência em arrendamentos de terras da colônia.

1º Agronomia Prática: Compreendendo noções geraes da terra e suas propriedades phisicas, influencia do clima sobre agricultura, noções geraes de vegetaes, sua vida e modo de reprodução; noções completas sobre vegetaes cultivados na provincia.

2º Noções Geraes de Chimica Agrícola.

3º Veterinaria: Compreendendo estudos geraes sobre as raças de animaes uteis à agricultura, e com particularidade as especies bovina, cavallar, ovina e suina e aves domesticas.

4º Economia Agricultura: Compreendendo capitaes agricolas, organização e administração de grandes e pequenos estabelecimentos rurales, aparelhamento e sucessão da cultura. (RELATÓRIO, 09/04/1886, p. 33).

A ideia de criação de um asilo para órfãos desvalidos, aliado a uma escola de agricultura, não podia ser mais benéfica e útil em uma época em que o flagelo da seca deixava ao desamparo centenas de crianças, que haviam perdido os pais, e que se esperava da caridade pública um local para abrigo e educação. Pensar que essa proposta de levar esse tipo de educação sistematizada para os órfãos em um período total de cinco anos, englobando educação profissional necessária, estava distante da realidade da colônia considerando a incapacidade pecuniária em que se encontrava a província, seria ingênuo ou demasiadamente otimista, esperar que a Colônia Christina se tornasse esse instituto agrícola tão esperado e observado em outros países.

Em pronunciamento dirigido à Assembleia Legislativa, o Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da província do Ceará, em um espaço de tempo no ano de 1886, mencionou o Relatório de seu antecessor na presidência,

⁵⁴ Relatório, 09/04/1886, p. 32.

⁵⁵ A necessidade do ensino agrícola se impõe até nas escolas primarias, onde as crianças recebem rudimentos de ciências naturais, horticultura e agricultura. (RELATÓRIO, 09/04/1886, p. 32).

que ensinou a criação do possível curso bienal de agricultura e todas as disciplinas envolvidas. No entanto, o Presidente Barradas compactuou com as dificuldades apresentadas a partir da situação financeira da província, em que a necessidade de um balanço estável dos cofres públicos era necessário, para poder efetuar tal medida, limitando a Colônia a ser uma escola inteiramente prática para formação de abegões⁵⁶ ou feitores, que, espalhados pelo interior depois de seu aprendizado poderiam introduzir na cultura processos mais aperfeiçoados que os primitivos, em uso na província e consequentemente na própria Colônia⁵⁷.

Foi sempre o intuito, utilizar o espaço para fins do melhoramento da agricultura e a utilização dos avanços para o comércio industrial. A utilização deste para com o desenvolvimento científico e comercial das atividades de cultivo e a necessidade em desenvolver a região. Nesta perspectiva, transformar o conhecimento sobre a agricultura em ganhos para a comunidade de moradores da região da Canafístula, significaria um avanço para a localidade, tendo em vista que essa era a principal fonte de renda.

Sendo assim, era esperado que mesmo após o fim da Colônia Christina, o espaço continuasse a ser utilizado com intuito de promover a atividade econômica preponderante na região, a agricultura, ajudando assim toda a comunidade, sendo válido ressaltar que naquele estabelecimento existia um ambiente favorável ao aprendizado dessa atividade econômica, sendo propício ao desenvolvimento de saberes sobre a lavoura.

É dessa forma, que o surgimento de um novo estabelecimento, com um público alvo diferente do antigo, também acalentou antigos desejos dos poderes públicos e da elite cearense para a utilização daquele espaço: através de um projeto educacional, revitalizar corpos e promover o desenvolvimento econômico da região e do estado.

Como vimos, o desfecho da Colônia Orfanológica Christina, como uma instituição de amparo à criança, não obteve êxito. Contudo, mesmo com todas essas circunstâncias que levaram ao fracasso do estabelecimento, é válido ressaltar a representação e simbologia que a mesma apresentou referente a preocupação em ofertar uma assistência à infância desvalida na província, como uma demonstração de desvelo em proteger a criança cearense.

⁵⁶ Caseiro que tem a seu cargo a lavoura, sendo um administrador de uma propriedade rural.

⁵⁷ Falla, 01/09/1886, p. 22.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação da capital cearense no ano de 1877 acabou sendo marcado pelos vários fatores abordados no decorrer deste trabalho de pesquisa, em que destacamos o aparecimento de moléstias com cunho epidêmico e a calamidade climatérica da seca no mesmo ano, o que acabaria acarretando uma migração desenfreada rumo a capital da província em busca por socorros. Fortaleza, então encarava de perto as consequências dos flagelos causadores desses grandes fluxos migratórios para a então capital da província, o que constituiria fatores de desagregação da vida econômica e social cearense e agravava ainda mais a situação miserável de boa parte da população que se encontrava sem trabalho, sem moradia, desassistida pelos poderes constituídos.

Tendo em vista todo o processo civilizador observado na época, que amparava-se em práticas isolacionistas dos indivíduos ditos indesejáveis, além de um cenário composto por secas, fluxos migratórios e os anseios desenvolvimentistas, urgiram as ideias referentes a construção de espaços assistenciais, visando o controle e o ordenamento desses corpos e a sua utilização como mão de obra em construções espalhadas pela província, o que viria a ser amparado em discursos provinciais difundidos através dos periódicos de maior circulação da época, livros memorialistas e no próprio imaginário popular, perpassando as decisões governamentais.

Nessa perspectiva, buscando assimilar um pensamento modernizador europeu que pairava sobre as mais abastadas classes cearenses e as medidas para lidar com o controle social dessa volumosa horda de migrantes que rumavam diariamente para a capital, se faz necessário entender essas medidas que foram estabelecidas por “atores” com voz e poder de decisão perante a sociedade cearense – a elite política e econômica -, e como estas a utilizaram com toda sua influência. O entendimento desses acontecimentos que rondavam a população provincial no período implica no reconhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, os deslocamentos de populações e as reações societárias, que acabavam por constituir mecanismos estatais ou individuais em um processo de construção de identidade do povo cearense.

Nesse contexto, foram sendo formulados discursos ainda provinciais que iriam servir de alicerce para a construção das instituições como espaços de assistência, se apresentando assim como uma espécie de válvula de escape para toda a situação que acontecia no período.

Como abordado no desenvolvimento deste trabalho, ambas instituições – Colônia orfanológica Christina e Asilo de mendicidade - apresentaram dificuldades no que concerne a sua utilização prática do espaço para fins inicialmente imaginados, como seria o caso do acolhimento e principalmente a instrução dos indivíduos asilados nesses ambientes. Mesmo com esse insucesso das instituições, cabe ressaltar a urgência e importância na qual tiveram esses espaços para o papel social que desempenharam na época e o desenvolvimento da cidade.

No que concerne ao problema da infância desvalida e a idealização da Colônia Christina, o presidente da província cearense na época, José Júlio de Albuquerque Barros, idealizava uma instituição que deveria ser autossuficiente, além do intuito de contribuir para um novo ordenamento social, o que na prática acabou por não acontecer, demonstradas a incapacidade da instituição de produzir seus próprios recursos, mesmo com incentivos privados. Com o passar dos anos foi ficando claro o insucesso da entidade, o que levou ao seu abandono gradual pelos mantenedores, resultando num projeto malsucedido.

Após o fim do flagelo de 1877-79 e a epidemia de varíola que acometeu os cearenses no período, a orfandade ficou desamparada, entregue ao abandono e a miséria. Não podia ser mais necessário, nesse contexto, a fundação de uma instituição que acolhesse aquelas crianças, abrigando-as e afastando-as dos perigos a que estavam expostas. Neste intuito, tem a Colônia Christina uma explicação clara da sua formação. Porém, alguns agentes conspiraram contra o seu florescimento e, conseqüentemente, e isso acabou pesando contra o que se esperava do estabelecimento.

Fundada em virtude da autorização conferida no artigo 18 § 8 da Lei orçamentária do ano de 1880, que votou o crédito de 20:000\$000 de reis para a fundação de uma Colônia Agrícola e Orfanológica, esperava o Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, dar-lhe a mais conveniente organização e precisos regulamentos, objetivando alcançar os devidos resultados esperados, desde a idealização do espaço e seu propósito de servir a sociedade

cearense. O estabelecimento após anos de existência havia enfrentado uma série de atos que alteraram, de certa forma, o seu regimento como instituição e, por conseguinte afetando os seus objetivos.

Segundo as diretrizes iniciais, buscou-se recolher os meninos desvalidos e ingênuos de ambos os sexos, visando instruí-los para que alcançassem uma utilidade econômica no *corpus* social em desenvolvimento na capital da província. Seriam orientados/educados por funcionários notáveis de cunho humanitário e nomeados pelo Presidente da Província. Em relatório com que o Exmo. Sr. Comendador, Dr. Carlos Honório Benedito Ottoni, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Conselheiro, Sinval Odorico de Moura, no dia 19 de fevereiro de 1885, é possível identificar uma passagem de Domingos Antonio Raiol, realizada em 10 de maio de 1883, em ofício enviado ao ministro da agricultura, com sugestões para o prosperar da instituição, estabeleceu a importância da participação humanitária da elite cearense no projeto.

Tomando na devida consideração o que V. Ex. recommendou em Aviso nº 20 de 12 do mez proximo findo, cumpre-me informar a V. Ex. que segundo entendo, em nenhuma localidade se poderia fundar nesta provincia, uma escola pratica de agricultura, com mais vantagens economicas e para o proprio fim de sua instituição, do que nos terrenos da canafistula que constituem o patrimonio da colonia christina. Dispondo de diversidade de terrenos que se offerecem com propriedade a qualquer genero de cultura, d'uma estação da estrada de ferro de baturite dentro desses mesmos terrenos e do começo da construcção de edificios apropriados, a colonia christina só exige um maior impulso para chegar perfeitamente as condições de uma escola agricola regular, para que fora creada. Este impulso não lhe pode ser dado exclusivamente pela provincia, attento o seu estado financeiro pouco favoravel; e assim entendo que os interesses provinciaes e geraes ficariam bem harmonisados, se o Estado se incumbisse de manter alli a referida escola ou por um accordo dependente de ulterior approvação da assemblea provincial ou por acquisição autorisada pela mesma assemblea. (RELATÓRIO, 19/02/1885, p. 34).

No entanto, foi observado que a construção de acomodações necessárias para o convívio, o custeio de uma administração mista e o volumoso número de órfãos acolhidos, refletiu diretamente nas despesas do estabelecimento, atingindo patamares fora do controle e como resultado foi sendo pensada uma forma de controlar as despesas, entregando alguns órfãos as suas famílias e outros para adoção. Tudo isso, intencionando atingir os objetivos previstos desde sua criação, que só seriam alcançados se antes de tudo, as contas estivessem controladas.

Pedro Leão Veloso, ao assumir a administração da Província em 1881, teve como um dos objetivos examinar o estado do estabelecimento, que por sua natureza era digno dos mais solícitos cuidados. Verificou, com pesar, que nas circunstâncias em que se encontrava, não era possível obter dele os benefícios esperados. Assim, os sacrifícios realizados pelo poder provincial não seriam compensados. Seria necessária uma completa reestruturação em socorro a instituição, pois caso contrário, a mesma estacionaria em estado primitivo, como de fato ocorreu. Em relatório apresentado a assembleia legislativa do Ceará, em sessão ordinária de 1881, o então presidente da província, Senador Pedro Leão Velloso, relata sobre o estado financeiro do custeio da Colônia:

Eram relativamente avultadas as despesas que de presente se fazem com o custeio do estabelecimento; e não tem sido possível regularisá-las, organizando a escripturação de modo que torne-se fácil a fiscalização por parte da fazenda. (RELATÓRIO, 01/07/1881, p. 31).

Sustentar a instituição sempre se mostrou um desafio para as gestões que se sucederam no poder público cearense e os diretores da própria instituição e seus financiadores, ao longo dos anos. Os custos continuariam sob o controle do tesouro provincial até que o estabelecimento tivesse condições de prover suas próprias fontes de rendas. Visando melhorar essa demanda econômica, o Presidente da Província Pedro Leão Veloso, idealizou algumas formas de tentar minorar os custos para os cofres públicos.

Cogito dos meios de sustental-o, minorando os encargos da provincia, e espero conseguil-o, auxiliado pelo governo imperial, que não recusará seu braço protector a uma instituição, que tem elementos para se converter n'uma excellente escola de agricultura pratica, que é uma das palpitantes necessidades da provincia. (RELATÓRIO, 01/07/1881, p. 30).

Carlos Honório Benedito Ottoni, presidente da província do Ceará entre 1884-1885, em seu relatório de 19 de fevereiro de 1885, apontava dois motivos que conspiravam contra o desenvolvimento da Colônia Christina. Em primeiro lugar advertia com relação a forma como as novas administrações rejeitavam os melhoramentos iniciados nas gestões anteriores, sendo este um vício radicado no nosso sistema administrativo significando uma inoperância administrativa. Em segundo lugar, chamava a atenção ao estado financeiro da província naquela época e a sua inconstância, em que, num primeiro momento atestava um saldo bem

considerável e que para muitos parecia o resultado do desenvolvimento natural das rendas e que assim poderiam até comportar encargos duradouros com elevada importância para os cofres provinciais. No entanto, esse momento próspero logo demonstraria uma fragilidade, tendo, por exemplo, a diminuição da importação de gêneros de consumo, sendo essa despesa absolvida no saldo ordinário dos cofres provinciais, iniciando uma escalada ascendente de deficiência de recursos para socorrer a província. Como aludido, a Colônia sequer apresentava uma renda suficientemente estável tendo que acompanhar as oscilações que as rendas públicas subvencionavam, deflagrando assim sua crescente incapacidade de se estabelecer.

Diante disso, podemos perceber uma série de reformas e modificações pelas quais passou a instituição, sem jamais conseguir reunir de fato as condições necessárias para uma colônia orfanológica nos moldes desejados, pois, as despesas necessárias para tal não podiam ser comportadas pela Província, segundo os seus presidentes, principalmente nas épocas de grandes estiagens. A Colônia então permaneceu sem corresponder aos elevados propósitos do seu benemérito fundador, o Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros, e continuou sendo um peso para as rendas – em alguns momentos, combalidas - da província, a quem dispendeu consideráveis somas para erguê-la e mantê-la.

Com a mudança para uma Mesa Protetora na direção da instituição, foi observado um momento de completa extinção do recolhimento de órfãs e a redução drástica no seu número, tornando-se um local exclusivo ao acolhimento apenas órfãos do sexo masculino. Posteriormente, a direção foi transferida para as mãos do confiado Frei Jeronymo, que já exercia as funções de capelão, e lhe foi atribuída a função também de gestor do espaço, com pagamento mensal de 90\$000.

Do exame destes factos cheguei à evidencia de que mantinha-se em sua integridade a primitiva autorisação de dar à semelhante Colonia a mais conveniente organização e os precisos regulamentos, pois que os diversos actos administrativos que se succederam tinham incontestavel assento n'aquella autorisação que ainda não foi modificada por disposição ulterior. (RELATÓRIO, 31/05/1884, p. 24).

No ano de 1886, assumiu a direção da Colônia Christina o Professor Manuel Teófilo da Costa Mendes, educador de grande renome e antigo diretor do Ateneu Cearense, unidade escolar localizada na Praça do Ferreira, no Centro da cidade de Fortaleza, e que deu forte contribuição com a formação de cearenses. Pároco da

igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e delator da barbárie humana da escravidão, se destacou na causa abolicionista. Acabou ficando na administração da Colônia por três anos, com muito proveito para a instituição.

Nesses poucos anos, o Prof. Costa Mendes fundou uma banda de música, aumentou as plantações, criou mais animais, deu muita vida às atividades agropastoris, sem esquecer, naturalmente, os estímulos aos estudos e a boa educação das crianças ali guardadas. O viveiro de aves era uma atração para os visitantes; a mata fechada, um convite a um passeio diferente, numa paisagem amazônica em pleno Ceará castigado pela inclemência do sol. O Professor era querido pelos seus pupilos, ajudando na formação moral deles, velando pela saúde e não esquecendo os divertimentos nas horas de lazer. (LEAL, 1978, p. 102).

Com a saída do professor Teófilo Mendes, a colônia de fato apresentou uma queda acentuada, já prevista pelos observadores da causa infantil cearense. Outro fator a ser levado em consideração é o falecimento, em 30 de novembro de 1888, do Comendador Luiz Ribeiro da Cunha, o mesmo que doou o terreno em Canafístula e financiou boa parte do empreendimento em seu início. Sua “partida” deu origem a um processo de possível repartição das terras pelos órfãos, cumprindo cláusulas contratuais desde a doação das terras, em caso de desvirtuamento do caráter caridoso da instituição para quem as terras foram doadas, foi inclusive anunciada a venda do móvel, porém, ninguém se habilitou a comprar o espaço.

Esse período consiste no insucesso da Colônia Christina, onde a mesma acabou por não conseguir cumprir o que antes havia sido idealizado como os fins da instituição. Um espaço antes dedicado ao apoio e acolhimento da infância desvalida, passou a se apresentar com uma nova roupagem, voltada aos novos interesses republicanos. Esta realidade pode ser bem analisada no relato do Sr. Dr. Enéas de Araújo Torreão, Presidente da Província em 1888, que refletia a situação em que se encontrava cada instituição. No que se refere à Colônia Christina, o fracasso e o abandono do espaço definem bem o estado em que ela chegou, nas palavras do presidente,

Depois das successivas transformações por que ha passado a Colonia Christina, sempre em progressiva decadencia. impõe-se como axioma a necessidade ou de abandonal-a. ou de encaminhal-a a um objectivo que reflecta no melhoramento real da agricultura ou industrias da provincia. (RELATÓRIO, 21/04/1888 p. 27)

Segundo Sanglard e Ferreira (2014, p 75), na transição do século XIX para o XX houve uma reorganização da relação público privada no Brasil em que, em vez

de pensar a filantropia como ação complementar às ações estatais, esferas de atuação foram delimitadas cabendo ao governo as questões mais gerais e à filantropia as questões mais específicas, embora essa nova realidade tenha ficado mais clara apenas no século XX. No entanto, as tais ações filantrópicas, no Ceará pré-republicano (que lembravam mais ações de caridade) foram fundamentais na edificação das duas instituições que foram investigadas neste trabalho, onde foi possível traçar um “retrato” das condições de vida dos desvalidos cearenses. Tais instituições dependiam do engajamento ideológico e da colaboração financeira das elites urbanas que compartilhavam um desejo comum: modernizar a “gestão” da pobreza.

Seguindo esse parâmetro, a construção do Asilo de Mendicidade ergueu-se como uma resposta a situação calamitosa que se apresentava pelas ruas da capital Fortalezense. As aglomerações dos chamados corpos “transgressores” estavam intimamente ligadas ao agravamento de toda a situação relacionada com a seca e as epidemias, demonstrando um contexto que iria permear o surgimento desse ambiente destinado ao recolhimento de mendigos, devido ao aumento significativo destes pelas ruas da cidade de Fortaleza. É válido ainda ressaltar, que além de recolher também era planejado instruí-los com o intuito de abastecer a capital de trabalhadores capacitados para inovações do mundo do trabalho.

Esses corpos “transgressores” eram uma alcunha que estava intimamente ligada a esses indivíduos desvalidos, por eles serem a representação do caos e da desordem, conceitos que iam exatamente contra todo o planejamento existente para a modernização da capital. Logo, a busca por zelar e controlar em prol do estabelecimento da ordem vigente, tinha como alvo também esses indivíduos.

Nesse contexto, onde havia tentativas de civilizar a cidade, a erradicação da mendicância, geralmente associada à vagabundagem, ociosidade ou vadiagem, foi sendo encarada como primordial para os anseios modernizadores. É possível verificar, por exemplo, o aparecimento de discursos elitistas contendo esses chamados representantes do “atraso” - os mendigos e desvalidos - sendo os alvos principais dessas políticas.

Logo, essas iniciativas de controle e disciplinarização em torno das camadas mais pobres da população apresentava em seu cerne a regeneração do espaço como o significado material de um processo tétrico de segregação. O futuro da

província, para essa classe abastada estava intimamente ligada a forma como seria administrada essa situação referente aos mendigos, juntamente aos anseios modernos dos saberes e poderes instituídos.

A princípio, como exposto anteriormente, esses indivíduos chamados “desvalidos”, acabariam sendo “personagens” sem rosto, sem vontade, sem opinião. Sendo assim, vislumbrava-se uma facilidade no trato que se teria em recolher esses indivíduos e “educá-los” para suprir os anseios elitistas.

A instituição recebe a doação do seu principal idealizador do projeto, Barão de Ibiapaba, o título referido ao coronel Joaquim da Cunha Freire, que acaba por expressar sua preocupação com as condições precárias em que se achava nesta capital, os desfavorecidos da fortuna por causa da seca. Doando o terreno e mais 10:000\$000 réis, o mesmo pretendia suprir as expectativas da população cearense, que viam na conclusão do edifício, o símbolo de progresso e asseio pelo desenvolvimento provincial. Logo, o estabelecimento tinha a necessidade de abrigar o vultoso número de mendigos que cruzavam as ruas sem ocupação e sem um futuro estabelecido, no caso dos menores e desamparados.

Para sustentar essa ideia e esse ambiente ativos, seria esperado que a mesma fosse dirigida por uma comissão ou mesa regedora, sendo financiada por donativos, auxílio do tesouro provincial e produtos confeccionados nas oficinas do estabelecimento. Porém, com o passar do tempo, a construção foi encarando diversos problemas, principalmente vinculados as finanças. Quando finalmente a construção foi concluída, a dificuldade que logo se mostrara se referia a manutenção do edifício, juntamente com os corpos que ali seriam asilados. O patrimônio do estabelecimento ainda se apresentava como ínfimo, não conseguindo ser um ambiente autônomo ou com poucas custas aos cofres públicos.

Sendo assim, não cumprindo o que era esperado para aquele estabelecimento, demonstrando uma inoperância financeira, o local foi remanejado para posse do tesouro imperial, sendo destinado a novos fins, agora republicanos, de construir uma escola militar na região.

A assistência recebida nas instituições era uma prática que estava diretamente ligada a “ajuda” voltada para as organizações, sendo a maioria delas sem fins lucrativos. Sendo assim, até que se alcance uma política de cunho social, a assistência se fez, basicamente, através de doações circunstanciais e imediatistas, o

que acabava revelando uma forte desigualdade e a pobreza em que estava mergulhada grande parcela da sociedade da época.

Ao final do recorte proposto na pesquisa, percebemos que as instituições pesquisadas demonstraram problemas parecidos, que culminou na desativação e posterior remanejamento de seus propósitos, em ambos os casos. Os principais problemas estavam na arrecadação de donativos, tanto para erguer, como para manter esses espaços em funcionamento, tendo em vista o elevado custo de manutenção, de forma que o cofre provincial não poderia suprir grande parte desta demanda pecuniária, pois, passava por um período de instabilidade devido às calamidades enfrentadas.

Visando angariar aportes financeiros, era notória as divulgações e apelos realizados pelos periódicos da época, com a participação ativa da elite cearense visando o financiamento desses empreendimentos. Mesmo sendo constatada a presença das chamadas "almas caridosas", liderando esses e outros empreendimentos filantrópicos na capital e adjacências, não foi o suficiente para sustentar esses espaços, que tiveram seus edifícios reutilizados para novos interesses, atrelados às decisões do governo federal.

Os interesses dos poderes locais em erguer esses espaços estavam tanto ligados a ideia de desenvolvimento provincial, acolhendo e "moldando" os desvalidos, tendo em mente que a sua presença poderia constituir mão de obra qualificada para os anseios modernizadores que caminhavam juntos com os ideais de desenvolvimento capitalista, como também em prevenir a orbe social de desordem e o caos, buscando discipliná-los, disponibilizando um local para o abrigo e fiscalização destes indivíduos.

Ao final do século XIX, esses objetivos entram em conflito com a realidade socioeconômica na qual a província se encontrava, e mesmo com a ajuda de filantropos, percebe-se que esses espaços não conseguiram atingir os seus objetivos demonstrando ainda serem locais de disputa política entre grupos da região, como foi possível constatar a partir dos "novos rumos" que tomou cada instituição.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO. Fortaleza: Typographia Constitucional, 16/07/1872, p. 01.

A EVOLUÇÃO: ORGAM SCIENTIFICO, LITTERARIO E NOTICIOSO. Fortaleza: Typ. do Cearense, 19/10/1888, p. 04.

ALPINO, T. M. A.; FREITAS, C. M.; COSTA, A. M. Seca como um desastre. **Ciência & Tropico**, v. 38, p. 109-134, 2014.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.

ANNEXOS à Falla com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da respectiva Assembleia no dia 2 de julho de 1877. BARBOSA, J. P. A. **História da Saúde Pública do Ceará**: da colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 148 p.

BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia** (Campinas), Campinas São Paulo, v. 21, n. 03, p. 237-252, 2004.

_____. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014.

BOARINI, M. L.; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, São Paulo/SP, v. 13, n.1, p. 59-72, 2004.

BRUNO, A; FARIAS, A. de. **Fortaleza**: Uma Breve História. Fortaleza. INESP, 2011. 220 p.

CAMPOS, E. **Capítulos de história da Fortaleza do século XIX**: o social e o urbano. Fortaleza: EUFC, 1985.

CÂNDIDO, T. A. P. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 353 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014.

CARDOSO, G. P. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador**: luzes, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904). 01. ed. Fortaleza: EdUECE/ Museu do Ceará, 2016. v. 200. 158 p.

CASTRO, J. L. de. **Arquitetura no Ceará**: O século XIX e algumas antecedências. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 2014, 09-68 p.

_____. **Arquitetura do Ferro no Ceará**. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. 1992. 63-94p.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, G. H. M. Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante o século XIX. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 9, p. 98-111, 2018.

_____. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. **Revista de Desenvolvimento Econômico** (Impresso), v. 3, p. 2011, 2020.

DIAS, D. J. C. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 27, 2019, p. 175-194.

FALLA com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2.a sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877.

FALLA com que o Ex. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 01 de novembro de 1878.

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 01 de julho de 1880.

FALLA com que o Exm. Sr. Coronel Antonio Theodorico da Costa, 1º vice-presidente, abriu no dia 28 de novembro de 1882 a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará.

FALLA com que o Exm. Sr. Commendador Dr. Satyro d'Oliveira Dias, dirigia à Assembléa Legislativa do Ceará, na sessão ordinária no dia 01 de outubro de 1883.

FALLA com que o Exm. Sr. Conselheiros Sinval Odorico de Moura, presidente da província do Ceará, dirigido à respectiva Assembleia Legislativa no dia 2 de julho de 1885.

FALLA que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da província do Ceará, dirigido à respectiva Assembleia Legislativa, no dia 1 de setembro de 1886.

FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão no dia 01 de julho de 1887.

FERREIRA, L. O. O "problema da infância e a "proteção à infância" chegam ao Ceará. In: Georgina da Silva Gadelha; Zilda Maria Menezes Lima; Luiz Otávio Ferreira. (Org.). **Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Fortaleza**,

1903-1938: vinte cinco annos de campanha em favor da infância. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2018, v. 1, p. 7-20.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003.

FURLAN, V.; LIMA, A. F. Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: um problema para a Psicologia. **Revista de Psicologia política**, v. 21, p. 239-252, 2021.

GADELHA, G. da S. **Os Saberes do Corpo:** a "Medicina Caseira" e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007.

GARCIA, A. K. M. **A sombra da pobreza na cidade do sol:** O ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 312p.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008. v. 1. 320p.

JUCÁ, G. N. M. e L. MENEZES, Z. M. M. **Memória Social da Hanseníase no Ceará.** Fortaleza, EDUECE, 2016.

LAPA, J. R. do A. **Os Excluídos:** uma contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LIBERTADOR: ÓRGÃO DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA. Fortaleza: Typ. do Libertador, 22/09/1884, p. 02.

LIMA, N. T. O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história em três dimensões. In: Jacobo Finkelman. (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/OPAS, 2002, v., p. 23-116.

LEAL, V. B. **História da Medicina no Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978. 232 p.

MADEIRA, M. G. L. **A educação pela caridade no Império em Fortaleza** - O abrigo de crianças na Colônia Cristina. In: XXII Simpósio Nacional de História - história, acontecimento e narrativa, 2003, João Pessoa - PB.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC. Brasília: INL, 1987.

MENESES, A. B. de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

Mensagem que o Exmo. Sr. General de Divisão José Clarindo de Queiroz, Governador do Estado do Ceará, leu perante o respectivo congresso em sessão ordinária de 01 de outubro de 1891.

Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, à Assembleia Legislativa do Ceará, em sua 3ª sessão ordinária da 2ª Legislatura, em 1 de julho de 1894.

Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, à respectiva Assembleia Legislativa, em sua 4ª sessão ordinária da 1ª Legislatura, em 1 de julho de 1895.

MORAES, Everton Gonçalves; SILVA, Paulo Henrique Tavares da. **O Espaço Urbano e o capital**: Uma análise a partir do preceito constitucional da cidade. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, v. 4, p. 95-112, 2018.

NARITA, F. Z. **A infância asilada**: notas sobre a educação dos desvalidos na Corte. Camine: Caminhos da Educação, v. 1, p. 53-69, 2009.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 06/01/1877, p. 02.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 07/06/1877, p. 01.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 26/04/1877, p. 01.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 29/04/1877, p. 01.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 16/04/1880, p. 01.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 28/04/1880, p. 01.

O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, 17/06/1880, p. 02.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, supl., dez. 2019, p. 129-145.

O RETIRANTE. Fortaleza: Typographia Imparcial, 01/07/1877, p. 01.

O RETIRANTE. Fortaleza: Typographia Imparcial, 08/07/1877, p. 01.

O RETIRANTE. Fortaleza: Typographia Imparcial, 29/07/1877, p. 01.

PEREIRA, D. B; CAIAFFA, W. T; OLIVEIRA, V. B. de. **Saúde e espaço urbano:** entrelaces de saberes em contexto de pós-graduação. Cadernos Metr pole (PUCSP), v. 23, p. 1039-1060, 2021.

PERROT, M. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PONTE, S. R. B. **Fortaleza Belle  poque:** Reforma urbana e controle social 1860-1930. 5. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. 224 p.

Relatório com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D'Aguiar Presidente da mesma província em 23 de novembro de 1877.

Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da Província do Ceará ao ex.mo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em o dia 22 de fevereiro de 1878.

Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro André Augusto de Padua Fleury passou a administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Senador Pedro Leão Velloso no dia 01 de abril de 1881.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Ceará, na sessão ordinária de 1881, pelo presidente da província Senador Pedro Leão Velloso no dia 01 julho de 1881.

Relatório com que o Exm. Sr. Senador Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Ceará, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna, 1  vice-presidente, no dia 26 de dezembro de 1881.

Relatório com que o Exm. Sr. 1  vice-presidente da província do Ceará, Dr. Torquato Mendes Vianna, passou a respectiva administração ao Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel, no dia 22 de março de 1882.

Relatório apresentado a Assembleia Provincial do Ceará, na sessão ordinária de 1882, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 04 de julho de 1882.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel, passou a administração da província do Ceará, ao 2  vice-presidente, Exm. Sr. Coronel Antonio Theodorico da Costa, no dia 31 de outubro de 1882.

Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Guajará passou a administração da província do Ceará, ao respectivo 2  vice-presidente, Exm. Sr. Commendador Antonio Theodorico da Costa, no dia 17 de maio de 1883.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, passou a administração da província ao 2  vice-presidente, o Exm. Sr. Commendador Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, no dia 31 de maio de 1884.

Relatório com que o Exm. Sr. Commendador Dr. Carlos Honorio Benedicto Ottoni passou a administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Conselheiro Sinval Odorico de Moura, no dia 19 de fevereiro de 1885.

Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Miguel Galmon Du Pin Almeida, passou a administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas, no dia 9 de abril de 1886.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Enéas de Araújo Torreão, passou a administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado no dia 21 de abril de 1888.

Relatório do Director da Colonia Christina, Coronel Thomaz da Silva Porto, em 12 de maio de 1895.

RIZZINI, Irene. **A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004. v. 1. 94p.

_____. **O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 200p.

RODRIGUES, E. F. S. **Os párias da modernidade na "terra da luz": "a gente ínfima" de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912).** 2018. 403 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2018.

SANGLARD, G; FERREIRA, L. O. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Revista Estudos Históricos**, v. 27, nº 53, p. 71-91. 2014.

SANGLARD, G. **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Ed. FGV/FAPERJ, 2015.

SANTOS, N. M. W; LIMA, Z. M. M. (Orgs.). **Saúde e Doenças no Brasil: perspectivas entre a História e a Literatura.** Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SOUZA, J. L. de. **Da infância desvalida à infância delinquente: Fortaleza (1865-1928).** 1999. 217 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 1999.

SOUZA, R. Bento de. **Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935).** São Paulo: Paco Editorial, 2014. v. 1. 220p.

SOUZA, S. **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. 416 p.

SOUZA, J. W. de F. **Secas e Socorros públicos no Ceará.** Revista Projeto História, São Paulo: n. 52, jan.-abr. 2015.

STAMATTO, M. I. S. **Asistencia social educativa para la infancia desvalida (Brasil, 1822-1889)**. Revista Iberoamericana de Educación (ONLINE), v. 75, p. 89-110, 2017.

STUDART, Barão. Extrangeiros e Ceará. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo XXXVI - Ano XXXVI. 381-389p. 1922.